

# **A circulação simples como epiderme da experiência capitalista**

**Hélio Ázara de Oliveira**



**A circulação simples como epiderme da experiência capitalista**  
**Hélio Ázara de Oliveira**

1ª Edição - Copyright© 2016 Editora Prismas  
Todos os Direitos Reservados.

Editor Chefe: Vanderlei Cruz  
editorchefe@editoraprismas.com  
Agente Editorial: Sueli Salles  
agenteeditorial@editoraprismas.com  
Diagramação: Andre Camargo  
Capa e Projeto Gráfico: Myrna Wakkaf

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz  
Bibliotecária CRB 9-626

O48	Oliveira, Hélio Ázara de A circulação simples como epiderme da experiência capitalista / Hélio Ázara de Oliveira - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2016. 164p.; 21cm ISBN 978-85-5507-309-0 1. Marx, Karl, 1818-1883 – O Capital – Circulação simples. 2. Abstração. I. Título. CDD 330.122 (22.ed) CDU 330.85
-----	---

**Coleção Ciência Política e Relações Internacionais**

**Diretor Científico:**

Eliézer Rizzo de Oliveira (UNICAMP)

**Consultores editoriais:**

Adriana Aparecida Marques (UFRJ)  
Eliane Moura Silva (UNICAMP)  
Paulo Loyolla Kuhlmann (UEPB)  
Ramon Blanco (UNILA)  
Wanderley Messias da Costa (USP)

---

Editora Prismas Ltda.  
Fone: (41) 3030-1962  
Rua Cel. Ottoni Maciel, 545 - Vila Izabel  
80320-000 - Curitiba, PR  
www.editoraprismas.com.br



# **A circulação simples como epiderme da experiência capitalista**

**Hélio Ázara de Oliveira**

Curitiba  
2016



Para Luciana Aliaga.



# Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à banca examinadora da dissertação que aqui se apresenta na forma de livro. Ao Professor Hector Benoit, pelos anos de orientação e camaradagem, ao Professor Fausto Castilho (*in Memoriam*), grande mestre que me orientou no doutorado e muito ajudou no desenvolvimento posterior de minha pesquisa, e ao Professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., importante interlocutor e amigo. Um agradecimento especial ao Professor Marcos Müller e ao Professor Luiz Orlandi, fundamentais para minha formação intelectual e humana.

Ao CNPq, pela bolsa de pesquisa.

À minha Mãe, Maria Divina Ázara, e ao Meu Pai, Osvaldo Marcelino de Oliveira, por todo o esforço e suporte que me deram sempre. Aos meus irmãos, Walter Ázara, Ana Paula Ázara e Débora Ázara.

A todos os amigos, e em especial Edson Adriano, Mateus Ricardo, Newton Peron e Luiz Carlos Silva, que leram e debateram o que na época era só uma intenção de estudos. Ao Gilberto Braga, Antônio David e Felipe Amato, pelos tempos de militância no Movimento Estudantil de Filosofia. Ao Chico e a Maria Joana, pela presença. Ao Ricardo Borges e ao Júnior Ázara, pelos anos de amizade. Não posso citar aqui a todos, mas os amigos são parte importante desta pesquisa. A todos um forte abraço.





# Prefácio

***A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*** é uma reflexão sobre o primeiro passo da crítica à economia política elaborada por Marx em ***O Capital***. Apresentado como dissertação de mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, o trabalho de Hélio Ázara, hoje professor na Universidade Federal de Campina Grande, é um excelente guia para a compreensão de um dos temas mais complexos e controvertidos da principal obra de Marx: o papel da circulação simples no seu constructo teórico.

A preocupação fundamental de Ázara é mostrar por que a epiderme do capitalismo é o ponto de partida da crítica dialética que caminha do simples e abstrato – a circulação de mercadorias – para o complexo e concreto – a valorização do capital. Como na concepção materialista da história, a realidade condiciona o pensamento, para não incorrer em *à priori* metafísicos, Marx inicia a crítica pelas formas mais primárias de percepção da sociabilidade no modo de produção capitalista.

É a necessidade de ir além das formas aparentes das relações econômicas, codificadas pela economia política burguesa, que leva Marx a perscrutar as relações sociais responsáveis pela reprodução do capital, colocando em evidência os nexos indissolúveis entre aparência e essência. A crítica avança do abstrato para o concreto pela incorporação de novas determinações que superam as contradições decorrentes do caráter parcial e provisório das categorias anteriores. O conhecimento – o concreto como síntese de múltiplas determinações - con-substancia-se, assim, na metamorfose dos conceitos. Em seus desdobramentos dialéticos em busca da totalidade, as categorias que compõem o arcabouço teórico de ***O Capital***, inscritas

umas nas outras, revelam as contradições que determinam o caráter historicamente determinado da sociedade capitalista.

Em seu estudo, Ázara dissecar as bases objetivas e subjetivas do fetichismo da mercadoria. De um lado, mostra como a circulação simples determina a forma da sociabilidade capitalista no mundo das trocas – um aspecto da sociabilidade capitalista. Na esfera da circulação, as relações sociais assumem efetivamente a forma de relações entre mercadorias. De outro, evidencia como a circulação simples condiciona a consciência imediata dos trabalhadores e capitalistas que se defrontam no mercado, dando lugar a uma abstração real que oculta as contradições inerentes as relações de produção capitalistas. Na esfera das trocas, os indivíduos são juridicamente livres, suas relações formais são pautadas pelo princípio da igualdade e suas transações mercantis obedecem ao princípio da equivalência. Atendo-se ao que é aparente, as categorias da economia política burguesa ocultam as contradições do modo de produção capitalista, naturalizando o mundo burguês como o reino da harmonia e do equilíbrio social. Daí a crítica como uma dimensão estratégica da luta de classes, sem a qual não há como revelar as relações de exploração e dominação que se escondem por baixo da epiderme do capitalismo.

A reflexão de Ázara é uma aula, aplicada à 1ª. Seção do Livro I de ***O Capital***, sobre o caminho do conhecimento em Marx. O estudo evidencia a gramática que rege a construção teórica de Marx. A gênese das categorias fundamentais que compõem o léxico da crítica à economia política – valor, trabalho abstrato, dinheiro – deriva de processos objetivos, determinados socialmente pelas rotinas que caracterizam a vida econômica de uma sociedade mercantil altamente desenvolvida. As abstrações que constituem o ponto de partida da reflexão de Marx são abstrações reais. A crítica do significado convencional das categorias da economia política – a sua negação - passa pela

revelação das relações sociais subjacentes à percepção imediata da realidade. O desdobramento dialético das categorias desnuda as relações sociais que na epiderme do capitalismo aparecem invertidas e explicita a unidade entre o que aparece na superfície e as leis internas que regem o metabolismo do modo de produção capitalista.

A circulação simples como epiderme da experiência capitalista é um livro que aposta na inteligência do leitor. No momento em que o aprofundamento da crise estrutural do capital aguça a necessidade da crítica radical como único meio de abrir novos horizontes para combater a barbárie que ameaça a sociedade, a reflexão condensada neste livro é um sopro de esperança de que as novas gerações não serão vítimas de um marxismo dogmático que transforma a dialética num positivismo conservador que, na prática, em nada contribui para transformar a realidade. O Marx de Hélio Ázara é aquele comprometido com o esforço insubstituível do conhecimento crítico, baseado na perspectiva de classe, como norte da revolução que erradicará a exploração do trabalho pelo capital.



Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP. Março, 2016.



# Sumário

<b>Lista de Siglas</b> .....	15
<b>Introdução</b> .....	9
Sobre Abstração .....	24
Epiderme.....	22
<b>Capítulo I</b>	
<b>O sentido Geral da Circulação Simples</b> .....	35
1.1 - Crítica dos Modos do Aparecer e Fetiche .....	44
<b>Capítulo II (transição)</b>	
<b>Circulação simples: capitalismo ou pré-capitalismo?</b> .....	67
2. 1 – O problema do começo e sua relação com a história .....	70
2.2 - Origem da controvérsia.....	73
<b>Capítulo III</b>	
<b>A Circulação simples em questão</b> .....	83
3.1 - Respostas dos Intérpretes marxistas ao Problema da Referência Histórica das categorias. ....	85
3.2 - Circulação simples no debate do Marxismo soviético .....	87
3.3 – “Marxismo ocidental” e circulação simples. ....	94
3.4 – O “capítulo brasileiro do marxismo ocidental”....	101
<b>Capítulo IV</b>	
<b>Os elementos do problema</b> .....	119
4.1 - Sobre o Valor.....	121

4.2 - Sobre o Trabalho Abstrato .....	128
4.3 - Sobre a Redução .....	135
4.3.1 - Redução e Dinheiro .....	138
4.4 - Relação dos Elementos com a Solução do problema.....	141
<b>Considerações finais .....</b>	<b>151</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>159</b>
Obras de Marx.....	159
Outros autores .....	159

# Lista de Abreviações

**M** - *O Método da Economia Política*. Terceira parte: *Introdução [À Crítica da Economia Política]* (1857). Tradução de Fausto Castilho. Campinas: IFCH, 1996. Primeira Versão.

**G** - *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin: Dietz Verlag, 1974.

**K** - *Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie*. vol. I , II e III, in MEW, XXIII, Berlin: Dietz Verlag, 1962.

**C** - *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

**MCD** - *A mercadoria*. Coleção Ensaios comentados. Tradução do primeiro capítulo de *O capital* por Jorge Grespan. São Paulo, Ática, 2006.





# Introdução

O estudante que se depara pela primeira vez com a leitura de *O capital* certamente encontra enormes dificuldades com seu começo. Mas essas dificuldades são compartilhadas também por toda a tradição de interpretes da obra de Marx, a começar pelo próprio Engels, companheiro de trabalho de Marx e “editor” de sua obra inacabada. A primeira seção de *O capital*, que tem por título, “Mercadoria e dinheiro” trata do tema da circulação simples, e é assim que vamos nos referir a ela, como circulação simples. Nesta seção se critica a teoria clássica do valor, e, muito embora se trate de uma crítica, procura-se mostrar a gênese da forma dinheiro a partir do valor. Essa própria noção de crítica, com toda a significação que esta recebe desde Kant, será um dos nossos interesses neste estudo. Marx não criou a teoria do valor, nem é um de seus primeiros representantes. A investigação acerca do valor é tão antiga quanto a Economia Política, e remonta aos Mercantilistas e Fisiocratas, passando pelos clássicos Adam Smith e David Ricardo. Mas o valor é, para Marx, o núcleo veritativo da ciência que nasce do capitalismo, a Economia Política. Com isso esboçamos a apresentação da primeira dificuldade de todo leitor de *O capital* e que será um dos temas por nós analisados, a saber, o problema do começo. A pergunta fundamental aqui seria: por onde deve começar a crítica da Economia Política? Desta se derivam duas outras questões: O que determina esse começo é o recurso à história do capitalismo ou a sistemática do próprio capital? Estaria Marx na teoria da circulação simples contando “a história do surgimento” do capitalismo? São estes alguns dos temas centrais deste trabalho. Não faremos aqui uma história da teoria do valor, nem ao menos uma história de sua crítica, uma vez que nosso interesse aqui não está na história econômica ou na história da recepção das obras de Marx. Nosso interesse é filosófico.

Nos Brasil os estudos sobre esta primeira seção de *O capital*, ao menos aqueles filosoficamente orientados, deram especial importância à dimensão da consciência dos agente na troca. A *liberdade* dos trocantes, a *igualdade* expressa pelo circuito M-D-M e a apropriação pelo trabalho próprio estiveram no centro das atenções dos pioneiros Giannotti e Ruy Fausto. Esta dimensão da circulação simples como “consciência” das determinações implicadas na troca está no centro de nosso interesse. É por meio dele que trataremos do tema da “abstração”. Outro importante núcleo de interesse deste trabalho.

\*\*\*

Começar é sem dúvida um dos momentos mais complexos de qualquer trabalho. Mais especificamente, a dificuldade de Marx está em começar a *exposição* dos resultados de uma investigação que visou reconstruir a constituição sistemática do conceito de capital a partir de suas determinações mais simples, abstratas e aparentes (Müller, 1982, p. 23.). Sobretudo para uma obra que, não obstante se constituir de uma crítica, pretende proceder no momento da *exposição* sem exterioridade ao seu objeto, antes, pretende descobrir suas leis essenciais e imanentes, sua gênese, devir, e os caminhos de sua superação. Estas dificuldades enfrentadas por Marx na sua crítica da economia política estão expostas em um texto importante, mas que ficou inédito até o século XX, o *Método da Economia Política*<sup>1</sup>. O “problema do começo”, ou seja, a resposta à pergunta:

---

1 *O Método da Economia Política*. Terceira parte: *Introdução [À Crítica da Economia Política]* (1857). Tradução de Fausto Castilho. Campinas: IFCH, 1996. Primeira Versão. A partir de agora abreviado pela letra **M**, seguida da paginação da referida tradução. As citações dos *Grundrisse* serão feitas a partir da edição: *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin: Dietz Verlag; 1974. Aqui abreviada pela **letraG**. Quando utilizarmos a tradução da

“por onde deve começar a exposição da crítica da economia política?” é a primeira questão teórica a ser enfrentada por todo e qualquer leitor da Crítica da Economia Política de Marx. E é a esta “disciplina”, a Crítica da Economia Política, que Marx dedicou seu trabalho desde meados da década de 1840.

Poderia “parecer correto começar pelo real e pelo concreto, pela pressuposição efetivamente real”, afinal, não se trata de materialismo? Marx, porém, nos revela, em suas breves reflexões metodológicas, estar informado e convencido de que começando pelo concreto “haveria não mais que uma representação caótica do todo”, o que revela o engano e a falsidade deste caminho tantas vezes trilhado. Poderia ainda parecer mais correto começar pelos “primeiros inícios” do objeto analisado, ou seja, fazer sua história de surgimento e constituição, alinhar as categorias na ordem de seu aparecimento na história, da primeira até a última. Este modo de pensar não é de todo equivocado e por vezes seduziu os marxistas, e como chamou a atenção Christopher Arthur (2005), é ainda tema de acalorado debate entre estudiosos da obra de Marx. O próprio Marx nos diz neste *Método* que: “seria, além de impossível, falso, ordenar as categorias econômicas na sucessão em que foram historicamente determinantes”. Ainda conforme este pequeno excursus metodológico, que o próprio autor não publicou para não perturbar com antecipações os resultados da pesquisa, o método empregado em *O Capital* é o oposto direto dos dois modelos acima. Dado tratar-se de Crítica da Economia Política, o melhor caminho é partir dos melhores representantes desta ciência, dos sistemas mais elevados, e deles iniciar “pelos elementos mais simples”, como o trabalho e o valor de troca, e elevar-se progressivamente até as determinações mais complexas e concretas, como o capital, o Estado, o mercado mun-

---

Boitempo Editorial, faremos a devida citação.

dial. Para Marx não resta dúvida de que “o último caminho é o método cientificamente correto. O concreto é concreto por ser uma concentração de muitas determinações, logo, unidade do múltiplo” (M, p. 9.). Marx, portanto, parte das determinações abstratas e são essas que nos conduzem pelo caminho da exposição ao concreto no plano do pensamento.

Ao iniciar sua obra pela circulação simples de mercadorias, Marx não nos está apresentado nem o “concreto capitalista”, nem sua “história de surgimento”, e ainda menos sua “pré-história”. O que nos apresenta é o mundo capitalista em uma versão abstrata. Entenda-se aqui por abstrato: a representação de algo, no caso um modo de produção, a que todas as determinações necessárias à sua compreensão não foram ainda somadas. Este abstrato é, não obstante, o capitalismo como este nos aparece à consciência imediata que temos dos processos sociais nos quais nos envolvemos. Esta abstração, entendida como consciência dos agentes econômicos, é abstração real e não mera ilusão. É, para utilizar uma metáfora que nos acompanhará neste trabalho, o capitalismo como este aparece em sua *epiderme*. A seção primeira de *O capital*, a circulação simples, na acepção em que a tomaremos neste trabalho reproduz o “movimento efetivo” da consciência dos agentes. Ao mesmo tempo em que faz esta reconstituição dos fundamentos da sociabilidade capitalista, o texto de Marx encaminha esta consciência para a crítica de sua superficialidade e de sua verdade apenas aparente. A seção I de *O Capital* tematiza, conjuntamente com a descrição econômica, a consciência dos agentes dos processos mercantis. A crítica de sua verdade aparente, embora presente como *pressuposição* desde o início, será atualizada finalmente a partir da seção VII do Livro primeiro de *O Capital*. Este caminho, como totalidade (apenas pressuposta no presente trabalho), mostra que o racional e o concreto:

Não são de acesso imediato a qualquer tipo de intuição intelectual ou experiência direta, que intuiria ou tomaria o objeto no seu *ser dado* imediato, mas que eles são o resultado de um movimento de pensamento, do que Hegel chama de ‘trabalho do conceito’, que expõe progressivamente, a partir das determinações mais simples e abstratas do conteúdo, suas determinações cada vez mais ricas, complexas e intensas, até o ponto de sua unidade, que não é só unidade formal, mas unidade sintética de múltiplas determinações (Müller, Op. Cit. P 22-3.)<sup>2</sup>.

Este trabalho, portanto, ocupa-se das “determinações simples e abstratas do conteúdo”, e, no entanto, são estas determinações que formam a *consciência dos agentes sociais da troca* e fazem do capitalismo o sistema da liberdade e da igualdade mediante contrato. Na epiderme do mundo capitalista, na qual nos movemos como agentes dos processos de troca, reina unicamente identidade entre os agentes, a liberdade, a igualdade dos contratantes e o interesse próprio de cada agente que, nessa esfera, é guiado providencialmente para o bem de todos. Estas são as “determinações simples e abstratas” que aparecem como reais, como consciência real da sociabilidade capitalista.

Marx, ainda 1859, em sua obra *Para a Crítica da Economia Política*, já indicava que o feitiço exercido pelas mercadorias se deve à “rotina da vida cotidiana que faz parecer trivial e óbvio o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto”<sup>3</sup>. Tal mistificação decorreria do fato de que na “rotina da vida cotidiana” não são percebidas, devido ao fato de estarem encobertas por relações reificadas,

---

2 Como o Professor Marcos Müller procura demonstrar, no que diz respeito a esta parte do “método de exposição” o que vale para Hegel vale igualmente para Marx.

3 Marx, 1999, *Para a Crítica da Economia Política*, a partir de agora abreviado por P.C. p. 63.

as relações de produção mais elevadas, e o conflito entre a força de trabalho e as relações de produção. Este “hábito” se torna uma “crosta de preconceitos”, que *vela* o significado mais profundo da própria ação e banaliza a *inversão* entre o tratamento de homens e coisas no mundo das mercadorias. O trabalho crítico consistiria em revelar as relações de produção subjacentes e, assim, trazer à luz a sua simplicidade apenas aparente e as ilusões adquiridas pela rotina da vida. Diante da crítica caem os ídolos da simplicidade e da identidade entre aparência e essência do modo de produção capitalista<sup>4</sup>. Nosso estudo tem especial interesse por este aspecto do procedimento crítico, a saber, a revelação de que a *abstração real*<sup>5</sup> a um só tempo *revela* o “mundo das mercadorias”, ao mesmo tempo em que *vela* os processos reais de exploração. É este elemento de crítica da *percepção imediata* que os homens têm de sua própria criação social que alimenta nossa pesquisa<sup>6</sup>.

---

4 “Toda a ciência seria supérflua, se a forma de *aparecimento e a essência* das coisas coincidissem imediatamente”. *O Capital*, de agora em diante abreviado apenas por **C**, seguido do número do Livro em algarismos romanos e da paginação da edição brasileira da Abril Cultural em algarismo arábicos. **C.** III 2, p.271.

5 Sobre o termo *abstração real*, citamos novamente *Para a Crítica da Economia Política*, Marx define nesta passagem em que sentido tomamos o termo: “Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em breve, a trabalho que é qualitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Essa redução aparece como uma *abstração*, mas é uma *abstração* que é praticada diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma **abstração** maior nem tampouco menos **real** que a de todos corpos orgânicos em ar”. **P.C.**, p.60. Grifos nossos.

6 Como aponta Müller em seu artigo acima citado: “o verdadeiro concreto da realidade capitalista não é dado pela experiência direta da circulação de mercadorias e pelo movimento dos preços, isto é, pelas categorias da circulação, mas é o resultado de um processo de pensamento que reconstrói a constituição sistemática do capital a partir das determinações mais simples,

Buscamos na análise da seção acerca da circulação simples destacar aquela dimensão que diz respeito aos agentes tomados do ponto de vista da *consciência* que têm das relações que estabelecem entre si e da realidade social que criam e na qual atuam, sem que com isso enxerguemos este aspecto isolado da dimensão econômica cuja expressão mais clara vemos por meio das *formas* analisadas criticamente por Marx e que, na seção que abre *O Capital*, são presididas pelo valor de uso, pela forma M-D-M. Por isso assentimos que “cabe ao investigador antes de tudo acompanhar esse movimento constituinte [as formas sociais] e apontar como a ilusão opera no pensamento e na ação dos atores, fazendo com que suas práticas revelem as articulações que à primeira vista o fenômeno como tal obscurece” (Giannotti, 2000, p.103.). Certamente que há um vínculo entre as formas econômicas e a consciência que delas têm os agentes. Sem romper com este vínculo, sem subestimá-lo ou superestimá-lo, daremos especial atenção ao aspecto da consciência dos agentes nesta camada mais superficial do mundo das mercadorias.

Estabelecida a referência de nosso estudo, a saber, a seção que abre *O Capital*, e o sentido que dela destacamos, aquele referente à consciência dos agentes, procuraremos em nosso **primeiro capítulo** fazer uma apresentação daquilo que chamamos “o sentido geral da circulação simples”, ou seja quais são os temas tratados e as categorias analisadas criticamente por Marx na primeira seção de *O Capital*. No nosso breve **segundo capítulo** procuramos apresentar a discussão sobre o que ficou conhecido como o *problema* da referência histórica das categorias do valor, bem como este se constituiu como um problema para a interpretação da obra de Marx. Após apresentar aquilo que consideramos seu sentido geral, veremos que a

---

abstratas e aparentes da produção capitalista [...] para chegar às mais ricas, concretas e essenciais”. *Op. Cit.* p.23

primeira seção de *O Capital* pode ser, e de fato foi, entendida como a descrição do capitalismo e igualmente do pré-capitalismo. O **terceiro capítulo** trata das propostas de solução ao problema oferecidas como alternativas à resposta de Engels e que aparecem desde as primeiras décadas do século XX. O **quarto capítulo** trata de analisar em seu pormenor os elementos do problema, a saber, as categorias de trabalho abstrato e valor. É nosso pensamento o de que será pela compreensão da dialética dos elementos que será explicitada a resolução do problema em questão. A articulação entre os *elementos* e a *temporalidade* específica na qual podem aparecer nos indicará se as respostas apresentadas ao problema são ou não satisfatórias. Encerra nosso estudo algumas “considerações finais” onde voltamos a destacar os aspectos essenciais do problema e retiramos algumas conclusões.

## Sobre Abstração

Noções como abstrato e concreto, não obstante seu uso corrente na linguagem natural, são de difícil determinação conceitual. Em certos textos da filosofia especulativa de Hegel e da Crítica da Economia Política de Marx o sentido destes termos é apenas compreendido em sua plenitude quando se recorre ao seu contexto. Há espontaneamente, contudo, uma certa tendência para se entender o abstrato negativamente e associado àquilo que não encontra sentido em si mesmo, aquilo que é insuficiente, dependente, sem vida. Há nesta visão vulgar uma prioridade do concreto que é diferente daquela que podemos notar nos textos de Marx. O autor de *O capital* não trata concreto e abstrato em termos de maior ou menor importância, nem



muito menos com qualquer resquício de conotações ontológicas, como se no abstrato houvesse “menor quantidade de ser e de verdade”, para usar uma linguagem metafísica. Não se trata, na exposição de Marx, de mensurar concreção e abstração. Trata-se de entender o movimento conceitual que nos leva do abstrato ao concreto, movimento este que se torna impossível se abandonarmos de imediato o abstrato para nos lançarmos no concreto, como se assim pudéssemos encontrar “a verdade”.

Em passagem já citada de *O Método da Economia Política* Marx mostra como se enganam os economistas por pensarem que deve se partir do “concreto”, como diz Marx, parece correto, ao considerar a economia política, começar pelo real, pela presuposição efetivamente real. No caso da economia, parece seguir o caminho do “concreto” quem inicia a pesquisa pela população. Esta aparência se mostra falsa tão logo submetida a uma análise mais precisa. O concreto, como síntese (*Zusammenfassung*) de muitas determinações, aparece ao pensamento como concentração de determinações, como posterioridade, quando na efetividade real é o ponto de partida (**G.** p. 632; **M.** p. 9)<sup>7</sup>.

No método utilizado por Marx, as determinações abstratas conduzem (*führen*) ao concreto, não como gênese do concreto, mas apenas como caminho de seu conhecimento pelo pensamento. Assim, na análise teórica da circulação simples, como em todo momento teórico, o sujeito, a sociedade, (*dasSubjekt, die Gesellschaft*) está sempre presente como presuposição (**G.** p. 633; **M.** p. 11.).

Nasuperfície da sociedade do capital, os homens são considerados abstratamente como livres contratantes individuais, nada ainda foi dito sobre a produção capitalista e sobre as classes e, portanto, trata-se de um processo que ainda não se reproduz e ainda não se repõe com aquela circularidade

---

7 Há uma publicação desta tradução do Professor Fausto Castilho na *Revista Crítica Marxista* nº 30 – 2010.

autoreferenciada que causará a sua inversão na teoria do capital e da reprodução.

Esta consciência imediata é, no entanto, permanente. Segue sendo a consciência dos agentes sob o capitalismo. A circulação simples, como *epiderme* do mundo burguês, é a forma como aparecem aos agentes suas relações sociais e de produção como mediadas pela liberdade, pela igualdade e pelo contrato. Esta “consciência” não anula e nem tampouco corresponde à efetividade do processo subjacente; ao contrário, garante-o e permite pacificamente a sua reprodução. É também neste sentido que a crítica é “crítica dos modos do aparecer”<sup>8</sup>. A solução da oposição entre essência e aparência, concreto e abstrato, identidade e luta de classes, não está, em Marx, na teoria. Antes aponta para fora do campo do pensamento, para a resolução como processo histórico.

Sobre a questão da abstração, lembra-nos Giannotti que em *O Capital* o abstrato não se entende no sentido de um modelo matemático, isto é, não é uma abstração vazia que possa ser preenchida por um objeto qualquer. E diz a título de exemplo: “A definição de valor não enuncia uma das possíveis formas de encarar a questão, mas a própria natureza da substância social em referência aos seus múltiplos modos de aparecer” (Giannotti, 1960, pp. 66-67.). Assim compreendido, o abstrato tem tanto o sentido da generalidade abrangente de todos os casos, como aquele de uma “tendência” para o concreto. Aqui se deve entender o abstrato como aquela “determinação atual” à qual as demais determinações (igualmente abstratas) não foram ainda somadas. O abstrato carrega o sentido de provisoriedade, ou melhor, “incompletude”. Ainda lembra Giannotti que, nesta acepção, a tarefa crítica de “desmascaramento das aparências” não tem apenas o sentido da redução do fenômeno à sua forma mais

---

8 Utilizamos aqui a expressão cunhada Giannotti e que aparece mesmo em sua obra tardia *Certa Herança Marxista*.

simples, mas sim de sua inserção no esquema que lhe dá sentido. Em nosso problema, tratar-se-ia de inserir a circulação simples na totalidade da produção e das significações capitalistas, o que significa tanto um tratamento das relações de produção subjacentes e escondidas sob o véu místico formado pela circulação simples, como de relacionar a ilusão na aparência do mundo capitalista com asilusões a ela simétricas, como o fetiche do dinheiro e do capital. Visto deste ângulo, nosso trabalho, como nosso objeto, permanece em abstrato.

Cabe ressaltar ainda sobre a questão da *abstração* a sua ligação com o *método*, ou seja, com a *dialética*, entendida por Marx antes de tudo como *método de exposição*. O que dissemos neste item torna-se concreto tão logo seja integrado na questão do modo ou método de exposição, pois aí seu tratamento perde a aparência de mera formalidade, adquire a forma do movimento dos conceitos. Vemos então que abstrato adquire sentido em relação não apenas ao concreto puro e simples (pois não se trata da empiria vulgar) mas em relação ao movimento de “concreção categorial”. Como resalta Grespan, “apesar de dialeticamente a exposição ter uma forma recursivo-progressiva, com o que vem depois sendo pressuposto do que vem antes, tanto quanto este é daquele, há um predomínio das formas mais ricas e complexas, nas quais as mais abstratas e iniciais *não são eliminadas*, mas redefinidas em seu papel” (Grespan, 2002, p.44, grifo nosso.). Neste mesmo sentido, comentando a relação entre Hegel e o marxismo, Colletti afirma que “na *Alfhebung* (*Suspensão/supressão*<sup>9</sup>) do finito [pensamos

---

9 Adotamos aqui a sugestão de Marcos Müller em sua tradução da *Filosofia do Direito* para a tradução de *Aufhebung* por *Suspensão/supressão* de acordo com o contexto. Não reproduziremos aqui sua longa “demonstração” dos motivos que o levam a tal opção, mas apenas indicamos que sua proposta de tradução convence da manutenção dos sentidos principais do termo em Hegel, como é sabido elevar, suprimir, guardar. Para um tratamento completo dos detalhes de tradução ver a tradução de Müller à *Introdução à Filosofia*

o movimento da circulação simples] pelo infinito [o movimento do capital] a essência do finito é conservada, donde a possibilidade de se fazer o caminho inverso, de tornar do infinito ao finito, do abstrato ao concreto, da essência ao fenômeno” (Colletti: 1969, p. 26.). Assim o percurso da concreção categorial não anula a verdade das categorias iniciais, ao menos não no seu todo. “A apresentação dialética é passagem da aparência à essência, mas a aparência permanece como aparência”. (Fausto, 1983, p. 145). Nosso estudo limita-se ao plano da aparência, ao plano da epiderme de um organismo mais complexo e que carrega outras contradições que embora “neguem” as categorias por nós analisadas, de forma alguma faz delas pontos de partida provisórios. Ao contrário, as aparências se mostram necessárias para o funcionamento essencial do sistema como um todo. Citamos o artigo de Grespan para ilustrar nossa proposição:

As determinações já da circulação simples não são simplesmente anuladas pelas da produção capitalista, mas também não são mantidas como se acrescentassem algo fundamental, isto é, que lhes dá um novo fundamento. É superado justamente o conteúdo da circulação simples, o objetivo de vender para comprar valores-de-uso, produtos que satisfaçam necessidades de consumo. Mas a circulação simples existe dentro da capitalista, quando o que circula são simples mercadorias e dinheiro, e não capital-mercadoria e capital-dinheiro; quando não há investimento, mas simples compra de bens de consumo pelos assalariados ou pelos capitalistas que também usam assim parte da mais-valia. Não é que a circulação simples seja mera hipótese irrealista, portanto mero pressuposto lógico para desenvolver o conceito de capital; ela existe, embora de modo subordinado à circulação capitalista. Com sua transformação em

---

*doDireito*, nota 25, p. 87.

momento de um processo maior, é dado a ela agora o papel de executar fases do movimento mais amplo. Não é um erro, então, constatar sua existência, mas sim constatar só sua existência, reduzindo os objetivos do capital a apenas atendera necessidades sociais de consumo (Grespan, 2002, p.45.).

Aqui reside toda a dificuldade inicial que enfrentamos para distinguir, sem isolar absolutamente, o movimento econômico M-D-M da consciência dos agentes na circulação simples. O movimento econômico M-D-M é certamente parte da circulação capitalista. Assim, por exemplo, ocorre com o trabalhador que vende (M-D) sua força de trabalho na fábrica e, com esta venda, adquire dinheiro na forma de salário. Com o dinheiro compra outra mercadoria (D-M), por exemplo, uma Bíblia ou uma garrafa de aguardente. Este movimento ocorre permanentemente como parte da circulação capitalista desenvolvida. De outro lado, pensamos a circulação simples como a seção de *O Capital* que apresenta as relações capitalistas como aparecem de imediato à consciência dos trabalhadores e capitalistas que se defrontam no mercado, mas que não deixa de ser reposta a todo o momento em que se operam trocas. As “leis da circulação simples”, a liberdade, a igualdade, a troca de equivalentes, como consciência que aparece como verdade aos agentes, não desaparecem. A Seção que abre *O Capital*, a rigor, intitulada Mercadoria e Dinheiro, revela que mesmo na “circulação capitalista como tal” a consciência dos agentes é presidida apenas e tão somente pelas “leis” da circulação simples e que o relacionamento entre os agentes, mesmo postas as classes, são relacionamentos entre indivíduos iguais que buscam tão somente a satisfação de necessidades imediatas, e que operam sempre *como se* realizassem trocas simples de dinheiro e mercadoria. Como veremos no primeiro capítulo, Marx diz que mesmo após a descoberta *post festum* da essência das relações capitalistas,

a consciência dos agentes, em si mesma, não é alterada. É esta permanência como uma epiderme do mundo capitalista que nos interessa neste trabalho.

## Epiderme

Caso pudéssemos utilizar uma metáfora já consagrada diríamos que a obra de Marx apresenta-nos a “anatomia da sociedade burguesa”, suas múltiplas partes bem como a articulação necessária das partes entre si e de cada uma delas com o todo do organismo capitalista. Analisaremos neste trabalho apenas a primeira “camada de sentido” deste corpo, sua epiderme. A circulação simples, como abstração real do mundo capitalista, não é apenas uma determinação exterior e superficial desta formação econômica, mas uma determinação aqui entendida como orgânica e contraditoriamente essencial ao seu funcionamento como organismo. Não é aparência que desvanece, mas “camada de sentido” que protege o organismo pelo feitiço da mercadoria. O funcionamento do corpo capitalista não pode prescindir da aparência harmônica da liberdade, da igualdade e da reciprocidade. Sem esta camada a essência do mundo capitalista ficaria exposta e teria dificuldades para seu movimento automático, ao menos teria dificuldades em alcançar os objetivos de sua reposição quanto ao capital variável. O movimento-valor apareceria de início como contradição entre forças produtivas e relações de produção. A metáfora, um acréscimo àquelas utilizadas pelo próprio Marx, serve para que nos lembremos da ligação indissolúvel entre essência e aparência no mundo capitalista. Ambas se nutrem e protegem, ambas são fundamentais para que o movimento-valor se efetive. A cir-

culação simples é por onde se inicia a exposição, que certamente desce até os intestinos do mundo burguês, e demonstra a parcialidade da epiderme harmônica, mesmo que isto não anule seu feitiço sobre os agentes. Essa metáfora alarga o sentido da permanência do feitiço e talvez sirva apenas como expediente para contrabalançar o sentido corrente de aparência.

No contexto alemão imediatamente anterior a Marx estes conceitos foram tema de acalorado debate filosófico. Desde a publicação da *Crítica da Razão Pura*, Kant busca “reabilitar” a aparência de seu tratamento tradicional, que consistia apenas na sua oposição à verdade, logo a interpretando como simples ilusão, como uma mera *semelhança enganadora da percepção sensível*. Para o Kant da *Crítica*, a aparência não é apenas a impressão sensível arbitrária, não distinguível, portanto, da ilusão. A ilusão (*Täuschung*), bem entendida, consiste da aceitação da aparência (*Erscheinung*) como se esta fosse “coisa em si mesma” (*Noumenon*). Sobre a aparência, diz Kant: “aquilo que não se deve procurar no objeto em si, mas sempre na relação desse objeto ao sujeito e é inseparável da representação do primeiro, é a aparência (fenômeno)”. (Kant, 1994, **B 70**, nota.) A aparência para Kant, dito de forma sumária, não é nem a coisa em si mesma, nem uma ilusão que a partir desta produziria os nossos sentidos, mas é o que percebemos na coisa em conformidade com as formas puras da sensibilidade e do entendimento. Em Hegel, por sua vez, *Erscheinung* permanece distinto da ilusão, porém não mais se aceita o caráter incognoscível da coisa em si, sendo *Erscheinung* a aparência de uma essência da qual nada permanece oculto.

Cabe-nos aqui apenas ressaltar que noções como aparência são fruto de intenso debate filosófico desde o século XVIII, nestes debates filosóficos a questão do conhecimento teve a primazia, sobretudo para Kant. Como se sabe Marx é tanto herdeiro como crítico da tradição filosófica que o antecede, não desconhecendo as ambivalências semânticas das palavras que escolhe

em *O Capital*. Em Marx a implicação “epistêmica” do *Erscheinung* determinada pela implicação política da crítica da sociedade burguesa. A aparência é tida sobretudo negativamente, embora esta não se confunda com a ilusão, nem mesmo com erro dos sentidos, mas antes é fruto do feitiço. Participa do corolário desta noção o aspecto luminoso do “brilho” e “fulgor” presentes no sentido alemão de *Schein*, entendido como brilho que mostra a coisa à qual a aparência reporta. É certo que em Marx aparência e essência não são coincidentes, ao contrário, a *exposição* revelando a essência, refuta seu aparecimento invertido. Como a aparência e a consciência dos agentes são coincidentes, o desenvolvimento da exposição é demonstração da parcialidade da consciência imediata dos agentes, donde toda a crítica ao caráter inevitavelmente fetichista do capitalismo. Não se pode deixar de assinalar que a aparência não pode ser descartada, antes é seu desenvolvimento contraditório o caminho para a demonstração da essência. A ilusão não é dimensão da aparência, mas a confusão desta com a essência. Dito de forma sintética: essência, aparência e ilusão são dimensões distintas da *coisa*. A aparência, como a entendemos, é a epiderme da essência. A metáfora, porém, não pode ser explorada apenas pelo âmbito de sua exterioridade, como se fosse o caso de se tratar de um “epifenômeno” passageiro e extrínseco à essência. Antes deve designar seu caráter ambivalente, por um lado, de dimensão que vela o sentido profundo do organismo capitalista; por outro, de camada essencial à sobrevivência da essência que esta protege. Apenas o método de exposição, entendido como crítica, pode nos revelar todas as camadas da epiderme e nos guiar por meio delas ao coração de onde pulsam as contradições do mundo capitalista e que sua epiderme oculta ao mesmo tempo em que, pela crítica, pode revelar. O trabalho crítico consiste em não se deixar ofuscar



pelo brilho do que aparece, nem tampouco reputar as aparências como simples ilusões. Antes consiste em entender as aparências como tais, investigar o nexos que une essência e aparência e, após este entendimento positivo, expor as regras da inversão de sentido que a aparência contém.



## CAPÍTULO I

# O sentido Geral da Circulação Simples

*Aqueles que consideram a abstração do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital é esta abstração in actu (K., II, p. 109).*



A análise da sociedade capitalista, a partir de sua forma elementar, é apresentada por Marx como investigação tanto do modo como *aparece* tal sociedade quanto de suas relações de sociabilidade. A seção que abre o primeiro Livro de *O Capital* será aqui analisada como investigação dos “modos do aparecer” da sociedade capitalista. Marx, ao menos desde seu texto inicial *Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito - Introdução*, deu-se conta da importância que a Economia Política assumira para o entendimento daquilo que Hegel tipifica como sendo a grande novidade dos tempos modernos, “a sociedade civil”. Assim a investigação de Marx em *O Capital* se processa como “análise fenomenológica<sup>10</sup>” das formulações e das conclusões desta “ciência”, de modo a mostrar, de um lado, seu núcleo racional e veritativo, tanto quanto, por outro lado, apontar seus limites, suas inconsistências, seus vínculos de classe e a justificação que a mesma “ciência” pretende dar à sociedade do capital. Marx, portanto, inicia sua investigação na forma de “balanço” de cada uma das categorias econômicas, na intenção de desvelar o que se esconde sob cada uma delas. Esta busca por superar a opacidade de cada uma destas categorias terá sua expressão metodológica no procedimento de analisar cada categoria em seu movimento de concreção categorial. Por consequência desta característica do método empregado por Marx, nosso trabalho estará preocupado não somente com as conclusões a que chega sua investigação, mas nos interessará, em especial, o modo como cada categoria é apresentada.

Parte-se da mercadoria. Mais precisamente a investigação tem início a partir da duplicidade inscrita no seu próprio cor-

---

10 Há, sem sombra de dúvida, uma referência à doutrina hegeliana da Essência. O “lôcus sistemático” do conceito de Aparência é no começo da *Lógica da Essência*, segundo livro da *Ciência da Lógica*. Cf. *Enciclopédia das ciências filosóficas*, vol. I – *A Ciência da Lógica*. § 131. “A essência deve aparecer”. São Paulo, Loyola, 2005.

po de mercadoria entre valor de uso e valor de troca. Preside este momento inicial a intenção de “redução” da duplicidade aparente a fórmulas mais gerais e mais comuns e chega-se à formulação de que as mercadorias podem ser “reduzidas” em sua totalidade à igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato<sup>11</sup>. Novamente abstraindo-se das qualidades sensíveis dos produtos deste trabalho abstrato e considerando-o agora como mero “dispendio de força de trabalho humano” tem-se que o acúmulo de trabalho humano em um objeto material dá a este a forma de valor. Esta é a relação comum que permite e coordena a troca de mercadorias. Este procedimento de “redução” é em Marx o procedimento de abandonar, de “apagar” todas as qualidades sensíveis dos produtos do trabalho, até que reste apenas a objetividade fantasmagórica do trabalho formal. Por meio da redução vamos da coisa à forma, da especificidade ao que é comum, do acidental ao necessário. Dizer apenas que são abstratas sem uma clara indicação da modalidade do termo abstrato em uso seria, para dizer o mínimo, impreciso. Com isso os elementos da circulação simples, a saber, trabalho abstrato e valor, estão enunciados. Certamente, por recurso analítico, Marx volta ao estudo do valor de uso como forma de manifestação (*Erscheinungsform*) do valor<sup>12</sup>. O movimento seria então: do valor de troca ao valor,

---

11 C. p. 47. Especialmente para este capítulo central, *A mercadoria*, nos utilizaremos da tradução primorosa do Professor Jorge Grespan, aqui abreviada como **MCD**, seguida da paginação da referida tradução em algarismos arábicos, no caso esta citação é da p.18. Indicaremos também, quando a citarmos, a paginação da tradução da Abril cultural. Não desconsideramos a tradução da Boitempo editorial, ao contrário, a reputamos como tão boa quanto a tradução existente. Sempre que houver divergência, apontaremos em nota.

12 “O prosseguimento da investigação nos conduzirá de volta ao valor de troca como necessário modo de expressão ou forma de aparecimento do valor, que deve ser considerado a seguir, contudo, independentemente dessa forma”. **MCD**, p. 18; **C.** p. 47. A partir de agora quando nos referirmos à edição alemã utilizaremos sempre **K**, seguido do número do livro em algarismo romanos e da paginação em algarismo arábicos.

do fenômeno ao fundamento, e volta ao valor de troca, volta ao fenômeno (Ver neste sentido: *Fausto*, 1983 p. 153.).

Tal procedimento metodológico (movimento de volta à categoria anterior) por si mesmo nos indica algo sobre a *forma de exposição* de *O Capital*: as categorias, mesmo aquelas demonstradas como aparentes, não são abandonadas antes de extrair-se delas todas as suas possibilidades analíticas. Nesse sentido é que podemos dizer que as noções presentes na seção primeira são abstratas. São abstratas em sentido hegeliano, isto é, seu conceito é considerado ainda anteriormente ao processo de sua determinação e sua efetivação e independente deles. São abstratas porque o movimento de sua concentração (*Zusammenfassung*) ainda não se efetivou, pois “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano (*im Weg*) do pensamento” (G. p. 632, M. p. 9). O abstrato é, portanto, momento do concreto, estação de seu percurso de concreção.

É fundamental abandonar a noção corrente de abstração como noção ligada a tudo o que não é coisa, noção corrente não apenas no senso comum, mas igualmente uma ressonância do materialismo vulgar, que se define antes de tudo como crença metafísica na “anterioridade” da matéria sobre o pensamento e com o qual, pensamos, Marx não está comprometido. Tampouco está comprometido com a noção de que o concreto é uma “coisa” e o abstrato é sua representação na ideia. Concreto e abstrato, como nos esclarece *O Método da Economia Política*, tem sua dialética própria, sendo o segundo “momento” do primeiro. Do mesmo modo seria insuficiente dizer, sem mais, que são “aparências”, especialmente no sentido que esta expressão adquire na linguagem comum.

Cabem aqui ainda algumas considerações sobre a aparência. Aparência no sentido comum, ou do materialismo vulgar que é seu correlato, conserva apenas o lado de sua inverdade, de sua provisoriidade, de sua passagem. O termo, de forte

e clara conotação hegeliana, deve nos indicar igualmente o lado de sua vinculação com a verdade ou a essência; a aparência é camada/momento da *Wirklichkeit*, isto é, da efetividade (Fausto, 1987)<sup>13</sup>. Marx não parece desprezar o uso comum. Por vezes distingue aparência de “mera aparência”, conferindo à segunda o sentido corriqueiro e por extensão dando à aparência um sentido mais técnico. Não nos aventuramos aqui a discutir as traduções para português das obras de Marx, mas a ausência, ainda hoje, de um léxico estabelecido no estudo da obra de Marx faz-se sentir para quem dá seus primeiros passos nestes estudos<sup>14</sup>. Em Hegel, o substantivo “aparência” verte para o português o sentido aproximado de duas palavras: *Schein*, com o verbo correspondente *Scheinen*, e a palavra *Erscheinung*, com o verbo *erscheinen*. *Schein* se liga, em Hegel, a *Wesen* (essência), porém a essência quando *Schein* (aparece) deixa algo ainda de encoberto, oculto. *Erscheinung* é também a aparência de uma essência, mas no *Erscheinung* a essência não conserva nada de oculto, *Erscheinung*, em Hegel, é um todo<sup>15</sup>. Nos estudos sobre Marx essas distinções estão longe de ser estabelecidas. Ruy Fausto (Fausto, 1983, p.86.) sugere traduzir *Erscheinung* por aparência, no sentido de fenômeno, e *Schein* por aparecer. Aparecer sugeriria a identidade entre essência e aparência e parecer a não identidade, mas o próprio Ruy Fausto admite a parcialidade desta distinção<sup>16</sup>. Em todo caso, para Marx, a apa-

---

13 Rui Fausto cita nesta discussão a *Ciência da Lógica*, Livro III, cap. 50.

14 A edição da Boitempo editorial dos *Grundrisse*, para citar um exemplo, traduz *Bestimmtheit* por *determinabilidade*, quando os hegelianos tem há muito traduzido o termo por *Determinidade*. Mais do que preciosismo, o que ainda se pode notar é que não contamos com um vocabulário minimamente estabelecido nos estudos de Marx em português, o que em certos casos, leva a equívocos.

15 Cf. Hegel, 2005, § 132. “O mundo do Fenômeno”. Ver neste sentido: Inwood. 1997, p.48

16 Como exemplo da dificuldade ressaltamos que no mesmo tomo da obra



rência tem conotações hegelianas claras, mostra a parcialidade tanto da empiria simples como a parcialidade e inverdade da consciência imediata que os homens têm dos processos que eles mesmos engendram pelo seu agir social. A aparência não é abandonada em busca da empiria reveladora, mas sim desenvolvida em suas oposições e daí até às contradições que revelam sua essência. A “crítica dos modos do aparecer” não é, portanto, uma crítica que abandone a aparência, mas que a leva a sério como e enquanto aparência da essência, a ser desvelada pela crítica. As aparências, tanto quanto as abstrações, devem ser tomadas a sério e “resolvidas” em sua dialética própria e apenas esta dialética pode mostrar sua inverdade e as regras de sua *conversão*. Não basta um recurso aos “fatos” e às “coisas”; é preciso que as “coisas” e os “fatos” venham à tona pela *exposição*. Em uma palavra, a mistificação do mundo das mercadorias não se desfaz apenas pelo recurso ao material, ao empírico, mas sim pelo desenvolvimento das contradições imanentes em cada uma das categorias mistificadas, bem como pelo desvelamento de suas articulações no interior da sociedade burguesa moderna.

Marx anuncia um dos objetivos de *O Capital*: “realizar aquilo que a economia burguesa nem sequer tentou, isto é, demonstrar a gênese dessa forma dinheiro” (MCD, p. 33; C, p. 54.)<sup>17</sup>. Pretende-se, portanto, como um ganho da obra o desvelamento deste enigma do mundo das mercadorias, o dinheiro. Assim, ao anunciar este objetivo que cabe à Seção, Marx está fazendo uma antecipação e recua no início de sua “dialética da forma do valor<sup>18</sup>” até a forma mais simples, a troca de duas mercadorias, como por exemplo a troca entre as mercadorias A e B. Nos detenhamos um pouco mais nos objetivos deste recur-

---

Ruy Fausto traduz *Schein* por aparência. Op. cit., p.315.

17 A importância da forma dinheiro do valor foi demonstrada por Reichelt, e está certamente ligada ao conceito de capital como tal. Cf. Reichelt, 2009.

18 Sobre a expressão “dialética da forma do valor”, ver Ruy Fausto, 1997.

so. O objetivo aqui é duplo: por um lado, comprovar a gênese categorial da forma dinheiro, ou fazer o dinheiro derivar do valor, um objetivo lógico, podemos dizer, de análise da “ciência” Economia Política; por outro lado, está o objetivo, por assim dizer, “político” de fazer decifrar o enigma do dinheiro, ou seja, da mercadoria universal. Utilizando uma distinção já conhecida, poderíamos dizer que a dimensão lógica ou mesmo científica do decifrar é o que está *posto* e que literalmente constitui o tecido da obra. A dimensão política fica *pressuposta*, contudo orienta e é força motriz da dimensão lógica. Pensando a partir do famoso *Posfácio* da segunda edição de *O capital*, entendemos a dimensão científica como aquele momento por Marx chamado de “*entendimento positivo do existente*”. Quando a dialética de Marx se constitui de balanço dos resultados da ciência Economia Política, desenvolve seus argumentos e chega a resultados positivos. Aqui basta lembrar o próprio Marx no item 2 do capítulo primeiro: “essa natureza bipartida do trabalho contido na mercadoria foi demonstrada criticamente pela primeira vez por mim” (MCD, p. 23. C, I, p. 49.). Aqui se referindo a sua obra “*Para a Crítica da Economia Política*” de 1859, lembra um ganho crítico e positivo, resultado de estudos “clássicos” e resultado de uma contribuição analítica vinda do embate com estes. O que aqui nos referimos como objetivo político, segunda dimensão da dialética, é enunciado por Marx nos seguintes termos: “*ela [a dialética] inclui ao mesmo tempo o entendimento (Verständnis) de sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento*” (C, I, p. 21. Grifos nossos.). O entendimento da negação da sociedade que produz a linguagem cifrada das mercadorias é a dimensão “crítica e revolucionária” da dialética. Esta dimensão, na circulação simples apenas *pressuposta*, ilumina constantemente a análise.

Pensando as “leis” ou princípios “transcendentais”<sup>19</sup> da circulação simples, a saber, a liberdade, a igualdade e o contrato, como a consciência dos agentes no modo de produção capitalista, consideramos que estas duas dimensões do método podem ser entendidas como objetivos claramente distinguíveis. Em uma palavra, os resultados da descrição econômica na circulação simples (M-D-M) não têm a mesma abrangência que a denúncia da falsa consciência, isto é, do objetivo político. Não que os objetivos caminhem em separado ou mesmo que não coincidam em suas direções, mas o que queremos destacar é que há uma dimensão da circulação simples que não deve ser entendida apenas e simplesmente como parte do processo maior, ou mesmo parte da análise subsequente. Ao contrário, defendemos que há uma permanência de questões por Marx levantadas na seção que abre *O Capital* e que mesmo a análise posterior não as dissolve. São problemas de ordem política, jurídica, moral, etc. que não encontram solução caso se compreenda a circulação simples apenas como aparência vulgar.

A troca mercantil simples (M-D-M), cujo objetivo é a mútua satisfação de necessidades dos trocantes, é análoga à relação entre indivíduos iguais, livres contratantes que se baseiam no princípio de equivalência para efetuar tais trocas. Este processo de troca será mostrado como parte da circulação capitalista propriamente dita; o portador de dinheiro, como capitalista, será capital personificado, a meta do capitalismo será demonstrada não como a obtenção de valores de uso, mas antes da valorização do valor. No entanto, ao agir no capitalismo, a consciência dos agentes será aquela mesma vista por nós na circulação simples. A camada jurídico-moral de sua descrição,

---

19 O transcendental aqui é claramente tomado por nós de empréstimo ao kantismo. Entendo que são transcendentais no sentido de serem “condições de possibilidade de algo”, no caso, de um modo de produção baseado no trabalho assalariado.

suas “leis”, permanecem como aparência necessária para os agentes. Mesmo a ação econômica desenvolvida tem como correlato a moralidade jurídica da relação simples entre portadores diretos, daí poderem os economistas “extraírem concepções, conceitos e critérios da circulação simples para explicar a sociedade do capital e do trabalho assalariado” (C, I, p. 145). Dito de outro modo, o economista extrai concepções da circulação simples para explicar a circulação capitalista, e estas concepções estão nos marcos das “leis” da circulação simples, como se fossem válidas *a priori* mesmo depois de posta a produção capitalista e a troca entre capital e trabalho assalariado.

## 1.1 - Crítica dos Modos do Aparecer e Fetice

Trabalho abstrato e valor são formas elementares de uma “linguagem que lhe é familiar, a linguagem das mercadorias” (MCD, p. 39, C, I, p. 57). Em cada uma das formas em que se representam tais elementos, se desvelam as estruturas (subcutâneas) deste mundo ofuscante, o mundo das mercadorias (*der Warenwelt*) (MCD, p. 55, C, I, p. 64)<sup>20</sup>. A mercadoria, como

---

20 Ver neste sentido Giannotti, 2000; p. 63 – 85. Também Fausto, 1983 p. 169; e Fausto, 1987, p. 55 sgs. (nota 45). Seguindo a metáfora marxiana a “dialética da formado valor” foi interpretada como a sistematização de uma “gramática” da linguagem do mundo das mercadorias. A propósito desta “gramática”, metáfora amplamente utilizada nos intérpretes nacionais aos quais nos referimos no segundo capítulo deste livro, e em especial Giannotti, a “gramática” *d’O Capital* estrutura as categorias com que lidam os agentes num plano expressivo (estas categorias, lembramos, são formas de pensamento, *Gedankenformen*) nas quais a contradição de cada termo gera um termo subsequente. Essa gramática seria acompanhada de uma “sintaxe” dada pelas categorias que demarcam relações sociais de produção, e

coisa sensível suprassensível (*sinnlich übersinnliches Ding*), não retira este caráter místico de seu valor de uso ou de seu valor isolados, mas da oposição interna à própria mercadoria. “Elas são mercadorias, contudo, apenas como algo duplo. (*Doppelt*), objetos de uso e ao mesmo tempo portadores de valor”. (MCD, p. 31-2; C. p. 53;)<sup>21</sup> É, então, a forma da mercadoria (a forma ela mesma) que lhe confere suas manhas teológicas e seu caráter enigmático. É ela que reflete aos homens as características de seus trabalhos como características das coisas e que faz o nexo entre os próprios homens dependente do valor em suas diversas formas de manifestação.

Explorando a metáfora de Marx, aquela que diz respeito à linguagem e ao mundo das mercadorias, pensamos que o feitiço é o que poderíamos chamar de semântica desta linguagem, que corresponde ao funcionamento deste mundo extravagante, onde a forma social do relacionamento dos produtores através de seus trabalhos assume a forma da relação entre produtos, ou seja, entre coisas. É o mundo às avessas. O relacionamento entre pessoas é reificado e a relação entre coi-

---

uma “semântica” que remeteria a forças produtivas e que não pode mais se reportar à consciência sem o intermédio da “linguagem das mercadorias”. A propósito Ruy Fausto fala destas relações com as mesmas metáforas (semântica e sintaxe) já em *Marx: Lógica e Política* tomo I, sendo reafirmado em sua análise mais longa da circulação simples. Cremos que tal metáfora é possibilitada de modo imanente pelas opções imagéticas de *O Capital*, tal como a linguagem *sui generis* do mundo das mercadorias a cuja análise nos dedicamos neste trabalho. O que não nos compromete com seu uso e com as consequentes conclusões a que chegam os comentaristas acima referidos. Nossas divergências não estão na metáfora em si, e a rigor, nem com a sua resposta diante do problema da circulação simples que, como veremos, é em parte tradicional.

21 Ver nesta mesma direção, *Grespan, 1999*. “O ‘nexo social’ entre os indivíduos à primeira vista *indiferentes* é o valor, concebido por Marx como uma relação social estritamente associada à generalização datroca e não como qualidade natural dos produtos, como o era para a economia política ‘clássica’”, grifos do autor.

sas socializada. Assim como no mundo da religião os produtos do cérebro humano adquirem vida própria e se relacionam com os homens como autônomos a estes, no mundo das mercadorias as mesmas põem-se sobre suas próprias pernas e aparecem como coisas com vida própria. Este é seu caráter fetichista.

No mundo das mercadorias os indivíduos podem relacionar-se apenas por meio de uma senha: o ser portador de mercadorias. A troca, ou o processo de troca, faz a mediação social entre os indivíduos atomizados da sociedade civil, e “assim eles aparecem de fato somente como portadores conscientes do processo de troca” (*P.C.*, p. 69). O comportamento social é, também este, *reduzido* a comportamento mercantil, modo de manifestação da sociabilidade capitalista em sua epiderme. Nesta relação, a mediação do contrato é certamente pressuposta, tanto quanto a troca de equivalentes. No processo de troca, o vínculo social dos *átomos* da sociedade civil é unicamente o “proveito próprio” e a “vantagem particular”. Diz Marx, ironizando: “justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral” (*C*, p. 145.). Os átomos da sociedade civil, ao invés de estarem em guerra perpétua entre si, são guiados em seus atritos rumo ao “reino dos fins”, no sentido do bem comum, para a superação (aparente) de seu atomismo na esfera abrangente do mercado. O processo de troca é capaz de converter a sociedade civil no “éden dos direitos do homem”, na atualização material do “reino dos fins”.

O mundo da circulação simples, mundo das mercadorias, é expressamente apresentado como o mundo da aparência e da identidade que oculta a contradição. Para Marx, na troca, os homens, ao permutarem seus diferentes produtos, estão equiparando-os sobre as bases da *redução* dos diferen-

tes trabalhos a trabalho humano abstrato, indistinto, em última análise, a tempo humano de vida. Diz Marx: “não o sabem, mas fazem” (*sie wissen das nicht, aber sie tun es*) (MCD, p. 72; C, I, p. 72.). O valor é o ocultamento em ato, ele transforma o produto social do trabalho em hieróglifo social (*gesellschaftliche Hieroglyphe*). Esta é a descrição da sociabilidade do mundo das mercadorias como ocultamento. O valor cria esta camada de sentido, uma camada que é sua, própria. É esta a superfície na qual nos movemos, e que é tarefa da crítica decifrar.

Não está escrito na testa do valor, portanto, o que ele é. Antes o valor transforma cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido do hieróglifo, chegar ao segredo de seu próprio produto social, pois a definição dos objetos de valor como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem. A descoberta científica tardia de que os produtos de trabalho, na medida em que são valores, são simples expressões coisificadas do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum afugenta a *aparência objetiva* das características sociais do trabalho (MCD, p. 72; C. I, p. 72; Grifos nossos.).

A tarefa crítica tem início na descoberta do que há de oculto sob esta epiderme da vida social, mesmo se a descoberta por si mesma “não dissipa, de modo algum, a *aparência objetiva* das características sociais do trabalho”. Aqui está o segredo da circulação simples como modo permanente da consciência na sociedade do capital. A “aparência objetiva” não se dissipa pela simples enunciação de seu caráter místico e mistificador, mas sendo ela fruto do relacionamento social dos homens entre si e com a natureza, requer, para a sua superação, a transformação das bases deste relacionamento. Neste sentido, “é preciso uma

base material para a sociedade ou uma série de condições de existência material, que são, elas mesmas, o produto espontâneo de um história de desenvolvimento longo e penoso”, (MCD, p. 80; C, I, p 76.) da classe daqueles que “estão presos às circunstâncias de produção mercantil”. Daí a insuficiência em dizer que se trata de “mera aparência” ou “abstração do sistema”. É aparência, porém aparência objetiva (*gegenständlichen schein*), que tem validade tanto antes como depois dessa descoberta de forma definitiva.

Já em *Para a Crítica da Economia Política* Marx classifica os relacionamentos dos indivíduos mediados pelo dinheiro<sup>22</sup> não como uma mera ilusão (vulgar) ou uma irrealidade existente apenas na cabeça do analista, pelo contrário a tarefa do analista é interpretar o relacionamento “de cabeça para baixo” que caracteriza essa sociabilidade capitalista como “mistificações e ilusões que não são inventadas, mas prosaicamente reais”. Em outra passagem, agora nos *Grundrisse*, diz Marx:

Vindo a ser, essa troca de equivalentes é apenas a camada superficial de uma produção que se assenta na apropriação do trabalho alheio sem troca, mas sob a aparência da troca. Esse sistema de troca depende do capital, como seu fundamento, e quando é considerado separado dele, tal como se mostra na superfície enquanto sistema autônomo, é mera *aparência*, mas *aparência necessária* (*notwendiger Schein*). (G, p. 409,)<sup>23</sup>

Todos estes textos são por nós alinhados na intenção de determinar a primeira dimensão de nosso problema, a sa-

---

22 A mediação se dá, portanto, pelas mercadorias, sendo o dinheiro a mercadoria universal. Por estes relacionamentos devemos tomar a sociabilidade mercantil imediata, aquele mesmo relacionamento da vida social como relacionamento entre coisas. *P.C.*, p.75.

23 Grifos do original; Cf. edição brasileira da Boitempo, p. 419.



ber, a da permanência e da validade da descrição das “formas sociais de consciência”. Esta dimensão do texto, entendida como “crítica dos modos do aparecer”, denuncia no momento mesmo de sua enunciação o caráter de ocultamento e mesmo o aspecto mistificador daquilo que Marx diz que nesta esfera “reina unicamente”. Por esta dimensão do problema nota-se igualmente a parcialidade dos economistas quando não estão a altura das tarefas da crítica, quando “encantados pelo feitiço” ou por um vínculo direto de classe, extraem da circulação simples análises com validade e poder explicativo tão limitados e parciais quanto as aparências que descrevem. Estes estão, portanto, aquém da *ciência*, e Marx os qualifica de “vulgares” em oposição aos clássicos, que buscam a seu modo decifrar os hieróglifos do valor. Entenda-se bem, não é que a ciência não leve em conta a aparência, mas a entendendo como momento, não extrai desta conclusões definitivas, tampouco deve naturalizar comportamentos historicamente localizados, datados. A “ciência” não lida com estas aparências como comportamento ou relacionamento dos homens entre si e com a natureza como comportamento humano enquanto tal, ou seja, como comportamento válido universalmente a despeito do tempo.

Trabalho abstrato e valor, que encontram sua plena vigência exclusivamente no modo de produção capitalista são, para aqueles que estão presos às circunstâncias de produção mercantil, determinações definitivas. A descoberta científica (entenda-se aqui, a *crítica*) da inverdade e da aparência das leis da circulação simples não anula a sua eficácia operatória. Este é o seu caráter de *aparência objetiva*, que, embora “afetado de negatividade” pela demonstração da inverdade de seus fundamentos (a liberdade, o contrato entre iguais, a lei de apropriação pelo trabalho), não deixa de cumprir o seu papel de ocultar (seguir ocultando) as relações reais do mundo do capital.

Em outras palavras, o mundo das mercadorias e sua

linguagem (a circulação simples) serão sempre a consciência imediata, simples, do mundo capitalista. As mercadorias, contando com um *mundo* e com uma *linguagem* que lhe são próprias, contam igualmente com um “saber”, saber este que recebe, dentro de tais limites, a “chancela” de verdade. O valor veritativo, neste contexto, corresponde à simples adequação de tal saber às “formas de funcionamento” do mundo capitalista. Sumariando: estas formas que têm por finalidade velar (*verschliert*) as relações sociais entre os produtores privados constituem as categorias da economia burguesa. A economia burguesa é o saber *par excellence* da epiderme do mundo capitalista.

Se esta epiderme é “real” nas condições impostas e constituídas pelo capital, acerca de seu “saber” se pode dizer igualmente: “são formas de pensamento socialmente válidas, e portanto, objetivas, para as relações de produção desse modo de produção determinado, a produção de mercadorias”. (MCD, p. 75; C, I, p. 73; K, I, 90.) No mundo das mercadorias, mesmo afetadas pela negação (pela descoberta científica tardiamente processada), a economia política pode obter resultados válidos. Em sua polêmica com os economistas vulgares (e não entraremos aqui nos méritos de parte a parte) Marx procura sempre caracterizá-los como enredados pelo feitiço da mercadoria. Em geral, como mostra a *nota 32* do livro I de *O capital*, eles não percebem a historicidade das categorias e os limites de sua análise, daí recaírem nas “robinsonadas”. Mesmo os maiores dentre os economistas, a saber, Smith e Ricardo, deixaram escapar que “a forma de valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, mas também a forma mais geral, do modo de produção burguês, que por ela se caracteriza como uma tipo particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo como histórico” (MCD, p. 81, nota 33. C, I, p. 76). Não percebendo isto, os economistas tratariam a forma capitalista como a “forma eterna da produção social”, assim, eles acabam sendo enfeitizados

pelas mercadorias. Se tal é uma insuficiência dos clássicos (de quem Marx é certamente tributário em sua análise econômica), tanto pior ocorre com os “economistas vulgares”:

que se debateram apenas dentro do nexo aparente, ruminando sempre de novo um entendimento plausível dos fenômenos mais grosseiros, por assim dizer, e um uso doméstico burguês do material já muito pela economia científica, mas que no geral se limitou a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as representações banais e pretenciosas que os agentes da produção burguesa têm de seu próprio melhor dos mundos. (MCD, p. 82, nota 33. C, I, p. 76).

Marx nesta nota denuncia não apenas o comprometimento de classe dos economistas vulgares, meros “porta-vozes doutrinários da burguesia”, mas igualmente critica sua queda no feitiço que deveriam decifrar. Estes não entendendo seu trabalho como crítica do aparecer, ao contrário, o fazem como naturalização do histórico; em seus estudos “científicos” o histórico *passa* por natureza. A ciência, aqui a *crítica*, trilha o caminho inverso: segue à contracorrente da percepção simples e do senso comum e apreende negativamente seu objeto, o decifrando como hieróglifo. Por isso é revolucionária, por submeter as categorias ao devir e não cristaliza-las como naturais.

A reflexão sobre as formas de vida humana e, portanto, também de sua análise científica opera ao arrepio da percepção do real, pois o real deve ser aqui entendido como feitiço. Só podendo começar quando aquelas “leis” da circulação simples já gozam de um assentimento comum, como um preconceito popular. Seguindo tal linha de raciocínio, pensamos que a crítica de tipo marxista só é possível posteriormente à generalização

do pensamento que se tornou “mundo”, na Revolução Francesa, e ao desenvolvimento da Economia Política, como formas de pensamento (*Gedankenformen*) socialmente válidas e presentes ao mundo e à consciência dos agentes. Estas são incluídas na crítica como “momentos” seus. Mesmo que não seja a crítica a mudar a vida, certamente esta participa do longo e penoso processo que culminará nesta mudança. Evitando antecipações, que é característica não apenas de Marx, mas do método por ele utilizado, ainda no primeiro capítulo de *O Capital* encontramos algumas linhas dedicadas ao modo e às condições nas quais pode desaparecer o feitiço da mercadoria:

O reflexo religioso do mundo efetivo só pode desaparecer, em geral, quando as relações no mecanismo da vida prática cotidiana se apresentarem para os homens diariamente como referências transparentes e racionais de uns com os outros e com a natureza. A figura do processo de vida social, isto é, do processo de produção material, despira o seu véu de névoa mística apenas quando se colocar como produto de homens livremente sociabilizados e sob seu controle consciente e planejado. Para isso, no entanto, é preciso uma base material para a sociedade ou uma série de condições de existência material, que são, elas mesmas, o produto espontâneo de um história de desenvolvimento longo e penoso (MCD, p. 80.)

Desfazer o místico véu que encobre a contradição entre forças produtivas e relações de produção, entre capital e trabalho, não é algo que se possa realizar cientificamente, na base de “formas de pensamento”. Significa antes criar um outro relacionamento social entre os homens e destes com a natureza, no qual o processo de produção sirva aos homens e não o contrário. O papel da crítica é mostrar que o processo produtivo que domina os homens não é uma necessidade natural, como considera

a consciência burguesa (*bürgerlichen Bewusstsein*). A descoberta da parcialidade desta consciência, mesmo fazendo “época na história do desenvolvimento da humanidade”, não dissipa o “véu místico” que a encobre, exatamente por ser ainda parte da evolução longa e penosa que é exigida para a sua efetivação.

A ofuscante epiderme da experiência capitalista segue encobrindo o mundo onde o processo de produção reina sobre os homens e faz com que este mundo luminoso apareça não apenas como modo eterno e natural da produção, mas também como mundo onde reina a liberdade, a igualdade e a lei de apropriação pelo trabalho. Poderíamos dizer, faz com que ele apareça (objetivamente) como mundo onde os homens livres dominam sobre o processo social da produção. A epiderme luminosa do mundo das mercadorias inverte o sinal dos conceitos e da vida social.

Na circulação simples temos tanto a aparência como os fundamentos do capitalismo. Mais precisamente, a seção que abre *O Capital* é composta pela integração: *fundamento-aparência*<sup>24</sup>, o todo formado por essa relação constitui a produção simples de mercadorias, momento da produção capitalista. Porém este *momento aparece* como “o todo” do mundo capitalista, aparece como consciência do funcionamento das relações sociais entre os agentes. As “leis do capitalismo”, formuladas pela economia política burguesa, são de fato as leis da produção simples. A finalidade da produção aparece como satisfação de necessidades humanas básicas. Aqui, certamente, pode-se concluir que a lei de apropriação pelo trabalho próprio encontra validade inequívoca, pois a apropriação das mercadorias não poderia vir da exploração do trabalho de outrem, mas sim do trabalho próprio. A circulação simples é parte que aparece como *todo*. Por meio dela o capital mantém a conduta dos homens, em seu processo de produção social, em seu caráter atomístico<sup>25</sup>, isto é, o

---

24 Ver, Fausto, 1983, p. 184.

25 Cf. C. I, 85; K. I, p. 108.

capital impede pela “falsa consciência” implicada na linguagem do mundo das mercadorias que os homens tenham ciência do processo social como um todo, e que, por este “estar ciente”, decifrem o enigma escrito em linguagem críptica, a saber, o enigma que ofusca as evidências de um mundo que aparece aos olhos dos agentes com os sinais invertidos em sua ofuscante epiderme. Para Ruy Fausto há uma dupla dialética que corre em paralelo. Por um lado, uma “dialética das determinações objetivas”, por exemplo, as dialéticas da forma do valor e do dinheiro, e, por outro lado, uma dialética da apresentação dos agentes. Por meio da primeira “dialética”, Marx pretenderia construir um aparato conceitual que explique tanto o funcionamento quanto a aparência do mundo capitalista, e por meio da segunda “dialética” Marx paulatinamente apresenta as “*personae*” deste mundo. Muito embora a discussão dos agentes extrapole os marcos da discussão sobre a circulação simples, citamos mais extensamente o texto de Ruy Fausto para elucidar seu pensamento e interpretação neste importante item:

Esboçemos desde já como se desenvolverá essa dialética dos agentes ao longo d’*O Capital*, e mesmo para além dele. No capítulo II, eles são postos como agentes homogêneos que trocam mercadorias no quadro de uma relação jurídica – o contrato -, relação jurídica pressuposta mais do que posta porque o direito como emanção do Estado está ausente. Os agentes são depois suportes individuais do capital, indivíduos – heterogêneos – em inércia. Isto corresponde à primeira negação do contrato. Em seguida, eles serão suportes sociais do capital, classes em *inércia*, mas somente pressupostas. O que corresponde à segunda negação do contrato. No momento seguinte, os agentes serão classes em inércia *postas*. O direito do Estado ainda não está posto, mas a relação *socioeconômica* passa, então na relação *socioeconômica*. O social é posto. O econômico pressuposto. Finalmente, para além d’*O Capital*, tem-se classes em luta, o

que significa transgressão do contrato. Esses momentos correspondem respectivamente à circulação simples, à produção capitalista enquanto produção capitalista, à produção capitalista como reprodução, à apresentação das classes (capítulo final inacabado do livro III d’*O Capital*) e aos textos histórico-políticos (Fausto, 1987, pp. 75-6. Grifos do autor).

Este trecho exige uma série de ponderações: em primeiro lugar não o consideramos, como os demais que temos citado até aqui, um comentário de texto. Trata-se, de outro lado, de uma interpretação da obra de Marx como totalidade, exercício ao qual não nos dedicamos neste estudo. As considerações explicitadas no trecho não são indicações textuais da obra de Marx, mas são fruto de uma ordenação da obra proposta pelo próprio Ruy Fausto. Em segundo lugar, um debate com Ruy Fausto sobre as classes implicaria numa consideração detalhada de sua obra e que incluiria até mesmo textos ainda prometidos para publicações futuras<sup>26</sup>. Não o faremos aqui. Salientamos apenas que no tratamento das classes, Ruy Fausto considera necessário, além da distinção que caracteriza sua obra entre *pressuposição e posição*, uma outra distinção, proposta sua, entre textos “científicos” e textos “políticos”, distinção esta que fica mais clara no terceiro volume de *Marx: Lógica e Política*, onde é feita distinção entre “ciência” e “consciência” e, consequentemente, entre os textos presididos por cada uma destas. Não nos furtando em reconhecer o brilhantismo e a criatividade desta interpretação, consideramo-la como tal, uma interpretação. Pensamos que a primeira distinção, entre *pressuposição*

---

26 O tema das classes aparece nos três tomos publicados de *Marx: Lógica e Política*, nas mais diversas facetas, no debate com o humanismo e o anti-humanismo, no debate com o historicismo e o anti-historicismo, na apresentação marxista da história, na discussão sobre o Estado, além do texto no tomo II especificamente dedicado ao tema das classes.

e *posição*, dá conta, e melhor, do texto. As classes certamente não estão postas na circulação simples, epiderme do mundo capitalista onde tudo aparece como identidade. O que a primeira Seção de *O Capital* nos mostra são indivíduos livres trocando equivalentes com o objetivo da satisfação das carências. Aqui certamente o social está pressuposto, como diz Marx em passagem acima citada de *O Método da Economia Política*: “no método teórico, é preciso que o sujeito, a sociedade, esteja sempre presente como um pressuposto (*allsVoraussetzung*)” (G, p. 633; M. p. 11). Ora, como dissera Marx páginas antes, a sociedade, por conseguinte, “a população, se omito as classes que a constituem, é uma mera abstração” (G, p. 631; M p. 7). Certamente as classes estão pressupostas como componentes da sociedade capitalista que só aos poucos se desvela em sua verdade. Pensamos que as classes começam a ser *postas* no final da segunda seção, quando Marx convida o leitor a abandonar “junto com o possuidor de dinheiro<sup>27</sup> [já revelado como capitalista ou ‘capital personificado’ na Seção II] e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção”, continua Marx, e aqui citamos mais extensamente o texto:

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para o seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor da força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso

---

27 Como diz Marx ainda como ‘capitalista individual’, pois “a existência de tal classe [dos capitalistas] é, do ponto de vista alcançado por nós até agora, o da circulação simples, ainda inexplicável”. C. p.135.



satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume. (C. p. 145. Grifos do autor).

Certamente a alteração de “fisionomia” dos personagens do drama indica que a aparência da igualdade é perturbada criticamente pela descoberta da diferença de classe. O mero “possuidor de dinheiro” é, agora, o capitalista e o antigo “possuidor de força de trabalho” é o trabalhador. As categorias *postas* indicam a mudança de registro que se segue da Seção II até a Seção VI, e finalmente na Seção VII a posição das classes se efetiva pela conversão<sup>28</sup> das “leis” da circulação simples.

Na *conversão (Umschlag)*, o que antes era pressuposto, *devém* a posto. Nesta seção vemos expressamente: “todavia a coisa assume figura inteiramente diferente se consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e se, em vez de lançarmos o olhar sobre o capitalista individual e o trabalhador individual, lançamos sobre a totalidade (*Gesamtheit*), a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora” (C, I, p. 168; K. I, p. 612). Agora o “fluxo do movimento” enunciado no *Posfácio à Segunda Edição* é responsável pelo ganho crítico da revelação da luta de classes. Mas com isto nos afastamos e muito de nosso problema. Antes de retornar a seção que abre *O Capital*, vale ainda uma palavra sobre a distinção de Ruy Fausto entre textos conceituais e textos políticos.

*O Capital*, interpreta Ruy Fausto, pertenceria, juntamente com os *Grundrisse*, à primeira modalidade de textos. Somos informados novamente pelo célebre *Posfácio* de *O Capital* que certamente o método de exposição (*Darstellungsweise*)

---

28 Cf. C. I p. 145; K. I, p. 191. Ruy Fausto traduz aqui por “*interversão*”. Esta *Umschlag* só pode ser demonstrada fora da própria circulação simples, pertencendo a nosso problema apenas como seu avesso, sua *Aufhebung*, em sentido dialético.

inclui o momento da positividade, do entendimento positivo do existente, porém, para Marx, é o incluir “ao mesmo tempo o entendimento de sua negação, da sua desaparecimento inevitável” que faz a dialética “crítica e revolucionária”.

Como Marx dissera no já citado *Posfácio da segunda edição de O Capital*: “a medida que tal crítica representa [...] uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado” (C. I, p. 18; K. I, p. 22.). Nesta linha de argumentação, entendemos textos como *O Capital* e os *Grundrisse* como cumprindo, em uma frente diversa, o mesmo papel de combate que *A Luta de Classes em França* e *O Dezoito Brumário*. Não que se tratem de textos homogêneos, porém são obras que na essência cumprem o mesmo papel de “crítica dos modos do aparecer”, mesmo que escritos em contextos e linguagens diversos e direcionados para públicos consideravelmente diferentes. Portanto, ao contrário do caminho seguido pela interpretação de Ruy Fausto, pensamos que na circulação simples as classes estão a todo tempo pressupostas, e que nas seções que se seguem são paulatinamente postas, especialmente após a transformação do dinheiro em capital e com a compra e venda da força de trabalho. Na seção terceira de *O capital*, onde se discute o mais valor absoluto e a subordinação formal do trabalho ao capital, já estão presentes as classes. Contudo é na teoria da acumulação, seção VII, em que se formula a *Lei geral da acumulação capitalista*, o lugar privilegiado da discussão das classes, ao menos no âmbito do Livro I<sup>29</sup>. Mas voltemos à circulação simples.

O processo de “decodificação” dos hieróglifos sociais nos quais se expressam as relações sociais de produção dos ho-

---

29 Ver neste sentido nossa Tese de doutoramento em Filosofia: Ázara, 2012. Especialmente o Capítulo 5: “A população como condição e como *limite* interno ao capital”, p. 125 ss.

mens deve atingir, portanto, todas as formas afetadas por estas ilusões fetichistas. Dentre estas formas se destacam o dinheiro e o preço. Marx, como vimos, já anunciara que a obra tem por objetivo realizar algo jamais tentado pela economia burguesa, a saber, comprovar a gênese desta forma-dinheiro, como vimos acima. Tal forma, a forma dinheiro do valor é aqui entendida como forma de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho<sup>30</sup>. O preço, ou a forma de expressão do valor em dinheiro, por comportar incongruências e divergências em seu modo de expressar o tempo de trabalho contido nas mercadorias, é entendido por Marx não como defectível formalmente, mas sim como “a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (C, I, p. 92). Donde se tem mais uma mostra de que um mundo contraditório não pode se expressar senão por formas e categorias contraditórias<sup>31</sup>. A contradição é inerente ao mundo às avessas, o mundo sofisticado das mercadorias<sup>32</sup>.

Para a consecução do objetivo de decodificar a escrita críptica na qual se constitui cada categoria social do capitalismo, Marx, ao mesmo tempo em que explicita os componentes de cada uma das relações, explora as antíteses fundadas sobre a forma elementar deste sistema social da vida:

---

30 Cf. C. I, p. 87; K. I, p. 109.

31 Contraditório aqui não no sentido da exacerbação da relação opositiva que levaria à uma ruptura da relação, há uma contradição entre valor e preço que não pode ser perceptível sem que sejam postas a produção capitalista e a concorrência intercapitalista.

32 Quando Marx critica o modo de vida capitalista e o modo como se comportam as “leis” de aparência do modo de produção capitalista, tem consigo a pressuposição de uma outra forma de organização da vida social, em comparação com a qual tais leis capitalistas são “julgadas” e tidas com o contraditórias ou sujeitas a autonegações. Ver neste sentido a discussão sobre o que Ruy Fausto chama: “núcleo antropológico pressuposto”; Cf. *Fausto*, 1983, e 1997, p. 94, nota 99.

A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas – essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a *possibilidade*, das crises (Grespan, 1999, p. 50).

O estatuto modal da crise, a *possibilidade*, está dado já na circulação simples por meio da separação entre compra e venda. Nos *Grundrisse*, mais do que em *O capital*, Marx enfatiza que a forma de expressão M-D-M esconde um processo duplo (M-D = venda) e (D-M = compra) e mais ainda, lembra que esta cadeia é passível de ser rompida, e aí estaria a *possibilidade* da crise. Em *O Negativo do Capital*, nos lembra Grespan que Marx entende sua “Crítica da Economia Política” como refutação da aparência do capitalismo enquanto harmonia por meio de seu “nexo interno contraditório”. É antes de tudo a descoberta de tal nexos e da “desmedida” do capital que exigem do estudo crítico a forma de apresentação dialética. O método é antes uma imposição e exigência do objeto que um capricho de filósofo. A crítica aqui, como crítica da aparência da harmonia “é uma refutação deste otimismo da ‘mão invisível’, demonstrando que o sistema econômico, mesmo concebido sobre os pressupostos dos ‘clássicos’, admite a possibilidade de crise geral” (Idem). A circulação simples é entendida por Grespan como reconstrução categorial empreendida por Marx dos resultados da economia política. Como esta reconstrução é em si crítica, ela apontará para o fantasma da crise que assombra a oposição entre compra e venda. Aqui devemos entender que mesmo a troca mercantil simples, determinada conceitualmente como oposição, já encerra a pos-

sibilidade, e somente ainda a possibilidade da crise. Esta simples possibilidade (*Möglichkeit*) da crise perturba a harmonia com a qual os clássicos pintam a sociedade civil burguesa. Dito concretamente, a crise é a não efetivação do movimento M-D, a dificuldade ou a ausência da venda. Novamente, dando um passo fora da circulação simples, poderíamos perguntar: se a circulação simples, como crítica, põe a possibilidade da crise, como passar da *possibilidade à efetividade (Wirklichkeit)*? Esta resposta, nos lembra novamente Grespan, não se encontra nos marcos teóricos da circulação simples, pois nesta os elementos centrais para o problema das crises não estão ainda enunciados<sup>33</sup>.

Seja como reconstrução crítica da teoria dos clássicos, seja como “crítica dos modos do aparecer”, na escrita objetiva da Seção inaugural de *O Capital*, há um duplo movimento, complementar e contemporâneo, por um lado, de constituição das categorias econômicas (entendimento positivo do existente) e por outro, há a demonstração de seu caráter por vezes irracional, mistificador, o que nos aponta para a necessidade de sua negação. “*O Capital*, diz Giannotti, combina análise da produção capitalista com a denúncia do fetiche da mercadoria” (Giannotti, 2000, p. 9). O fetichismo faz com que as determinações constitutivas se realizem assumindo uma aparência invertida para a consciência dos agentes econômicos. É exatamente neste ponto, a saber, nas condicionantes impostas pelo feitiço à consciência dos agentes, que se centra nosso interesse, sem, contudo, tomar o feitiço como algo descolado do processo real, mas sim como produto deste. O “teorema do fetichismo” aponta para uma tendência das formas capitalistas para o automatismo, pois nele mesmo as formas mais simples aparecem como forças “regidas por leis próprias”<sup>34</sup>.

---

33 Cf. Grespan, 1999, p. 93-4.

34 Cf. Grespan, 1999, p.57-9.

A partir da “dialética da forma do dinheiro” as categorias econômicas parecem paulatinamente e progressivamente adquirir autonomia. Como lembra Maurício Coutinho<sup>35</sup>, o ponto de partida para o capital é a circulação de mercadorias e mais especificamente o dinheiro, pois, como diz Marx, é como dinheiro que o capital estreia na circulação. Porém, como sabemos, na circulação simples apenas é analisado cada ciclo isoladamente e o capital ainda não é apresentado na qualidade de processo autônomo e automático. Os ciclos da circulação, (M-D) venda e (D-M) compra, começam a apresentar sua autonomia; sobre a compra, por exemplo, diz Marx: “como a primeira metamorfose da mercadoria é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo parcial é, simultaneamente, um processo autônomo” (C, I, p.100). A forma da circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais dos portadores de mercadorias que são agora demonstrados como apêndices das relações mercantis. O fundamental para a nossa discussão aqui é que Marx “na análise da determinação completa e desenvolvida do dinheiro (dinheiro como dinheiro), concluiu que nas funções por ele exercidas – entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial – há uma tendência à automação progressiva do valor de troca, ainda que não isenta de contradições (Coutinho, 1997 p.74.)”. A circulação do dinheiro mostra como o dinheiro progressivamente deixa para trás seu papel de meio facilitador da circulação e projeta-se como finalidade do processo mercantil<sup>36</sup>. Esta

---

35 Cf. Coutinho, 1997, p.73 sgs.

36 Como salienta Rosdolsky sobre o papel do dinheiro no ciclo M-D-M: “de modesto intermediário do processo de troca ele se converteu, inesperadamente, em um fato situado fora do processo e independente dele. Originalmente, só representava as mercadorias, agora, ao contrário, as mercadorias é que se converteram em representantes do dinheiro” p.145. Ainda na mesma página cita *Para a Crítica*: “como mediador da circulação, sofreu todo tipo de rebaixamento, daí cerceado e até degradado ao estado andrajoso, meramente simbólico, de papel. Como dinheiro, recupera sua soberania

automação, porém, não se efetiva, pois na circulação simples o *fim* do processo é ainda o valor de uso.

O dinheiro apenas pode tornar-se autônomo fora da circulação simples, na circulação capitalista propriamente dita: “tão logo o dinheiro, como valor de troca que não só se torna autônomo em relação à circulação, mas que se mantém nela, deixa de ser dinheiro, pois este enquanto tal não vai além de sua função negativa: torna-se capital” (G, p. 200). Portanto, com a forma do dinheiro, mais especificamente com o fetiche do dinheiro, “avança simultaneamente a automação do valor em sua pretensão de exterioridade em face das consciências e vontades individuais e de controle pelas leis próprias do sistema por ele constituído”. (Grespan, 1999, p. 75). O caminho que vimos ser construído é o da paulatina *reifificação* das relações entre os homens, que passam a suportes de processos econômicos, e a crescente humanização da relação-capital. Esta humanização é o processo que elevará tal relação a sujeito do processo<sup>37</sup>. É o fetichismo em sua formulação mais acabada o fim deste processo, que se inaugura na circulação simples e, extrapolando seus limites, se desenvolve no fetichismo do dinheiro e se completa na teoria do capital.

É necessário dizer que a relação enfeitiçada dos homens, como se estes fossem coisas, deve-se ao fato de que, no mundo capitalista, estes estão separados das condições materiais de produção de sua própria vida e seu trabalho é, portanto, trabalho alienado. Como salienta Rosdolsky, esse condicionante histórico, a separação dos homens e dos meios de produção (de sua propriedade), é uma pressuposição no feitiço e, aliás, de toda a circulação simples<sup>38</sup>. A inversão que leva os homens a se re-

---

dourada. O serviçal se torna senhor. De simples coadjuvante, converteu-se no deus das mercadorias” *ZurKritik*, pp. 121-2, citado por Rosdolsky.

37 Tratamos deste tema de modo pormenorizado sob o título “*Capital: subjetividade e relação*” na coletânea organizada por Del Roio, 2014, p. 275.

38 Cf. Rosdolsky, 2001, p. 117.

lacionarem entre si como se seu relacionamento fosse relação entre coisas, e a ver no relacionamento das coisas um relacionamento humano, provém de sua histórica perda do controle sobre as suas próprias relações de produção. E por ser o dinheiro a mercadoria universal, este passa a ser o “vínculo reificado da sociedade”<sup>39</sup>, a “entidade comunitária real” que ocupou o lugar da antiga comunidade, cuja coesão era mantida pelos laços naturais e pela relação de dependência pessoal. Neste sentido, ainda seguindo os *Grundrisse*, saliente Rosdolsky que o dinheiro não pode tolerar outra entidade situada acima de si: “o fetichismo da mercadoria e a criação do dinheiro são aspectos diferentes da mesma realidade [...] o valor deve tornar-se autônomo diante das mercadorias” (Rosdolsky, 2001, p. 119).

É no dinheiro, portanto, que o fetiche encontra sua mais paradigmática expressão, como se ouro, prata, ou mesmo papel moeda fossem, por natureza, valores. Como se brotassem da terra como materialização de trabalho humano abstrato. Daí que, ao invés da relação real onde o dinheiro represente o valor de todos os trabalhos e mercadorias, nos pareça, em nossas relações mercantis, que todos os produtos e trabalhos são representantes do dinheiro. No dinheiro o mundo das mercadorias não só é posto de cabeça para baixo, sai dançando. Nele a sociabilidade passa por natureza, toda historicidade se esvai e pensamos: “o metal é dinheiro”. Novamente não se trata de simples aparência, como salienta ainda Rosdolsky, mas de aparência que se impõe “categoricamente”, pois seu próprio valor de uso, seu corpo, não mantém relação com sua função.

Finalizando este primeiro ponto levantado a partir da descrição do sistema da circulação simples e da consciência que esta aparência necessária do mundo capitalista lega aos agentes reificados dos processos sociais, enfatizamos novamente o caráter duplo da apresentação de *O Capital*. Marx ao mesmo tempo

---

39 G. p. 866. Citado por Rosdolsky.



em que reconstrói as categorias da economia política clássica, “momento positivo de entendimento do existente”, opera, no próprio corpo da apresentação, a crítica a este corpus teórico, ao apontar para a parcialidade da descrição econômica e para as ilusões que esta carrega e, por vezes, ajuda a naturalizar. O próprio fato de a economia política, especialmente aquela considerada por Marx “economia vulgar”, não perceber os condicionamentos históricos de cada uma das categorias e dos respectivos relacionamentos dos agentes por elas consagrados, já é para Marx prova da limitação desta “ciência”, seja esta limitação fruto de o analista estar ele próprio enredado no feitiço das mercadorias, seja por ação deliberada de seu compromisso de classe. O papel da crítica, como vimos, é o entendimento do existente e a sua negação pelo “pôr em movimento” cada uma das categorias. Este movimento nos leva para fora do “éden dos direitos naturais do homem”, que constitui a circulação simples, e nos revela o segredo da conversão de cada uma das suas “leis” em seu contrário, o que acontece em *O Capital* na seção sétima, capítulo 23, na formulação da *Lei geral da acumulação capitalista*. Alijada deste segundo momento, a crítica recai em ciência positiva do existente, mera descrição de formas e comportamentos operatórios em um mundo que cabe ainda descrever e não transformar. Imbuídos nesta convicção, que esperamos retirar dos próprios textos de Marx, é que procuramos dar ênfase ao segundo aspecto da reconstrução categorial de *O Capital*. Nosso segundo problema é de ordem diferente. Trata-se de uma questão de *referência*, um problema da interpretação *d’O Capital*.



**CAPÍTULO II  
(TRANSIÇÃO)**

**Circulação simples:  
capitalismo ou pré-capitalismo?**



Do que dissemos no primeiro capítulo, que a circulação simples é a *epiderme* da experiência capitalista, que as “leis” que vigoram na consciência dos agentes da troca são extraídas da sociabilidade mediada pela troca de mercadorias, e que mesmo quando as determinações mais concretas do modo de produção capitalista estão postas, ainda assim, a consciência dos agentes é sempre aquela determinada pelas “leis” da circulação simples, isto é, pela igualdade, pela liberdade e pela apropriação baseada no trabalho próprio. De tudo isto, dizíamos, se depreende de que tratamos desde sempre do capitalismo, ainda que, digamos assim, de um capitalismo tal como a princípio *aparece* na epiderme desta sociedade. No entanto essa referência da primeira seção de *O Capital* à experiência capitalista não é uma unanimidade entre os intérpretes, ao contrário, esta referência se tornou uma controvérsia no interior dos estudos marxistas.

Não se trata de apenas uma controvérsia do passado, pois em um artigo já do século XXI, Christopher Arthur põe novamente na berlinda o problema da referência histórica das categorias. O professor da Universidade de Sussex é bastante enfático e diria até polêmico ao atribuir a Engels o “equivoco interpretativo” segundo o qual a primeira seção do Livro I de *O Capital* se refere ao que ficou conhecido como *Produção Simples de Mercadorias*, um período histórico imediatamente anterior ao capitalismo (ARTHUR, 2005). Apenas como uma amostra, podemos citar autores de perspectivas diversas e que concordam neste ponto de modo unânime, tais como Isack Illich Rubin (1980 p. 273); Ruy Fausto (1983, p. 108); João Bernardo (1977, p. 293); Ernest Mandel (1985, p. 12) Ronald Meek (1971, p.123-147). Vejamos de perto a origem desta controvérsia.

## 2. 1 – O problema do começo e sua relação com a história

Com a dialética da forma do dinheiro tocamos em um segundo aspecto de nosso problema, a saber, aquele que diz respeito a relação entre a circulação simples e uma possível descrição de períodos históricos, ou processos econômicos historicamente localizáveis no tempo. Certamente a descrição, do ponto de vista econômico, para que dê conta da sociedade capitalista deve pressupor o capital. Teríamos até aqui: a mercadoria (M) – o valor (V) – o dinheiro (D) – o capital (C) (“pressuposto”). A relação entre *pressuposição* e *posição* deverá iluminar a resposta sobre a pretensão de validade da descrição marxiana do processo histórico (se é que existe esta “descrição”) aqui presente. Entre os conceitos M-V-D-“C” há uma dependência de sentido recíproca, como salienta Rosdolsky, o que significa dizer que cada uma delas só pode ser bem entendido em sua relação com aqueles que o precedem. Assim, cada uma das categorias pressupõe a seguinte e só nela alcança seu desenvolvimento completo”. Aqui aparece o problema da história na circulação simples. Esta descrição corresponde a algum momento histórico da humanidade?

Em outra formulação: a gênese das categorias segue sua gênese na história das sociedades, passando do pré-capitalismo ao capitalismo? Não há nenhuma contradição em pensar que uma reconstrução das categorias desde suas formas mais elementares seja o correlato de uma descrição das formas econômicas desde seus começos mais tenros, desde seu caráter mais primitivo<sup>40</sup>. Usando uma metáfora do próprio Marx, a ana-

---

40 Certamente não seria nenhuma extravagância metodológica, pois ao menos desde Hobbes o recurso a hipóteses, ou a condições hipotéticas do passado, como ilustração ou mesmo prova de condições sociais modernas,

tomia do macaco, então, seria a chave para a anatomia do homem, o mercantilismo a chave para a anatomia do capitalismo.

De outro lado não seria igualmente contraditório pensar que Marx tem sempre diante de si a sociedade capitalista como tal e que, abstraindo de categorias indispensáveis ao seu funcionamento normal, formule a circulação simples em abstrato, para que só posteriormente, e seguindo o desenvolvimento lógico e não histórico as categorias sejam todas postas. Usando a mesma metáfora, e agora como Marx a utiliza, podemos dizer que “a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco” (G. p.636, M. p.17). Marx expressamente diz que a sociedade capitalista é a chave para que se compreenda a sociedade antiga, medieval, etc. A sociedade burguesa como organização histórica da produção mais desenvolvida é neste sentido o único *modelo* possível e *concreto* para a análise da realidade econômica. Marx, se assim tomamos a estrutura de sua obra, ao contrário de usar o pré-capitalismo para entender a sociedade do capital, mesmo quando estuda formações econômicas pré-capitalistas, está com os olhos voltados para o capitalismo.

Com isto nos aproximamos da formulação do problema do ponto de vista da descrição histórica das categorias. Certamente que cada categoria analisada na circulação simples tem atrás de si uma história, e mais particularmente a de trabalho abstrato.

O longo caminho de desenvolvimento das forças produtivas é que possibilitou que o trabalho possa ser cristalizado abstratamente numa forma e que pareça fortuito aos homens o modo como cada trabalhador individual participa desta forma geral, isto é, que seu trabalho seja passível de redução ao trabalho abstrato. Enquanto que no mundo medieval o artesão está,

---

é amplamente utilizado. A artificialidade das condições sociais da hipótese equivaleria à artificialidade do experimento científico moderno, com condições ideais de temperatura, pressão, atrito, etc.

por assim dizer, preso em uma determinação de seu trabalho, devendo permanecer neste a vida toda, é uma novidade dos tempos modernos a indiferença do trabalho a ser realizado por um trabalhador assalariado. O mesmo trabalhador pode ser hoje ferreiro e amanhã padeiro, etc. Este processo histórico-social está, como nos parece claro, *pressuposto* durante todo o percurso da primeira seção, que não apenas deixa de *pôr* este processo estilisticamente, ou por seguir uma certa “ordem das razões”, mas, cremos, não o põe, pois este nega a verdade aparente da epiderme do mundo capitalista, que é ainda preservada como e enquanto aparência. Assim, *pôr* a historicidade que nega a aparência idílica do mundo capitalista seria uma antecipação. Mas não é nesta acepção de historicidade que nos deparamos como questão; pensamos sobretudo na relação de referência, a saber, trata-se de precisar se a seção que abre *O Capital* descreve um processo histórico capitalista ou pré-capitalista.

Afirmando que a circulação simples trata da aparência do capitalismo, de sua epiderme, estamos admitindo que o objeto da seção I de *O Capital* é o capitalismo. Porém aqueles que assumem a teoria de *O Capital* como fazendo referência a um relacionamento que visa o valor de uso, ou seja, cujo objetivo é oposto ao do capitalismo, não deixam de ter argumentos. Há certa mente textos em que Marx faz referências históricas, por exemplo, ao mercantilismo, especialmente nos capítulos dois e três, ao tratar do processo de troca e do dinheiro, ou seja, referências a acontecimentos ou formas que se desenvolvem no tempo<sup>41</sup>. Dizer que estas referências se fazem sobre um “fundo lógico” como um discurso pressuposto, por mais precisas que sejam as articulações entre estes conceitos, não responde ao todo a questão. Para Lucio Colletti a circulação simples é uma construção categorial que segue o curso histórico, isto é, acom-

---

41 Apenas para citar trechos de *O capital* que fazem referência textual ao século XVII, pp. 81-82, 102, 111-112.



panha o desenvolvimento do pré-capitalismo ao capitalismo. Em seu estudo *Il Marxismo e Hegel*, compreende a primeira seção de *O Capital* como a descrição crítica e científica realizada por Marx do processo pelo qual, a partir de formas de produção pré-capitalistas mais simples, começa a se operar uma diferenciação entre os produtos destinados ao consumo imediato e aqueles produtos que chegam ao consumo por meio da troca<sup>42</sup>. Segundo Colletti, as categorias n' *O Capital* são constituídas por dedução e indução (para ele, portanto, cientificamente) e acompanham o desenvolvimento do real, isto é, o desenvolvimento histórico que nos leva do pré-capitalismo ao capitalismo. O desenvolvimento não é entendido apenas como dialético, mas antes de tudo como histórico<sup>43</sup>. Porém é necessário fazer referência à origem da tese segundo a qual a seção que abre *O Capital* descreveria historicamente o período anterior ao capitalismo, se constituindo assim de sua pré-história.

## 2.2 - Origem da controvérsia

Rubin aponta um fato que marcaria o início da controvérsia sobre a referência histórica da chamada “lei do valor” de Marx. Para os críticos, sobretudo após a publicação do livro III de *O Capital*, teria ficado claro que a lei do valor-trabalho, na forma em que Marx a desenvolveu no livro I, não é aplicável ao capitalismo, mas é, apesar disso, inteiramente compatível com

---

42 Cf. *Colletti, 1969*. Especialmente as págs. 129-144.

43 Certamente aqui a influência de Engels se faz sentir nas análises de Colletti. Aqui a dialética é convertida, senão em ciência total, ao menos em ciência da história. Ver especialmente o capítulo dedicado a relação Engels e Hegel. p. 87-111

o período histórico que precede o surgimento do capitalismo. Tal período seria caracterizado pelas relações mercantis entre pequenos proprietários e artesãos. Lembra ainda o autor russo que Engels, em seu artigo que foi publicado na revista *Neue-Zeit* de 1895, “deu fundamento à ideia de que a lei do valor, de Marx, teve vigência durante um período que se iniciou com o surgimento da troca e terminou no séc. XV, quando surgiu o capitalismo” (Rubin, 1980, p. 273). Vejamos de perto esta página importante da história da recepção da obra de Marx<sup>44</sup>.

Engels escreve em resposta aos críticos no suplemento incluído à sua edição do Livro III de *O Capital*:

Em resumo, a lei do valor de Marx é válida de forma geral (*giltallgemein*), na medida em que as leis econômicas podem sê-lo, para todo o **período da produção simples demercadorias**, portanto até o momento (*bis zur Zeit*) em que esta última sofreu uma modificação pela emergência da forma de produção capitalista. Até lá, os preços gravitam em torno dos valores determinados pela lei de Marx e oscilam em torno desses valores, de modo que quanto mais plenamente se desenvolve a produção simples de mercadorias, mais os preços médios (que se estabelecem) no interior de períodos mais longos não interrompidos por nenhuma perturbação exterior violenta coincidem, dentro de margens aproximáveis, com seus valores. A lei do valor de Marx tem pois uma validade econômica geral (*ökonomisch-allgemeine Gültigkeit*) por um período que vai do início da troca, que transforma produtos em

---

44 Para Ernest Mandel, há dois grandes grupos de intérpretes quanto a questão da referência histórica da seção que abre *O Capital*; 1) por um lado os que interpretam a partir da ideia de que a seção se refere e descreve o mundo pré-capitalista, entre os quais ele inclui Engels, e a si próprio. 2) por outro os que interpretam a circulação simples como abstração do capitalismo, mas que, contudo, descreve o mundo capitalismo e não o pré-capitalismo. Entre eles lista Isaac Rubin e Althusser.

mercadorias, até o século XV da nossa era. Mas a troca de mercadorias data de uma época anterior a toda história escrita, a qual nos conduz no Egito pelo menos a três mil e quinhentos anos e talvez cinco mil anos, na Babilônia a quatro mil e talvez a cinco mil anos antes de nossa era; a lei do valor reinou (*geherrscht*) durante um período de cinco a sete mil anos.<sup>45</sup>

O que chama a atenção no texto de Engels é que a lei do valor é por ele entendida não no sentido de que “também” tenha vigência no pré-capitalismo, mas que “apenas” neste vige. Temos então uma lei do valor que vige (entre 5000 a 7000 anos) por todos os modos de produção à exceção do capitalista. Este texto é, em linhas gerais, o “marco zero” do problema de que nos ocupamos. É nele que pela primeira vez a questão da referência histórica da lei do valor, e, portanto da seção que abre *O Capital*, foi posta em debate por autores marxistas. Veremos que é em apoio ou recusa da tese aqui defendida por Engels que se perfilam as resoluções oferecidas pela tradição ao referido problema. Antes de analisar algumas das resoluções propostas ao longo do século XX, nos detenhamos um pouco mais sobre a tese do próprio Engels.

Engels procura corroborar a sua tese com um exemplo que merece nossa atenção, a saber, o camponês da idade média. Citamos novamente de forma extensa o texto, para poder elucidar a questão:

O camponês da Idade Média conhecia, pois, com bastante exatidão o tempo de trabalho necessário ao fabrico dos objetos que adquiria por troca. [...]

---

45 Citamos aqui a tradução feita por Fausto, 1983, p. 108. Os grifos são nossos. Este texto foi escrito por Engels como suplemento ao Livro III de *O Capital* e posteriormente publicado como artigo na revista *Die Neue Zeit* em 1895. Este texto é também citado por Ranceire in Althusser, 1975, p. 139, e por João Bernardo, 1977, p. 293-294. O trecho traduzido nesta última obra é mais completo e nos referiremos também a ele quando necessário.

Tanto o camponês como aquele a quem comprava eram *operários* e os artigos trocados eram por eles produzidos. Que tinham gasto para o fabrico desses produtos? Trabalho e somente trabalho. [...] A partir dessa *determinação do valor pelo tempo de trabalho* desenvolveu-se toda a produção mercantil e, ao mesmo tempo, as múltiplas relações em que se afirmam os diversos aspectos da lei do valor. (ENGELS, apud, Bernardo, 1977, p. 293. Os grifos são nossos).

O camponês medieval, que é um operário, troca mercadorias a partir de seu valor, então, devemos entender, troca com base na abstração do trabalho que é a substância do valor. Este relacionamento baseado na troca de equivalentes se fundamenta na abstração do trabalho que gera valor e cria “as múltiplas relações em que se afirmam os diversos aspectos da lei do valor”, ou seja, os relacionamentos enfeitizados dos homens com as mercadorias. Pois bem, tudo isso vale, para Engels, até o século XV, ou seja, até as vésperas da irrupção do mundo burguês moderno. Mas vejamos ainda um detalhe. É que Marx também utiliza o mundo medieval como exemplo ao final do capítulo primeiro de *O Capital*, porém seu uso do mundo medieval tem a função de apresentar uma imagem de contraste, funcionando como um modelo de um mundo em que não vale a “lei do valor” tal como exposta até o final daquele capítulo. É o que se entende de um período do parágrafo que faz a transição para as “incursões” aos outros modos de produção históricos, diz *O Capital*: “todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e o fantasmagórico que enevoam os produtos de trabalho sobre a base da produção de mercadorias, portanto, desaparece (*verschwindet*) prontamente assim que nos refugiamos em outras formas de produção” (MCD, p. 75; C. I, p.73; K. I, p. 90). As outras formas de produção, a saber, a abstração da ilha de Robinson, a “sombria Idade Média”, a

“família camponesa” e o socialismo da “associação de homens livres”, são as formações econômicas que contrastam com o funcionamento capitalista da lei do valor tal como apresentada na circulação simples.

Engels diz o contrário: se quisermos um exemplo para o funcionamento da lei do valor voltaremos ao mundo medieval e pré-capitalista em geral. A diferença é aqui flagrante entre estes autores tantas vezes identificados na literatura marxista.

Vejamos o que diz Marx da Idade Média. A primeira notação é jurídica: ao contrário do trabalhador capitalista ou mesmo de Robinson, ali todos são dependentes, ou seja, a forma jurídica da liberdade é fundamental para a constituição do homem capitalista e das relações sociais que este engendra. Se tal liberdade é ainda abstrata, nem por isso deixa de ser real. Faltando ao mundo medieval as formas da liberdade e da igualdade, fica difícil compreender como e por que suas relações sociais causariam as ilusões que Marx analisa na circulação simples. Prossegue Marx: “mas até porque as relações de dependência pessoal formam a base social dada, produtos e trabalhos não precisam adotar uma figura fantástica, diversa de sua realidade” (MCD, p. 76; C. I, p. 74)<sup>46</sup>. As relações sociais de dependência, ou na forma do contraste, a ausência da liberdade e da igualdade dos contratantes que agem unicamente por vontade, faz com que tanto o trabalho quanto o seu produto não adquiram uma “forma fantástica” (*phantastische Gestalt*). O contexto não nos deixa outra alternativa senão identificar esta “forma fantástica” com o trabalho abstrato, forma do trabalho na lei do valor capitalista, e com a forma valor do produto do trabalho. Assim, para Marx, o trabalho do servo (para Engels um operário) não cria “coisas fisicamente metafísicas” e não gera o feitiço

---

46 “*AberebenweilpersönlicheAbhängigkeitsverhältniss e die gegebenegesellschaftlicheGrundlagebilden, brauchenArbeitenundProduktenichteine von ihrerRealitätverschiednephantastische Gestalt anzunehmen.*” K. p. 91.

da mercadoria, por não ter uma determinação interna antitética tal e qual fora apresentado na circulação simples. Marx vai ainda mais adiante e diz que na sombria Idade Média: “A forma natural do trabalho, sua particularidade (*die Naturalform der Arbeit, ihre Besonderheit*) e não, a suageneralidade (*ihre Allgemeinheit*) como sobre base da produção de mercadorias, é aqui a sua forma social imediata” (MCD, p. 77.). Ou seja, avalie-se como se queria a “Idade das Trevas”, o fato é que ao menos as suas relações de produção são mais claras e transparentes do que aquelas analisadas na primeira seção de *O Capital*. Marx insiste em contrastar o trabalho concreto que preside a análise do mundo medieval e pré-capitalista, com o trabalho abstrato, forma social do trabalho no modo de produção capitalista analisado, ainda que de forma abstrata, na seção inicial de *O Capital*.

Engels ainda poderia acrescentar que: “Durante todo o período da economia camponesa natural a única troca possível é aquela em que as quantidades de mercadorias tendem a medir-se cada vez mais consoante as quantidades de trabalho que materializam” (Apud Bernardo, 1977, p.293) . Em parte o texto de Marx está em concordância quando diz: “o trabalho servil é medido pelo tempo tanto quanto o trabalho produtor de mercadorias”. Ainda que, diferente de Marx, Engels veja o servo medieval como “operário” e o fruto de seu trabalho como “mercadoria”. Para Marx o trabalho do servo medieval não produz mercadoria, e continua ele: “mas qualquer servo sabe que é um quantum determinado de sua força de trabalho pessoal que ele despense no serviço de seu senhor” (MCD, p. 77). Aqui fica claro que não se trata de trabalho abstrato e valor. Trata-se de relações concretas e não místicas como no capitalismo. Por isso é que “o dízimo prestado ao padre é mais claro que a benção do padre”. O contraste é evidente. No capitalismo o tra-

balho é mistificado, a religião desmistificada<sup>47</sup>. No feudalismo não há nada de místico no trabalho, ele é trabalho concreto. No capitalismo o trabalho é místico como a benção do pastor protestante, talvez mais nebuloso do que esta. Na Idade Média não há esta complicação do abstrato, “qualquer que seja a forma como se julgam as máscaras em que os homens se defrontam aqui, as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem de todo modo como suas próprias relações pessoais e não são disfarçadas de relações entre sociais das coisas os produtos do trabalho”. (MCD, p. 77).

Na nebulosa Idade Média, e aqui já há ironia, temos o “anti-feitiço da mercadoria”. Nesta formação social o trabalho e seu produto não tem nada de fantasmagórico ou suprassensível. As formas trabalho abstrato e valor, incompatíveis com a forma da servidão medieval, serão determinantes para o feitiço de outra formação econômica que, embora lide em abstrato com a ideia da liberdade, não põe o trabalho a serviço dos homens, ao contrário, coloca estes a serviço do capital.

Há ainda um elemento importante ao qual precisamos nos referir com um pouco mais de atenção. Trata-se da crítica que o próprio Marx faz ao procedimento da economia clássica e que em muito nos ilumina nesta discussão. Se analisarmos a crítica que Marx faz ao caráter atemporal e fictício da análise de Smith<sup>48</sup>, veremos que sua crítica se aplica, neste caso, a interpretações como esta de Engels. Vejamos um texto de *Para a Crítica da Economia Política*: “Adam determina, com efeito, o

---

47 Marx adiante irá dizer que a forma religiosa mais compatível com o capitalismo é o protestantismo, forma mais racionalizada da religião cristã. C. I, p. 75.

48 Smith, como herdeiro da tradição pós-revolucionária inglesa, terá como intenção permanente o desejo de fundamentar todas as categorias sobre a base de uma sociabilidade primitiva, o estado natural, e cada categoria complexa sobre a base de uma mais simples, formando uma cadeia de complexidade que nos levará ao todo da sociedade atual. Para uma discussão mais de talhada do tema ver: Grespan, 2001.

valor da mercadoria através do tempo de trabalho contido nela, mas depois leva novamente a efetividade dessa determinação de valor aos tempos pré-adâmicos” (P.C., p. 83). Smith, como depois Engels, viu-se em apuros para conciliar a troca simples de mercadorias pelo seu valor, com as formas mais desenvolvidas da sociedade capitalista.

Em outras palavras, o que lhe parece verdadeiro do ponto de vista da simples mercadoria torna-se-lhe obscuro logo que, no seu lugar, surgem as formas superiores e mais complicadas, como capital, trabalho assalariado, renda da terra etc. Isso ele exprime da seguinte forma: o valor das mercadorias era medido pelo tempo de trabalho contido nelas no *paradise lost* da burguesia, onde os homens não se defrontavam ainda como capitalistas, assalariados, proprietários fundiários, arrendatários, usurários etc., mas apenas como pessoas dedicadas à produção e ao intercâmbio de mercadorias (P.C., p. 83).

Marx, ao avesso deste procedimento, em seu empreendimento de analisar a sociabilidade que se perfaz através da troca e para efeito de simplificação e crítica, vale-se de uma abstração lógica e não histórica. Abstração essa na qual todos os homens são igualmente produtores independentes, proprietários de seus meios de produção e não valem-se do trabalho assalariado. Todos fabricam para uma espécie de mercado geral, no qual o trabalho seria o critério econômico e os preços correspondentes aos valores. O elemento crítico se perfila na correspondência desta abstração com a consciência dos agentes nos processos mercantis que, como vimos no primeiro capítulo deste capítulo, coincide com a imagem com a qual o capital se apresenta em sua epiderme. A crítica é posta já na apresentação deste quadro como abstração real que não corresponde à essência do processo capitalista. Essa “época de



ouro”, esse “*paradise lost*”, deixa de ser um mítico passado e passa a ser entendido como consciência e como abstração. Antes que uma descrição de um belo passado, a circulação simples é, em primeiro lugar, o capitalismo abstraído da exploração do mais-valor e da luta de classes; e em segundo lugar, abstraído das determinantes econômicas mais fundamentais, como capital, concorrência, etc. Em terceiro lugar, é a ideologia capitalista posta como consciência a ser superada pelo longo e penoso processo histórico da luta da classe trabalhadora rumo à perda de suas cadeias. A circulação simples não pode “não tratar do capitalismo”. O que nela vemos é unicamente o capitalismo com abstração e crítica.

Como veremos, esta alternativa de interpretação, que considera a circulação simples como descrição de períodos históricos pré-capitalistas e que se desenvolve até o nascimento do capitalismo<sup>49</sup> tem diante de si o obstáculo de relacionar os *elementos* da circulação simples, a saber, trabalho abstrato e valor, no interior do pré-capitalismo. Porém, antes de analisar propriamente os textos de Marx no sentido de encontrar uma resposta para o problema, é preciso analisar as outras propostas de solução dadas ao problema, bem com a repercussão da tese de Engels no século XX. A questão é formulada por nós no sentido de descobrir qual a densidade descritiva, dentro de uma perspectiva histórica, da seção que abre a obra de Marx. Responder a esta questão implica em encontrar uma *referência* precisa da teoria da circulação simples dentro da obra teórica de Marx, isto é, ao que remete esta seção de *O Capital*.

---

49 Nesta interpretação a circulação simples seguiria o modelo de uma fenomenologia histórica, como pensam autores como Colletti.



## **CAPÍTULO III**

### **A Circulação simples em questão.**

O segredo da expansão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular.



No presente capítulo veremos algumas das “resoluções” propostas ao problema da referência histórica das categorias. Será uma oportunidade de estudar o debate sobre o começo da exposição crítica da economia política feita por parte da tradição de intérpretes de *O Capital* de Marx. Veremos que a tese de Engels, não obstante o valor e importância históricos de seu proponente, o que lhe confere certa autoridade, é defendida por parcela minoritária dos autores do século XX. Ruy Fausto, por exemplo, chega a dizer, a propósito do debate sobre a questão, que sua tese é, no final do século XX, quase unanimemente rejeitada, embora registremos as exceções.

### **3.1 - Respostas dos Intérpretes marxistas ao Problema da Referência Histórica das categorias.**

Engels ao procurar defender a teoria de *O Capital* da crítica de que a “teoria do valor” seria incompatível com a “teoria dos preços de produção” deu início a uma corrente de intérpretes que leram a circulação simples como uma forma de introdução ao capitalismo, “introdução histórica” que narraria os relacionamentos de troca como ocorriam anteriormente ao surgimento do capitalismo, e que por meio de um desenvolvimento histórico nos levaria do pré-capitalismo ao capitalismo. Sendo assim, a seção I de *O Capital* não se refere ao capitalismo, mas antes é sua pré-história. Em momento oportuno ofereceremos nossa avaliação da questão, mais precisamente, no quarto capítulo deste livro, então veremos de que forma a análise dos elementos do problema nos revela como Marx tem, todo o tempo, o capitalismo diante de si ao analisar a circula-

ção simples, não podendo se referir a outro modo de produção senão ao burguês moderno. Consideramos que tal resposta deve se seguir de uma real determinação entre o método e o conteúdo contraditório que ele visa desvendar. Isto, como sabemos, implica admitir que a opção pelo método dialético é uma exigência do objeto contraditório que se visa estudar, ou seja, de uma forma de organização social que necessita de uma camada ideológica (cujos elementos são a liberdade, a igualdade e o contrato) para a reprodução de sua dominação de classe. Tal dominação não aparece na superfície da sociedade, antes seu conhecimento é o resultado, por um lado da evolução histórica do antagonismo de classe, por outro, da demonstração categorial que não se baseia na simples denúncia de sua aparência, mas que apresenta as leis de sua “conversão” em seu contrário.

A seção I de *O Capital* é o momento do entendimento positivo da aparência. Esta aparência tem o estatuto de uma verdade negada pela revelação da essência, porém mantém sua validade como “consciência simples” do mundo capitalista. São elementos marcantes do ponto de vista histórico desta consciência, por um lado, a generalização dos ideais políticos e culturais típicos da era revolucionária que se inaugura com a Revolução Francesa, e por outro, a determinação da Economia Política como ciência da sociedade civil burguesa e de sua estrutura dinâmica. Contudo não se trata aqui de contraposição a qualquer intérprete, nem muito menos a alguém da estatura de Engels, nosso interesse neste capítulo será o de mostrar como os intérpretes do século XX se posicionam frente ao problema da referência histórica daquelas categorias que compõem o que aqui temos chamado de circulação simples. Como se mostrou no capítulo anterior o debate surge a partir da tese engelsiana segundo a qual a lei do valor, tema da primeira seção de *O Capital*, se refere exclusivamente ao pré-capitalismo.

## 3.2 - Circulação simples no debate do Marxismo soviético.

Na análise de Rubín a teoria do valor-trabalho, tal como foi desenvolvida por Marx, não é incompatível com a teoria dos preços de produção, “como ficou comum afirmar após a publicação do terceiro volume de *O Capital*”. O autor russo procura mostrar que a teoria do valor, como toda a discussão empreendida nas seções iniciais e, a rigor, em todo o livro primeiro, é feita sem que ainda se tenham postas todas as condicionantes econômicas que a análise concreta exige. Em outras palavras, a seção I, e o Livro I em geral, são parte do todo concreto que é o capitalismo e que da discussão ali empreendida se omitiu, para efeito de simplificação, determinações complementares que serão postas nos Livros II e III<sup>50</sup>. Termina Rubín: “consequentemente, a teoria do valor-trabalho é um fundamento necessário à teoria do preço de produção, e a teoria do preço de produção é um desenvolvimen-

---

50 Neste sentido, diz Rubín, que a comparação entre a teoria do preço de produção: (produtividade do trabalho + trabalho abstrato + valor + preço de distribuição do capital + distribuição do trabalho) com o esquema mais simples da produção simples, aquele exposto no início da obra: (produtividade do trabalho + trabalho abstrato + valor + distribuição do trabalho), revela que o segundo esquema é parte do primeiro e, podemos dizer, é o primeiro abstraído de duas determinantes fundamentais, só posteriormente postas para dar concretude à análise. Continua ainda: “em ambos os esquemas o primeiro e o último termo são o mesmo. O mecanismo das relações causais entre eles também é o mesmo. Mas, no primeiro esquema [produtividade do trabalho + trabalho abstrato + valor + distribuição do trabalho] partimos do princípio de que a conexão causal é mais imediata e direta. No segundo [produtividade do trabalho + trabalho abstrato + valor + preço de produção + distribuição do capital + distribuição do trabalho] introduzimos elementos que complicam a situação, nomeadamente elos intermediários. Este é o caminho normal da análise abstrata, um caminho que Marx utilizou em todas as suas construções”. *Rubín, 1977*, p. 331.

to necessário da teoria do valor-trabalho”. (Rubin, 1977, p. 328.) Não são, portanto, duas teorias que se excluem, mas antes “duas fases lógicas ou graus de abstração dos mesmos fenômenos econômicos”. A teoria do valor, e por isso a circulação simples, é preciso insistir, tem sua referência na economia de mercado simples, que descreve as relações entre produtores de mercadorias, não no pré-capitalismo. É uma teoria do capitalismo abstrato, é uma teoria da *epiderme* do capital.

Para Rubin a tese assumida por Engels é errônea por confundir o desenvolvimento lógico das categorias com o desenvolvimento histórico. Para Rubin, trata-se de uma abstração teórica e não um quadro da transição histórica da economia mercantil à economia capitalista. Rubin opõe-se à tese engelsiana de que a teoria do valor-trabalho não é aplicável ao capitalismo, sendo válida para o período imediatamente anterior ao seu surgimento. Porém, pelo respeito que merece alguém como Engels, Rubin é econômico em suas críticas. O autor soviético, de fato, nos faz pensar por um outro ângulo, a saber, é preciso distinguir a questão da validade da lei do valor no capitalismo de uma outra questão, que versa sobre a existência ou não da lei do valor antes do capitalismo.

Em primeiro lugar: não há dúvidas de que a circulação simples se refere ao capitalismo, não entender isso “não é apenas falho de sentido, mas também pernicioso”. Como veremos o *Método da Economia Política* é farto em provas nesta direção, e Rubin não deixa de recorrer a estas para concluir:

“A teoria do valor trabalho que desenvolve um sistema lógico completo do valor das mercadorias, do trabalho abstrato, do trabalho socialmente necessário, etc., exprime a ‘relação unilateral abstrata de um agregado concreto vivo já dado’, isto é, exprime a abstração da economia capitalista.”(Rubin, 1977, p. 335)



Em segundo lugar, a questão da referência histórica da lei do valor no pré-capitalismo pode ser, para Rubin, respondida de duas formas: sim, as mercadorias eram trocadas em proporção com os consumos de trabalhos antes do aparecimento do capitalismo; ou negativamente: não, a troca pré-capitalista em nada se relaciona com o trabalho abstrato e o valor. Dada a validade da descrição da circulação simples para o capitalismo, a sua existência prévia é indiferente, qualquer das respostas “não libertará os marxistas da sua responsabilidade em aceitar o desafio dos adversários sobre a questão do significado teórico da lei do valor-trabalho para a compreensão da economia capitalista”. (Idem, p. 335) Não se pode confundir ausência de categorias com incapacidade descritivas, abstração com pré-capitalismo; *O Capital* trata tão somente da sociedade e da economia capitalistas, o que não pode ser confundido com uma história do capitalismo. Comentando a relação entre o plano lógico das categorias e a validade da descrição histórica que as mesmas operam, Rubin conclui: “a teoria do valor não nos dá a descrição de uma sociedade imaginária, que é o oposto da sociedade capitalista; ela nos dá uma generalização de um aspecto da sociedade capitalista<sup>51</sup>” (Ibidem). Complementaríamos: do capitalismo como este aparece em sua epiderme.

Nos parece que a questão da referência de tal seção de *O Capital* não encontra uma resposta simples e unívoca entre os opostos: “é uma descrição do pré-capitalismo” ou “descreve o capitalismo”, ou ainda “é uma invenção literária para fins de contraste”, proposta minoritária (e exótica), porém presente na

---

51 Rubin está buscando um contraste tanto com a interpretação de que a circulação simples contém um postulado ético da liberdade, proposto por Dietzei, quanto que esta seja uma imagem de contraste imaginária, proposta por Croce. Ver: *Rubin, 1980*, pp. 102 a 105. Sobre a questão da inter-relação entre a ordem lógica e a ordem histórica das categorias, Althusser observa bem que a resposta a este problema está na articulação proposta por Marx na *Introdução de 57*. Ver neste sentido: Althusser, 1975, p. 48-54.

história da recepção da obra de Marx. É preciso fazer a ligação entre as determinações aparentes, porém válidas na esfera da circulação simples, e a descrição histórica a que esta faz referência. Falamos que a igualdade, para tomar um exemplo, é uma determinação essencial da aparência capitalista. Devemos ressaltar que a base concreta da igualação dos agentes (desiguais) é a igualação de suas mercadorias como valores. Para Rubin a “lei do valor” é responsável por formatar não apenas a relação de igualdade entre os contratantes, ambos possuidores de coisas de valor, mas igualmente da relação moderna de igualdade, entendida neste contexto como ausência de coerção violenta, ou extra econômica. Daí, conclui mais uma vez o autor russo, a inadequação daquelas leituras que consideram a circulação simples como descrição de um suposto imaginário, ou da sociedade mercantil, como antecedente do capitalismo, uma vez que igualdade, como determinação fundamental da sociabilidade, é uma construção tipicamente capitalista e que inclusive a distingue pelo seu caráter formalmente avançado.

Voltando à origem da controvérsia termina o economista soviético: “A teoria do valor-trabalho e a teoria do preço de produção diferem uma da outra, não como teorias diferentes que funcionam em períodos históricos diferentes, mas como uma teoria abstrata e um fato concreto, como dois graus de abstração da mesma teoria da economia capitalista”. O que podemos ver a partir da análise de Rubin é que este debate estava aberto no início do século XX. A tese de Engels gozava de um número ainda considerável de defensores, sobretudo advindos da segunda internacional.

O que inferimos das críticas de autores russos como Rubin e Rosdolsky é que a tese de Engels sobrevive, principalmente, por dois motivos: primeiro o desconhecimento de textos mais “metodológicos”, hoje conhecidos através da publicação dos *Grundrisse* e mais contemporaneamente com todo o

trabalho filológico da MEGA<sup>52</sup>. A ausência destes textos, por si só, é um elemento de monta na avaliação daquelas teorias que não puderam se informar nestes textos, alguns fundamentais para a compreensão do método de exposição de Marx, como os *Grundrisse*. Neste caso o grande problema seria a tendência de entender *O Capital* como narrativa histórica, que acompanharia as determinações econômicas na ordem de seu surgimento na história. Daí ser plausível para muitos que a obra de Marx comece no pré-capitalismo e nos leve deste ao capitalismo. Aqui a grande deficiência é não entender o método dialético de abstração em *O Capital*.

O segundo motivo é o que podemos chamar, grosso modo, “argumento de autoridade” dogmático. A tese não apenas é proposta por Engels, como este a lança ao mesmo tempo em que organiza o terceiro livro de *O Capital* e enfrenta a fúria dos críticos. Pesa, neste sentido, a ideia de “salvar” a teoria como teoria científica que concorresse em pé de igualdade com as teorias burguesas. Aqui joga um papel decisivo o “ideal de ciência” de influência não dialética, mas kantiana ou neokantiana, presente em setores da Segunda Internacional.

Em todo caso, no que se refere ao século XX, o ponto de vista de Rubín acaba por prevalecer quase unanimemente, muito embora Isaak Rubín e sua “escola” não tenham podido escapar do dogmatismo e da violência stalinista<sup>53</sup>.

---

52 Um bom apanhado dos desafios interpretativos trazidos pela nova edição das obras completas de Marx e Engels pode ser conferido no capítulo “Karl Marx após a edição histórico-crítica (MEGA 2): um novo objeto de investigação”. In Del Roio: “Marx e a dialética da sociedade civil”, 2014. No mesmo sentido ver Pedro Leão da Costa Neto: “Notas introdutórias sobre a publicação das obras de Marx e Engels”, in *Critica Marxista*, nº 30, 2010.

53 Como nos lembra Rosdolsky nem sempre o que decide o destino de um teórico é sua capacidade de explicar coerentemente uma teoria: “a escola de Rubín foi aniquilada porque Isaak Ilich Rubín e seus camaradas morreram em prisões e campos de concentração stalinistas”. (Rosdolsky, 2001, p. 613, nota 55).

Rosdolsky lembra que sempre causou espécie aos críticos o fato de que Marx teria retirado “leis” para o funcionamento do capitalismo usando um “modelo” mais simples e que não corresponderia a toda a riqueza e dificuldades encontradas na sociedade capitalista. O “modelo” mais simples certamente é aquele da “produção mercantil simples” que foi por muitos interpretados marxistas tomado na conta de período histórico antecedente ao capitalismo. Rosdolsky, em sua obra *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*, não faz referência direta ao problema, nem mesmo a Engels, porém ressalta que Marx “não situa a vigência da lei do valor em uma ‘época dourada’ pré-capitalista”. Retoma a crítica de Marx quando do aparecimento desta ficção em Adam Smith. Esse *paradise lost* da burguesia é um má ficção, primeiro: porque no pré-capitalismo “o intercâmbio privado” era exceção<sup>54</sup>; segundo: porque a produção de mercadorias “enquanto tal” é a produção capitalista de mercadorias; terceiro: uma vez que a produção capitalista pressupõe a circulação de mercadorias e, portanto, a circulação de dinheiro, a produção de mercadorias só é dominante no capitalismo. Apenas no capitalismo, portanto, a lei do valor tem plena vigência.

Sobre a causa da polêmica em torno da questão da referência, lembra ainda que a contradição entre valor e preço de produção, ou entre o primeiro e o terceiro Livros de *O Capital*, deriva não de um erro de análise, mas sim do modo de produ-

---

54 “Em comunidades nas quais o intercâmbio privado era exceção, cumprindo um papel totalmente superficial e secundário. Com a dissolução histórica dessas comunidades, logo aparecem relações de dominação e de sujeição, relações de violência, que estão em flagrante contradição com a tranquila circulação de mercadorias e com as relações que lhe são correspondentes.” (Rosdolsky, apud, G. 904). Aqui nova mente é claro que não se trata apenas da “existência” da mercadoria ou de sua circulação. As relações econômicas, jurídicas e políticas correspondentes, e que faltam inteiramente no mundo pré-capitalista, são parte da análise de Marx que falta a Smith e igualmente a Engels e àqueles que o seguem nesta interpretação.

ção “cujos fenômenos mais visíveis contradizem” o tempo todo seu ponto de partida. A contradição, na leitura, vem do fato de se *comparar* um e outro livro, ou uma e outra “lei”. Enquanto que o procedimento dialético é o de seguir o caminho do método de exposição desde as categorias mais abstratas e sem vida até as mais concretas e que descrevem realmente o mundo capitalista. Na circulação simples temos as determinações abstratas, contudo reais, do modo de produção capitalista, no Livro III as “relações concretas mais desenvolvidas”. Não se pode passar de umas a outras sem a intervenção de uma “mediação”. Por isso, conclui Rosdolsky: a inversão da lei do valor, a “passagem dialética do valor trabalho (ou da economia mercantil simples) para os preços de produção (ou para o capital)”, não é uma dedução histórica, mas um método que permite compreender o concreto, ou seja, a própria sociedade capitalista.

Para retomar a linguagem dos críticos de Marx, não se trata de dois “modelos” diferentes, mas sim de um mesmo modelo: o modo de produção capitalista moderno, cujo conhecimento só se torna possível quando se descobrem as leis internas que o impulsionam, ou seja, quando se trilha o caminho do “elevar-se do abstrato ao concreto”. “Para compreender-se os preços de produção, que aparecem na superfície, devemos procurar sua causa oculta, o valor. Quem não quiser fazê-lo ficará limitado ao mero empirismo. Renunciará a obter uma verdadeira explicação dos processos da economia capitalista” (Rosdolsky, 2001, p.156).

Há ainda em *Gênese e Estrutura* um interessante debate com a economia neo-marxista do início do século passado, que foge ao nosso interesse neste estudo, mas que não deixa de ter uma interface com o problema histórico em questão. No caso de Rosdolsky trata-se de negar que em *O Capital* haja um método de análise econômica “enquanto tal”. Entenda-se, trata-se de um debate em torno de preceitos econômicos válidos

em geral, a-temporalmente. Certamente, para alguns<sup>55</sup>, a lei do valor está entre estas “leis” que valem para a economia “enquanto tal”. Rosdolsky lembra a especificidade histórica da análise de Marx, mostra como seu objeto é o capitalismo e não o pré ou pós-capitalismo e, contrariando as expectativas de seus oponentes que esperam um método válido a-temporalmente, sumaria: “neste caso, porém, a metodologia específica de *O Capital*, de Marx, mostrar-se-á insuficiente. Será preciso substituí-la por considerações professorais mais ou menos úteis sobre o método da ciência econômica como tal” (Rosdolsky, 2001, p. 468). Por fim, o que nos chama a atenção nos opositores de Rosdolsky é sua queda na metafísica. Qual seria o objeto de uma economia enquanto tal? O que seria o homem enquanto tal? A produção enquanto tal? A distribuição enquanto tal? Nisto, nos parece, já se mostram bem distantes da crítica de Marx às robinsonadas e à pretensa atemporalidade da economia política burguesa de sua época. Voltemos ao nosso tema.

### 3.3 – “Marxismo ocidental” e circulação simples.

No início de *El Capital: Cien años de controversias*, Mandel afirma que “*O Capital* se limita a examinar aquelas leis que regem o modo capitalista de produção” (Mandel, 1985, p. 10). Não obstante essa afirmação Mandel diz em outro momento do mesmo texto que “*O Capital* não se ocupa exclusivamente do modo capitalista de produção”, pois o capitalismo, para Mandel, não pode surgir a não ser devido ao crescimento da produção de mercadorias, fato que ocorre previamente ao surgimento propriamente dito do capitalismo.

---

55 Rosdolsky se refere explicitamente a Lange, mas basta pensar em Mandel para ampliar a lista.

Neste ponto o autor parece subsumir todos os distintos modos de produção pré-capitalistas a um único “modo de produção”, a produção simples de mercadorias. Tal modo de produção é descrito como: “uma forma de produção que existiu de múltiplas maneiras durante dez mil anos antes que nascesse o capitalismo moderno, porém que floresceu particularmente entre os séculos XIII e XVI nos países baixos, o norte da Itália e mais tarde na Grã-Bretanha (e em menor grau no Japão antes da revolução Meiji) (Mandel, 1985, p.12). Aqui, nos parece, Mandel retoma e amplia (Engels fala em cinco a sete mil anos, Mandel em dez mil) a tese engelsiana em substituição ao corolário mais amplo e multifacetado de Marx.

Lembremos Marx em seu prefácio à *Para a Crítica da Economia Política*: “em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno” (P.C, p. 52.). Aqui todos estes modos distintos de produção social da humanidade são plasmados na incerta “produção simples de mercadorias”, entendida não como um adjetivo mas como um conceito.

Mandel utiliza dois argumentos: *primeiro*, o fato de que foi o desenvolvimento da lei do valor nestas sociedades de produção simples de mercadorias, entenda-se aqui, sociedades que não tem a produção de mercadorias como fim último, que separou os produtores diretos de seus meios de produção e que por fim levou ao nascimento do capitalismo. Fato que Marx analisa no célebre texto que consta nos materiais que compõem os *Grundrisse*, a saber, *Formas que Precedem a produção Capitalista*, e neste contexto Marx o faz não sob a ótica da lei do valor, é preciso lembrar, mas sim das diversas “formas de propriedade”, categoria que preside aquela análise. Sabemos, por outro lado, que o surgimento do capitalismo se deve a di-

versos fatores analisados por Marx no capítulo 24 do Livro I de *O Capital*, e que o próprio Marx não se refere à lei do valor como momento de tensão que levaria ao surgimento do capitalismo. Ao contrário, a acumulação originária é um processo de violência e expropriação com base no poder de Estado e no interesse da nascente classe capitalista.

Em *segundo* lugar: Mandel argumenta que “uma contabilidade econômica completa baseada em quantidades de trabalho socialmente determinada” pode aparecer em sociedades pré-capitalistas, onde a produção de mercadorias se converte em uma “instituição normal”. Pensamos que os argumentos utilizados acima quando falávamos do mundo medieval a propósito de Engels servem igualmente para o caso de Mandel. Não é apenas a determinação temporal que está aqui em jogo, mas sim a conjugação das categorias trabalho abstrato e valor com o feitiço das mercadorias, ao menos para a circulação simples de *O Capital*. Não se trata apenas de formas de quantificar a produção, mas da função social que exerce o trabalho abstrato e a ideologia da liberdade e da igualdade na sociedade em questão. De fato a interpretação de Mandel difere em certa medida daquela de Engels, pois para Engels a lei do valor vale exclusivamente no pré-capitalismo, para Mandel vale para o passado e até para o futuro.

Ao afirmar que a análise das leis motoras que regem o modo capitalista de produção inclui necessariamente ao menos alguns elementos essenciais de uma análise dos fenômenos econômicos válidos para toda época histórica que abarque as organizações econômicas nas quais haja produção de mercadorias, a validade de certas partes de *O Capital* de Marx se estende não só ao passado, senão também ao futuro (Mandel, 1985, p.14).



Ou seja, em Marx haveria algo como uma economia “enquanto tal” criticada por Rosdolsky, o que torna Mandel apenas em parte seguidor de Engels. Se pensarmos com Rubin, o equívoco mais grave seria não admitir a vigência da lei do valor para o capitalismo. Dizer que a seção que abre *O Capital* ilumina o entendimento do pré-capitalismo é o que Marx já havia dito coma metáfora: “A anatomia do homem é chave para a do macaco”. Com efeito, a tese defendida por Mandel, em última análise, é diferente daquela defendida por Engels. Lembramos que em Engels trata-se da vigência da lei do valor exclusivamente no pré-capitalismo, em Mandel trata-se de sua vigência *também* neste. Sobre a questão central, que versa sobre a validade da lei do valor sobre o capitalismo, Mandel acaba com uma posição eclética, a meio caminho entre Engels e Rubin, não obstante faça questão de se declarar, por ortodoxia, seguidor de Engels e Rosa Luxemburgo.

A leitura estruturalista<sup>56</sup> mostra-se atenta para duas interpretações que devem ser identificadas e respondidas, são elas o “economicismo” e o “historicismo”. Para o “economicismo” *O Capital* haveria constituído um “modelo” de um dado que formaria um espaço econômico homogêneo em si e, no entanto, “o ‘modelo’ seria elaborado mediante um processo de generalização – abstração a partir deste ‘dado econômico’”. (Poulantzas, 1977. p. 92) Para o “economicismo” trata-se, portanto, de um modelo abstrato para o qual as economias particulares, EUA e Inglaterra, por exemplo, seriam apenas manifestações históricas, concretizações e realizações do “modelo”. Tal interpretação, lembra Poulantzas, é fortemente presente na Se-

---

56 Não nos agrada a caracterização homogeneizante “estruturalismo”, pois sabemos que cada autor é *sui generis* e um não responde por outro, mas no caso aqui analisado trata-se de um bloco de intelectuais que a esta altura formavam uma “escola”. E preferimos “estruturalismo” a althusserismo, como os chamou mais de uma vez Rui Fausto.

gunda Internacional. De outro lado, para o chamado “historicismo”, *O Capital* seria um modelo de análise histórica concreta. Assim “o objeto de *O Capital* seria o capitalismo como resultado ‘concreto’ de um processo histórico linear”.

As categorias estariam expostas na ordem de sucessão de seu aparecimento, de modo a que *O Capital* seria o relato da ordem de aparecimento de cada determinação capitalista analisada. A Seção I descreveria a produção mercantil em geral, toda produção voltada para a troca, e não a produção capitalista especificamente. Assim estaríamos na seção I num estágio anterior (lógica e historicamente) das determinações do modo de produção capitalista. Porém, e contraditoriamente, a mercadoria é a forma mais simples de um modo de produção, o capitalista. Estas considerações levam os estruturalistas a defender a necessidade de entender o método utilizado por Marx como “antídoto” contra o “historicismo” e o “economicismo”, pois nos levariam a confusões sobre a referência histórica da seção que abre *O Capital*.

Para Ranciere, Engels cai no “historicismo” e, mesmo recorrendo ao texto da *Introdução ao Método da Economia Política*, a sua luta contra a dialética abstrata leva-o próximo de um empirismo historicista. A solução estruturalista consiste em explicar a articulação entre as categorias como um “sistema” à moda neokantiana. “A resolução de Marx não consiste, pois em historicizar as categorias da economia política. Ela consiste em fazer o seu *sistema*, e sabemos que a crítica do sistema é feita mediante a sua exposição *científica*, isto é, que este sistema faz aparecer uma estrutura que só pode ser compreendida na teoria do desenvolvimento da formações sociais” (In *Althusser*, 1975, p. 147, grifo nosso). O jovem Ranciere vê que o desenvolvimento genético das categorias não segue um processo histórico real.

Sua resposta, embora com conceitos diferentes, segue, em linhas gerais, aquela apresentada por Rubin. “Passan-

do da mais valia ao lucro, do valor ao preço de produção, não passamos a um estágio histórico mais avançado, mas a outro nível do processo” (*Idem*, p. 141). Assim sendo, não é o caso que a circulação simples trate do pré-capitalismo, mas que trata do capitalismo em um nível abstrato, porém real. Lembra ainda que “o que determina a produção da mais valia para o todo da classe capitalista é a lei do valor”.

Abandonar, portanto, no passado remoto a teoria do valor-trabalho é, para o autor, permanecer ao nível da economia clássica, mais precisamente de Smith. De fato, apesar de levantar bem os dados sobre duas visões muito presentes na interpretação de *O Capital* no início do século passado, o estruturalismo em geral dá uma solução muito “carregada” de pressupostos. Carregada na medida em que impõe ao texto uma “parafernália” conceitual excessivamente exterior a o texto do próprio Marx. Por mais elogioso que possa parecer a atribuição à Marx pela criação simultânea de uma “filosofia” e uma “ciência”, o que mais chama a atenção é a admissão de que o próprio autor de *O Capital* não haveria “percebido” o seu achado. Ou seja, o autor Marx não pôde ou não soube retirar todas as consequências de sua dupla descoberta, só a posteridade, ou melhor, só à luz do neokantismo se descobre o segredo estrutural da filosofia e da ciência do autor de *O Capital*. A filosofia e a ciência de Marx dependeriam dos desdobramentos filosóficos do século XX para ser pela primeira vez entendida em sua completude, visto o próprio autor não a ter podido compreender. Tal interpretação nos parece, para dizer o mínimo, extravagante.

Pensamos se não seria científica e filosoficamente mais “econômico” com os pressupostos necessários para admitir tal interpretação, simplesmente propor uma outra solução que não a de Marx, ao invés de tentar anacronicamente transpor problemas da epistemologia do século XX para uma obra do século XIX e que, como relutam em admitir os estruturalistas, está compro-

metida com uma linguagem filosófica e com um método, o dialético, e que estes são para o problema uma fonte mais precisa do que a linguagem das ciências naturais, tão caras ao Neokantismo, mas tão distantes do horizonte filosófico de Marx.

Porém não se pode deixar de dar méritos, ao menos quanto a este ponto, ao estruturalismo. Ranciere percebe bem a componente metodológica que a resposta exige e recorre ao texto que consideramos mais ilustrativo para a solução do problema, a saber, *O Método da Economia Política*. Sua resposta, devido a isto, acaba por se alinhar com aquelas de Rubin e Rosdolsky e que se tornaram majoritárias entre os intérpretes no século XX.

Por fim, é preciso salientar que não foi nosso objetivo neste capítulo fazer uma história da recepção da circulação simples pelos intérpretes. Tal trabalho, não obstante a dificuldade que encerra, seria muito importante e esclarecedor. Nosso intuito foi apenas o de, por um lado, informar-nos do debate entre marxistas, já um trabalho mais amplo deveria incluir os críticos de Marx e do marxismo; por outro lado, foi nosso objetivo ver até que ponto a tese de Engels foi aceita pela tradição de intérpretes.

Tudo isto considerado, a tese de Engels é hoje, como dissemos acima em nosso segundo capítulo, rechaçada por quase a totalidade dos intérpretes, muito embora críticos, como João Bernardo, queiram imputar ao todo do marxismo as contradições que tal tese encerra. Não obstante a recusa, pouco se escreveu sobre a polêmica, e as respostas são por vezes sumárias e não levam sempre em conta todos os elementos envolvidos na resposta que se pretende dar à questão. Isto ligado ao fato de que se encontra pouca literatura que tematize diretamente o problema, faz-nos crer na atualidade do debate

e no seu interesse para o marxismo no século XXI<sup>57</sup>. Seria preciso ampliar e explicitar as nuances entre os autores, para que não se fique com a impressão que se debate unicamente: se um autor aceita ou não a tese de Engels; se é ou não ortodoxa a resposta, “bitolas” que nem sempre pudemos evitar aqui.

### 3.4 – O “capítulo brasileiro do marxismo ocidental”<sup>58</sup>

É oportuno neste momento fazer um diálogo crítico com a produção nacional que vem sendo empreendida acerca da obra de Marx, mais especificamente por estudos acadêmicos radicados na filosofia, que se iniciaram em meados do século passado e que tematizaram, direta ou indiretamente, a circulação simples. Certamente não se trata de uma revisão crítica de “toda produção nacional”, algo que nos exigiria tempo e espaço que não dispomos, nem tampouco de analisar algo como uma “escola brasileira” de intérpretes de *O Capital*, pois como sabemos trata-se de autores de perspectivas distintas e que chegam, em muitos casos, a resultados díspares e muitas vezes conflitantes.

---

57 Em um artigo de 2005 de Christopher Arthur o problema da referência histórica das categorias volta a ser objeto de disputa. O artigo está no original disponível em: <http://www.marxmyths.org/chris-arthur/index.php#mythscp>.

58 Devo esta expressão a Paulo Eduardo Arantes e a uso aqui no mesmo sentido que ele a empregou em mais de um lugar, especialmente: *Falsa consciência como força produtiva. Notas sobre marxismo e filosofia no Brasil*. In Lua Nova, Nº 19, 1989; e: “*Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60*”, in *História do Marxismo no Brasil*, vol 2. Org. João Quartim de Moraes.

No caso dos autores que agora nos ocupam, este problema nem sempre é atacado diretamente e pode mais claramente ser visto na articulação que cada autor faz entre o lógico e o histórico no *Capital* de Marx. Pouco se faz referência ao debate europeu do início do século passado, aquele que se desenvolve em torno da questão posta por Engels em fins do século XIX. No entanto, ecos indiretos do debate se fazem ouvir e apontaremos para este fato quando julgarmos esclarecedor.

Para Jorge Grespan, as categorias de *O Capital* são entendidas quando as tomamos como “momentos” articulados por Marx no quadro da definição do “conceito de capital”. (Grespan, 1999, p. 37)<sup>59</sup>. A linguagem natural não pode nos enganar, “momento” aqui é um operador dialético e não uma expressão temporal e não pode nos induzir a interpretar o “desenvolvimento dos conceitos” com o “desenvolvimento histórico”. Tal interpretação, como diz Marx no *Método da Economia Política*, além de impraticável seria falsa. Todas as categorias, por concorrerem para a constituição do conceito de capital, certamente se referem à sociedade do capital e não a outros períodos históricos. Como diz Grespan: “não se expõe aí a história do capitalismo, começando com as formas econômicas anteriores para depois descrever o surgimento da ‘sociedade burguesa moderna’: *O Capital* não é uma narrativa histórica” (Grespan, 1999, p. 37). Assim, não estaríamos na circulação simples nos primeiros começos ou mesmo na pré-história do capitalismo, para depois, no Livro segundo ou terceiro, descrever o capitalismo propriamente dito. Disto segue-se certamente a recusa de se entender que, pelo fato de não se tratar de uma narrativa histórica, tratar-se de uma construção na ideia, “como se fosse

---

59 Embora o objeto de estudos de Jorge Grespan seja “o negativo” do capital, seu inverso, ou seja, a crise, sua obra segue a métrica de Marx e desenvolve as categorias para mostrar a *inerência* do conceito de crise ao conceito de capital. É sem dúvida a melhor leitura da obra de Marx hoje feita no Brasil.

uma dedução lógica de conceitos a partir de conceitos, numa dialética do puro pensamento independente de seu objeto” (Idem, p. 38). Grespan, informado tanto da recepção quanto da crítica da dialética de Hegel por parte de Marx, faz questão de lembrar que o próprio Marx previra a necessidade de fugir desta unilateralidade lógica<sup>60</sup>.

Em *O Capital* não estamos nem no plano dos puros conceitos, nem no plano da narrativa histórica. Ou nas palavras de Marx: “não se trata da relação que se estabelece historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diversas formas de sociedade e menos ainda da sua ordem ‘na ideia’ (Proudhon) (uma apresentação confusa do movimento histórico) e sim de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna” ( **M.** p. 21; **G.** p. 638). Assim, as categorias são postas na ordem de sua capacidade explicativa do capitalismo e não na ordem de sua sucessão e aparecimento na história. Voltaremos a isto.

Coerente com os objetivos de seu estudo, e com isso dando novamente mostras de se tratar na circulação simples de uma discussão sobre o capitalismo, Grespan fará a relação entre circulação simples e crise. Marx na seção que abre *O Capital* descreveria um sistema similar ao dos clássicos, porém seu objetivo crítico leva-o a conclusões surpreendentemente opostas ao da crença de uma providencial “mão invisível” (Grespan, 1999, p. 50). Contrariamente a isso, Marx construirá sua circulação simples como mundo invertido e transfigurado na cabeça dos agen-

---

60 “Será necessário mais tarde [...] corrigir o estilo idealista da apresentação, que produz a aparência de que se trataria apenas de determinações conceituais e da dialética destes conceitos”. (GREPAN. apud, Grundrisse, p. 69). Em uma linha próxima àquela feita por Marcos Müller em outro lugar, Grespan percorre bem e internamente os textos de ambos os autores, e percebe as articulações e dissimetrias entre Marx e Hegel. Neste sentido, ver “*A Dialética do Averso*” de Grespan e *Exposição e Método Dialético em O Capital*, de Marcos Müller.

tes no capitalismo, “e são essas ‘formas de ocultamento’ que impedem que a crise seja vista como algo intrínseco ao capital já nas suas formas elementares, mercadoria e dinheiro” (Grespan, 1999, p. 51). A sociabilidade baseada na troca preside a análise que constitui as oposições: valor de uso – valor; trabalho concreto – trabalho abstrato, e “justamente nesta medida a troca se constituirá como processo que explicita e desdobra sucessivamente tal oposição na dedução da forma-dinheiro, preparando a primeira determinação da ‘crise’” (Grespan, 1999, p 67).

O que interessaria ao autor de *O capital*, por fim, é apontar que já na circulação simples o elemento crítico e “negativo” do capitalismo está presente na “possibilidade” da crise<sup>61</sup>. Esta “possibilidade” é uma crítica à ideia de que a lei do valor descreva como funcionou a “economia” em algo como um *Paradise lost* pré-capitalista. O elemento crítico está contido no entendimento de que mesmo na identidade representada pela experiência capitalista em sua epiderme, encontra-se a possibilidade da contradição imanente e pressuposta em toda a análise marxiana do capitalismo.

Há ainda um item da análise de Grespan sobre a circulação simples que desejamos destacar. Agora em outro texto, *A Dialética do Averso*, o autor faz referência à “relação geral” entre aparência e essência no mundo capitalista. Deixar os marcos analíticos da circulação simples para ingressar na produção capitalista propriamente dita é seguir o caminho da “concreção” categorial, isto é, significa deixar o âmbito abstrato da coisa e

---

61 Não podendo dar aqui um tratamento adequado ao tema das crises, e remetendo a discussão ao livro de Grespan, salientamos apenas que, embora nesta seção de *O Capital* tenhamos o capitalismo abstraído de suas determinações mais específicas, estas estão presentes, ou melhor, pressupostas a todo momento. Referenciar a circulação simples no pré-capitalismo revela o embaraço de vislumbrar uma “crise” de realização da venda em sociedades pré-burguesas, nas quais o próprio Marx enfatiza que a produção para a venda é esporádica e acidental.



seguir o caminho que por “síntese, concentração” nos leva ao âmbito da coisa concreta.<sup>62</sup>

A epiderme do mundo capitalista é uma abstração, como temos aqui dito, mas abstração real. Por isso concordamos com Grespan que: “as determinações já da circulação simples não são simplesmente anuladas pelas da produção capitalista, mas também não são mantidas como se a elas não se acrescentasse algo fundamental, isto é, que lhes dá um novo fundamento” (Grespan, 1999, p. 45). O que é superado não é a vigência da circulação simples, mas a afirmação de que no capitalismo apenas ela vige. Em outras palavras, não é o caso que as “leis” da circulação simples sejam apenas substantivos sem referência ao mundo capitalista, mas antes que sua validade explicativa é parcial e enganadora. Referimo-nos aqui especialmente aos conceitos de liberdade e igualdade.

Segundo Jorge Grespan a circulação simples segue existindo dentro do capitalismo. Do ponto de vista econômico, por exemplo, “quando o que circula são simples mercadorias, e não capital mercadoria e capital-dinheiro; quando não há investimento, mas simples compra de bens de consumo pelos assalariados ou pelos capitalistas que também usam assim parte da mais valia” (Idem). Não é o caso que a circulação simples seja “refutada” pela análise da reprodução do capital ou da circulação de capitais, neste caso a ela se acrescentam novas determinações que asubordinam a parte do processo capitalista como um todo. Ela não é “apenas uma ficção”.

Havíamos visto, contudo, que a circulação simples é a parte que se pretende um todo, especialmente no que diz respeito à consciência dos agentes. A liberdade e a igualdade, para seguir com o exemplo da “leis” da circulação simples, seguem sendo ideias constituintes da experiência capitalista. Em termos

---

62 “O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung*) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo” **M.** p. 9; **G.** p. 932.

aproximados aos que Marx utilizou no primeiro capítulo de *O Capital*, a tardia descoberta científica da luta de classes e da exploração no interior da fábrica faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, tal aparência objetiva. Grespan parte da ideia de que a igualdade, mesmo após a inversão da lei burguesa de apropriação, permanece parte válida do sistema capitalista, um “suposto básico da circulação simples”. Neste sentido, lembra um texto dos *Grundrisse*, no qual Marx diz que na inversão operada no processo de reprodução:

*O que parecia antes como processo real é aqui relação jurídica, isto é, reconhecido como condição geral da produção e, daí, legalmente reconhecido, posto (gesetz) como expressão da vontade geral – inverte-se, revela-se (zeigt nach), através de uma dialética necessária, enquanto divórcio de trabalho e propriedade e enquanto apropriação de trabalho alheio, sem equivalente ( G. p. 421. Apud Grespan, 1999, p.46.)*

Grespan destaca de modo exemplar a contradição entre a esfera jurídica e a social, mas isto não torna a primeira uma ilusão. “A igualdade não é a aparência ilusória da desigualdade; é sua forma de aparecimento”. Pensamos que, na análise, permaneça esta dualidade e concordamos que esta seja necessária ao entendimento da sociabilidade capitalista, entendida como superação das demais formações econômicas em que o excedente é extraído pela coerção violenta. Porém não se pode dizer da análise de Marx que a violência não seja um expediente utilizado pelos capitalistas, na acumulação originária e em suas reposições. Que a inversão da lei de apropriação capitalista torne liberdade, igualdade e o contrato em seus opostos é ganho crítico da análise do capitalismo, revelando os intestinos de um modo de produção que em sua epiderme é apenas identidade, um verdadeiro “Éden dos direitos naturais do homem”. É este o

ganho da utilização das armas da crítica. Porém, cabe ressaltar que a resolução da contradição posta pela análise, na obra de Marx, não virá da própria análise. Ela certamente “requer uma base material de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa”<sup>63</sup> como diz Marx em texto já anteriormente citado. Ou seja, a solução da contradição posta logicamente na análise é histórica e não lógica. A contradição entre aparência e essência do capitalismo virá apenas na superação histórica da contradição que preside o sistema, aquela ente capital e trabalho. As “armas da crítica” possibilitam, iluminam e fortalecem a “crítica das armas”, mas não a substitui em hipótese alguma.

No Brasil quem mais diretamente tratou da circulação simples foi certamente Ruy Fausto, além de um livro exclusivamente dedicado ao tema<sup>64</sup>, na sua produção de maior fôlego, *Marx: Lógica e Política*, há seções inteiras dedicadas a análise da circulação simples, mais especificamente no seu primeiro volume. Por tratar diretamente do problema da referência histórica apenas neste último texto, vamos nos ater a ele. A questão é ali formulada como o problema do “espaço histórico das categorias de valor e trabalho abstrato” (Fausto, 1983, p. 107). Mais especificamente a questão é formulada da seguinte forma: “em qual ou quais épocas, se pode dizer que há trabalho abstrato e valor? O trabalho abstrato e o valor são categorias que só valem para o capitalismo?” (Idem). Para encontrar uma forma completa de analisar e resolver o problema, Ruy Fausto irá recorrer ao momento do surgimento da controvérsia com Engels. Ou seja, a polêmica sobre a relação entre valor e preço de produção que levou Engels em 1895 a assumir que a lei do valor foi válida apenas no pré-capitalismo.

---

63 C. I, p. 76;.

64 Trata-se de: *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana, A Produção Capitalista como Circulação Simples*.

Sobre valor e pré-capitalismo, pergunta Ruy Fausto: “o valor e o trabalho abstrato existem antes do capitalismo?”. Chama a atenção o fato de o autor preferir falar sempre em “existência” e não, como procede Marx, em “pertencer a”, “ter validade em”, no entanto, para além da terminologia, o problema será tratado por Ruy Fausto como “contradição”. Sendo o texto de início da década de oitenta, o autor brasileiro está em polêmica tanto com o que o mesmo chama de “althusserismo” quanto com os críticos de Marx, mais especificamente aqui com Castoriadis, para quem Marx teria oscilado em admitir a existência do valor no pré-capitalismo, sendo incapaz de dar uma resposta unívoca ao problema. O fato de Marx falar em valor no contexto de sociedade pré-capitalistas<sup>65</sup>, e por outro lado, dizer que trabalho abstrato e valor são apenas pertencentes ao mundo capitalista, que Castoriadis interpreta como oscilação, Ruy Fausto irá interpretar como contradição.

Uma resposta, entenda-se, não é problema para Ruy Fausto, pois para este “se o objeto é ele próprio contraditório – e veremos que é disto que se trata – é a resposta contraditória que é a resposta racional”.<sup>66</sup> Como tornar compatíveis estas afirma-

---

65 Ruy Fausto faz referência aos capítulos 1 e 2 do livro I e ao capítulo 10 do livro III como referindo-se ao pré-capitalismo. A posição de Castoriadis é tomada a partir de *Les Carrefours du Labyrinthe*. Nos interessa aqui unicamente a resposta de Ruy Fausto.

66 “No que se refere ao nosso problema, isso significa que *antes do capitalismo o valor não é, mas que ao mesmo tempo ele é*. Antes do capitalismo, o valor não é, porque não há tempo de trabalho socialmente necessário. Isto significa que o tempo de trabalho constitutivo do valor não é posto na própria produção não há um tempo social que tenha uma força coercitiva no nível da produção e que o *quantum* de valor (ou antes de “valor”) pelo qual as mercadorias são trocadas se constitui no nível das trocas (esse quantum não corresponde a cada tempo individual, mas ele não é senão uma resultante desses tempos individuais). E entretanto, do que acabamos de dizer resulta que antes do capitalismo as mercadorias já se trocavam segundo proporções que correspondiam ao tempo (ou aos tempos) gasto (s) na sua produção.

ções sem que se caia na “contradição vulgar” é o que tenta Ruy Fausto, afirmando que a “existência do valor no pré-capitalismo é análoga a existência de todo ser em sua pré-história” (*Fausto*, 1983, p. 113). Um ente existiria em sua pré-história exatamente como sua negação, não como sujeito, como positividade. Em uma análise que visa estabelecer o valor no capitalismo, referências ao valor no pré-capitalismo valem exatamente pela ausência do valor de modo efetivamente no pré-capitalismo.

A análise de Marx sobre o valor tem em vista o capitalismo, mas faz referências à sua história de surgimento, ou seja, ao tempo em que este não era, e nos conduz, segundo Ruy Fausto, ao tempo em que o valor não está posto como sujeito. Não é sem razão, neste sentido, a referência feita pelo autor brasileiro à “incursão” de Marx, no capítulo I do Livro I, a outros modos de produção (*Idem*). O que há de racional por trás desta linguagem esotérica é que Ruy Fausto segue Marx na afirmação de que o trabalho abstrato e o valor têm plena vigência apenas no capitalismo, mas que, ainda assim, podem ter uma “existência independente, seja natural, anterior à existência (das categorias) mais concretas”.<sup>67</sup> Ou seja, trabalho abstrato e valor vigem como conceitos fundamentais da análise da sociedade capitalista, mas ainda assim podem ter uma validade explicativa antediluviana para o pré-capitalismo. Porém, para Marx, é a análise do capitalismo que ilumina aquela do pré-capitalismo, e não o contrário. Na linguagem que prefere Ruy Fausto: o valor está no pré-capitalismo pressuposto e não posto. (*Fausto*, 1983, p.114). No entanto, como vimos com Rubin, a questão de saber se a lei do valor vige no pré-capitalismo é menos importante, embora não seja indiferente. A questão toda foi posta por En-

---

Portanto, em certo sentido, o valor ou os valores já existiam (*Fausto*, 1983 p. 112. Grifo nosso). Segundo um sistema de simbolização que procura criar, Ruy Fausto colocando algo entre aspas, como faz com “valor”, está pretendendo dizer que sua existência é uma “existência negada”. Sobre isto ver: *Fausto*, 2002, p. 187 “Ideia de uma Lógica Dialética”.

67 Ver em Marx, **M.** p. 11; **G.** p. 633.

gels ao afirmar que a lei do valor, e, portanto a circulação simples, não tem validade no capitalismo. Vejamos o que diz Ruy Fausto sobre valor e capitalismo.

A questão é novamente colocada por nosso autor: “com que direito se poderia falar de valor e da lei do valor no capitalismo, se as trocas se fazem aqui não segundo o valor mas segundo os preços de produção?” ou seja, a questão é a “aparente incompatibilidade” da teoria desenvolvida ao nível do primeiro livro com a teoria do terceiro livro de *O Capital*, a qual Rubin já chamou atenção e que permanece em disputa. Ruy Fausto lembra que este problema antecede a teoria marxista e já está presente em Smith e Ricardo. Marx, nas *Teorias sobre o Mais-Valor* já apontaria o fato de que:

A observação da concorrência – dos fenômenos da produção – mostra que capitais da mesma grandeza produzem em média o mesmo lucro, ou que, dada a taxa média de lucro a massa do lucro depende da grandeza do capital investido. Smith registra esse fato. Este não lhe causa nenhum escrúpulo de consciência no que se refere à sua conexão com a teoria do valor que ele estabeleceu, e tanto menos porque ao lado da sua teoria por assim dizer esotérica ele havia proposto outras diferentes e poderia se lembrar, à vontade, ora de uma ora de outra (MARX, *apud*, Fausto, 1983, p. 117).<sup>68</sup>

Aqui Marx chama a atenção para o fato que Smith não haveria percebido, por não pensar sistematicamente, a contradição entre a lei do valor e a concorrência entre capitais de composição orgânica diferentes e que produzem todos igualmente lucro. Smith já estaria diante de duas teses igualmente importantes, porém contraditórias, mas sem poder fazer opção por uma delas sem prejuízo dos resultados. Ruy Fausto analisa ainda Ricardo, Malthus e Torrens para chegar à sua conclusão.

---

68 Ruy Fausto cita aqui a obra de Marx: *Theorien über den Mehrwert*, p. 64.

Esta consiste em afirmar que, diante da contradição entre a lei do valor e os preços de produção, Marx, ao contrário de ignorar ou fugir da contradição, a exacerba. Assim, “Marx se instala na contradição”. (Fausto, 1983, p.119).

Sendo o caminho da essência à aparência, do simples ao complexo, ainda aqui um caminho contraditório, ele se abre fechando-se. O que significa, se a solução do problema reside, como se sabe, no conceito de preço de produção – as mercadorias são vendidas não segundo seus valores  $(C + V + PL)$ <sup>69</sup>, mas segundo os seus preços de produção  $(C + V)$  (= preço de custo) + lucro médio, estabelecendo uma partilha do conjunto da mais valia segundo a grandeza dos capitais (Fausto, 1983, p. 120.)

Novamente a resposta está no caminho que nos leva da abstração ao concreto. Como já apontara Rubin, não se passa do valor ao preço de produção sem mediações necessárias que são construídas nos Livros I e II de *O Capital*. Não se deve nem abandonar a lei do valor, base da racionalidade da economia política, nem sacrificar os fenômenos que não são explicados por ela, como a concorrência entre capitais de composição orgânica diferente. A resposta de Ruy Fausto, no entanto, é apenas lógica. Identifica a lei do valor como o “fundamento” e a concorrência dos capitais com o “fenômeno”. Sendo diametralmente contraditórios, ou se abandona o fundamento para salvar o fenômeno, ou perde-se os fenômenos para preservar o fundamento. A resposta formal é, então, aceitar a contradição. “Com efeito, se o fenômeno é um nível do real e é necessário considerá-lo assim, a lei do valor só é preservada ao preço da negação: o valor é negado no nível do fenômeno” (Idem). Aqui estamos, mais do que em qualquer outro dos autores analisa-

---

69 Capital constante (C), Capital variável (V), Mais-valor (PL).

dos, no nível de puros conceitos. A lei do valor, e assim a circulação simples, se refere e vale no capitalismo, porém vale como determinação negada. Vale porque passa. Vale como fundamento negado pelo fenômeno. Tudo isto é dito, por Ruy Fausto, em uma linguagem cifrada, cuja conclusão é:

E na medida em que, como vimos, não se pode dizer que a lei do valor tenha chegado a existir antes do capitalismo, se deverá concluir que é só quando o valor não é mais que o valor é, ou que o valor só é quando ele não é. [...] Se quando o valor não é (pré-capitalismo), ele de certo modo é, ele não será plenamente (capitalismo) senão quando de certo modo ele não será (existirá) mais (Ibidem).

O que permeia todo este “jogo dialético” de palavras é que a lei do valor vige no capitalismo, porém, não sem a necessidade de mediações que ajudem a explicar os fenômenos mais avançados da produção capitalista. A solução de Ruy Fausto, e nisto ele pensa seguir Marx, vai no sentido de radicalizar a contradição como e enquanto contradição. Esta seria a novidade em Marx na sua relação com os clássicos, ao invés de tergiversar diante das contradições requeridas elas mesmas pelo objeto contraditório analisado, Marx radicalizaria a contradição levando-a ao paroxismo. Não podem acompanhar Marx nesta empreita da todos aqueles, críticos ou restauradores do “racional em Marx”, que têm da dialética o mesmo horror que a matéria teria (segundo os antigos) do vazio. Ainda quando este horror seja acriticamente entendido como “pensamento racional”, fruto do pensamento “como tal”. Ruy Fausto, que ainda em 1981 se coloca nos marcos teóricos do marxismo, procura defender Marx das críticas “do entendimento” usando “soluções lógicas” como a que aqui vimos. Se é possível dizer que são pertinentes suas acusações de “horror da contradição” para os althusseria-



nos ou os críticos como Castoriadis, podemos igualmente falar em um “gosto pela contradição” que por vezes impede mesmo o “entendimento positivo do existente” (*positiven Verständnis des Bestehenden*)<sup>70</sup> etapa igualmente importante do método dialético que, do contrário não chegaria a ganhos teóricos positivos alguns. Certamente há que acompanhá-lo o entendimento da sua negação (*Verständnis seiner Negation*), pois como diz Marx no mesmo *Posfácio* “talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori”. Porém a crítica não fica, em Marx, apenas no plano do conceito. Os conceitos devem “dar conta do real” mas não encontram solução fora dele, caso contrário se cairia em um logicismo vazio. Uma solução no plano dos entes não pode ter uma resposta no plano da linguagem e, por isso, as contradições, em última análise, serão “dissolvidas” no plano da história e não da linguagem, tornando a dialética “um horror para a burguesia”. É neste sentido que pensamos que uma resposta lógica, ainda que perfeita formalmente, mas que não passe do lógico ao histórico, ou ao menos aponte suas conexões, está ainda aquém do método Marxiano.

Para além dos autores aqui antes analisados, Giannotti tem pretensões próprias que o levam ao texto seja para confirmá-las ou seja para negá-las. Sendo assim, em seus trabalhos mais recentes a análise dos conceitos não é o elemento que preside a escrita do texto, ao contrário, o que preside a pesquisa em, por exemplo, *Trabalho e Reflexão* é a intenção de construir uma “dialética dos fenômenos sociais” ao mesmo tempo uma “ontologia social” (Giannotti, 1983. p. 09). Já em *Certa Herança Marxista* o que se intenta fazer é uma espécie de “réquiem conceitual” do marxismo como doutrina, ao mesmo tempo em que se busca aqueles elementos que ainda possam ser apreendidos como vetor analítico. Estas idiosincrasias fazem de Giannotti

---

70 Cf. *Posfácio* da Segunda Edição de *O Capital*, ver C. I p. 20; K. I, p. 28.

um comentador menos sistemático e que passa pelos problemas com o intuito de retirar conclusões suas, o que, por outro lado, torna o seu texto mais ousado, mesmo quando não se dá assentimento à suas conclusões.

No que concerne ao nosso problema, em seu primeiro texto a propósito de *O Capital*, Giannotti faz referência sobre o que ele chama de “relação entre o método dialético e a histórica efetiva”. Então em 1960, Giannotti faz considerações que se podem somar às dos autores brasileiros antes analisados a afirmar que:

A análise parte do abstrato, mas a formulação deste abstrato pressupõe uma situação histórica cujos momentos fundamentais já foram realizados pelo próprio homem. Da aparência vai-se à ideia e desta volta-se outra vez para uma aparência explicada. Por isso Marx pode dizer que até mesmo aquelas categorias tão abstratas do início do primeiro livro trazem consigo traços históricos (Giannotti, 1960, p. 70).

Assim entendido, *O Capital* não faz história das categorias econômicas, mas análise abstrata que, em última instância, está travejada por uma historicidade real. Por isso as categorias econômicas da circulação simples, como trabalho abstrato e valor, mesmo estando em meio a um tratamento conceitualmente abstrato, carregam consigo as marcas históricas de um modo de produção determinado, o modo capitalista.

Em *Origens da Dialética do Trabalho*, de 1966, Giannotti identifica a circulação simples com uma abstração do método, atribuindo-lhe, assim, um caráter crítico e não descritivo. “A circulação simples postula portanto o reino da igualdade jurídica, do contrato, enfim da vontade universal de Hegel. Desse modo, a vontade universal corresponde de fato a um momento da realidade contemporânea”. (Giannotti, 1966, p. 208).

Porém, como bem percebe o autor, a mistificação ideológica consiste em assumir que as determinações válidas apenas nas “esferas superficiais e formais da vida capitalista” são a realidade de todo o sistema. É a colocação da parte como o todo do sistema a ideologia que mantém o “regime” (Idem). Embora seja uma abstração do método, não resta dúvida sobre a referência histórica ao capitalismo e não ao pré-capitalismo: “Marx não se contenta em apelar para uma sociabilidade primitiva, ideia a ordenar os trabalhos individuais. Dado o valor de troca como fim último da produção capitalista, importa averiguar que tipo de sociabilidade ele postula”. (Ibidem, p. 209). Ouseja, a circulação simples é a sociabilidade postulada, ou constituída a partir do fim capitalista de produzir valor de troca e não valor de uso: “a *posição* da circulação simples abrange enfim toda a sociedade burguesa”. (Ibidem, 214. Grifo nosso). Este “abranger toda” a sociedade burguesa não pode se confundido como se a circulação simples fosse a verdade do capitalismo na essência. Ela é apenas “o primeiro fenômeno do capitalismo”. Isto implica dizer que a circulação simples abstrai, embora pressuponha, a produção capitalista como tal e os preços de produção, com os quais tem de ser relacionada por meio de uma série de mediações. Sem estas mediações se permanece no campo do abstrato.

Já em seu mais recente trabalho sobre o marxismo, Giannotti considera indiferente saber “se o modo de produção simples de mercadoria tem ou não existência histórica”. (Giannotti, 2000, p. 175). *Certa Herança Marxista* simplesmente assume que a circulação simples é uma camada de sentido da sociedade capitalista, que suas ilusões são reais e que são reflexo da luta de classes. (Idem)<sup>71</sup>. A circulação simples, longe de descrever o mundo pré-capitalista, é tida como a face exterior do círculo do capital, uma face ilusória onde a dominação de classe

---

71 Ver neste sentido principalmente a pag. 169.

não aparece e que deve ser contrastada com o desenvolvimento posterior das categorias, pois “se num primeiro plano toda sorte de dominação de classe não aparece como contrato, na forma mais desenvolvida a contratualidade é apenas aparência e uma dominação a ser fundada na apropriação da mais valia”.(Ibidem). Ou seja, a circulação simples é a consciência falsa de um processo de contradição social que aparece na superfície como harmonia. Mas ainda assim, versa sobre um único modo de produção, o capitalista.

Neste sentido, quanto ao nosso problema específico, a saber, a questão da referência histórica da circulação simples, Giannotti, e Ruy Fausto, estão muito próximos, apesar das idiosincrasias filosóficas que separam ambos, de uma leitura tradicional. Nossa divergência com estes autores não está em sua montagem da circulação simples como problema, pois esta é, no essencial, ortodoxa e muitas vezes chegamos a resultados mais próximos aos por estes obtidos do que daqueles obtidos por leitores ortodoxos como, por exemplo, Mandel. A divergência está no campo das conclusões que retiram, como no caso de Ruy Fausto da ausência de luta de classes como presença na “obra teórica” de Marx, a qual esboçamos uma crítica inicial em nosso primeiro capítulo, e no caso de Giannotti, embora este tenha percebido bem o caráter ilusório e permanente da consciência falsa advinda da circulação simples, sua interpretação das razões que levaram Marx a assim construir a circulação simples é que não pode ser aceita.

Nos dois últimos autores aqui analisados nota-se que ainda em 1960 os traços fundamentais de pesquisas que, embora distintas e concorrentes, são feitas sob o fundo puramente lógico e que por não darem ao histórico a importância que a realidade da luta de classes exige, ficam aquém do método de Marx. Trata-se, para tal leitura, de problemas que podem se resolver no âmbito puramente teórico, como se *O Capital* fosse uma obra apenas da razão teórica e que por isso, nada tivesse

a dizer do mundo dos homens. Sendo assim quando seus problemas não são simplesmente resolvidos no plano lógico, são tidos como meras ficções que não se reportam ao material. Certamente não tivemos tempo aqui para ampliar e qualificar as diversas nuances existentes nos textos citados, pois se trata, especialmente no caso de Giannotti e Ruy Fausto, de textos de épocas e conclusões diferentes. Seria salutar ver o percurso de cada autor, assim seria plausível notar em que ponto mudam de posição e lançar hipótese sobre os motivos das mudanças. Contudo há dois traços fundamentais e permanentes em ambos: o traço acadêmico e o “logicista”.

O traço acadêmico é em ambos os autores sua virtude, entenda-se com isto que, por terem se dedicado à obra de Marx por toda carreira, produziram vasto material que recobre, cada um à sua maneira, todos os períodos da produção teórica de Marx, e, mesmo quando não estamos de acordo com suas conclusões somos levados a reconhecer seu rigor, especialmente nos textos iniciais. Contudo, ao darem importância quase exclusiva aos problemas lógicos, mutilam a dialética de Marx que, assim entendida, não pode ser nem crítica, nem revolucionária. Negar papel ao elemento histórico seja na análise, seja na solução das “equações” insolúveis no plano puramente conceitual, é alijar a obra de Marx daquilo que a faz respirar: a necessidade da superação revolucionária do mundo burguês. Tal tarefa, que para Marx é parte constitutiva do trabalho crítico, não será operada no plano dos conceitos e nem é obra destes.



## CAPÍTULO IV

# Os elementos do problema

A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma **abstração** maior nem tampouco menos **real** que a de todos os corpos orgânicos em ar. (P. C. p. 60; grifos nossos).





Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho nelas contido os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em uma formulação breve: a trabalho que é qualitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Essa redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção. Neste capítulo procuraremos analisar o movimento de desenvolvimento das categorias *trabalho abstrato e valor*, os dois elementos de nosso problema. Seguiremos o movimento que, por meio do procedimento de *redução*, nos leva do concreto ao abstrato, a saber, do trabalho concreto ao trabalho abstrato e igualmente dos valores de uso ao valor de troca.

## 4.1 - Sobre o Valor

O valor das mercadorias é determinado pela proporção em que elas, em um mesmo tempo de trabalho, possam ser produzidas.

A mercadoria, forma elementar em que aparece a riqueza de tipo capitalista, constitui-se de dois fatores: valor de uso e valor. Ela é antes de tudo valor de uso, como diz Marx: “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de algum tipo” (MCD, 13; K, I, p. 49). O valor de uso é o aspecto da coisa (*das Ding*) determinado por sua “qualidade”, por suas múltiplas propriedades, mas nem por isso a descoberta dos diversos modos de usar as coisas é algo natural ou segundo a natureza. Ao contrário, como diz *O Capital*, é um ato histórico assim como todos os atos humanos, como aqueles ligados à quantificação social das coisas úteis.

Nessa medida, mesmo o aspecto material da riqueza deixa de ser explicado como “natureza” e passa a ser entendido historicamente. Enquanto toda e qualquer comparação das mercadorias da perspectiva de seu valor de uso se nos apresenta como um relacionamento entre coisas, a comparação das mercadorias da perspectiva do valor nos revela um relacionamento social. A qualidade pertence à mercadoria como matéria, a quantidade do valor pertence a ela como função social. Entender o valor como e enquanto substância social que adere às mercadorias, significa tomá-lo como algo totalmente diferente de seu corpo e de suas qualidades materiais<sup>72</sup>.

A investigação de Marx o leva a outro aspecto da mercadoria, aspecto para o qual o valor de uso serve de suporte material – o valor. Este valor de troca<sup>73</sup>, que de início aparece como relação quantitativa ou proporção pela qual as mercadorias se trocam, chama a atenção por dois motivos: “Em primeiro lugar: os valores de troca válidos da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém: o valor de troca pode ser geral, apenas o modo de expressão, a forma de manifestação (*Erscheinungsform*) de um conteúdo dele distinguível” (MCD, p. 16; K, I p. 51). O primeiro motivo pelo qual os valores

---

72 Diz Marx em seu comentário nas margens do *Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*, que na análise do valor não parte de conceitos (p. 176), mas da forma social mais simples em que se apresenta o produto do trabalho na sociedade atual: a mercadoria. Esta é analisada a partir de sua aparência mais exterior. Uma análise mais profunda mostra como o valor de troca não é mais que “forma fenomênica” do valor, isto é, modo em que se apresenta o valor contido na mercadoria. Completa Marx: “eu não divido pois o valor em valor de uso e valor de troca como opostos em que se decompõe o abstrato, o valor, digo senão que a forma social concreta do produto do trabalho, a mercadoria é, por um lado, valor de uso e, por outro, valor, não valor de troca, pois este nada mais é que uma simples forma fenomênica e não seu próprio conteúdo” (Marx, 1976, p. 177).

73 Para seguir a linguagem ordinária, Marx utiliza a expressão “valor de troca”, o que a rigor é falso, como ele mesmo demonstra neste primeiro capítulo.

de troca chamam a atenção lança luzes sobre um procedimento que nos acompanhará em todo este capítulo: a “redutibilidade”. Valores de troca iguais, explica Marx, embora possibilitem a troca de valores de uso distintos, exprimem uma mesma grandeza de uma terceira coisa “que em si e para si não é nem uma nem outra”. Este algo comum, não podendo estar inscrito no corpo da mercadoria como propriedade física, química, só pode ser encontrado no fato de “serem produtos do trabalho”.

Portanto, as mercadorias são valores de troca por serem produtos do trabalho humano indistinto e, assim, *redutíveis* a esta mesma determinação comum. O segundo motivo pelo qual o valor de troca chama a atenção aprofunda o processo de abstração ora iniciado, a saber, continua o caminho que nos leva do corpo físico da mercadoria para a “propriedade fantasmagórica” de seu valor. Como mostra Marx, se abandonamos o valor de uso, abandonamos igualmente o trabalho útil. Isto implica uma análise que tome o trabalho como mero dispêndio de força humana indistinta. A mercadoria passa a interessar à análise apenas porque em sua produção há esta substância social comum. A incomensurabilidade dos determinantes do valor de uso (necessidade, desejo, etc.) impede que este possa se alçar a candidato à vaga de “determinante do valor”. O aspecto fundamental passa a ser encontrado na quantidade em oposição à qualidade. Assim, o valor de troca das mercadorias é a forma de manifestação desta substância social, a saber, do valor. A análise do “sistema das trocas” levará o olhar de Marx para o valor, primeiro elemento de nosso problema, e para a sua substância.

A variação do valor de uma mercadoria se dá na proporção em que varia (para cima ou para baixo) o tempo socialmente necessário, ou “médio”, para a sua produção. O que faz do valor, antes de um predicado da coisa como tal, uma categoria relacional, ou seja, apenas se determina o valor na relação produtiva e no relacionamento das mercadorias entre si. No

processo de circulação os homens escolhem algumas mercadorias e por fim apenas uma que funcione como equivalente geral, isto significa, uma mercadoria que passa a ser “objetivação do tempo de trabalho abstrato geral”, nesta medida, dinheiro. Portanto, ao contrário da aparência advinda da circulação, que faz com que nos pareça que é o dinheiro que faz as mercadorias comensuráveis, a derivação das categorias proposta por Marx nos mostra o contrário, que o ouro só se torna medida de valor, isto é, do tempo de trabalho, pelo fato de que as mercadorias se meçam pelo valor e não pelo ouro (P.C, p. 90).

A mercadoria é, portanto, passível de uma dupla redução: 1) por um lado, a trabalho real, dispêndio de força humana concreta aplicada a um fim, a produção de um valor de uso determinado; 2) por outro lado, a trabalho humano abstrato, mero dispêndio de força humana indistinta, mensurado pelo tempo e que é a substância do valor. Daí as mercadorias poderem se defrontar com uma “dupla existência”. Diz Marx em *Para a Crítica da Economia Política* que efetivamente estas se defrontam com valores de uso, fruto de trabalho concreto real e particular. É o trabalho do marceneiro como e enquanto marcenaria, etc. Por outro lado estas se defrontam como valores, modo de representação do trabalho abstrato e geral e que determina o seu valor, no qual todas as mercadorias são encarnação de um mesmo valor e são distinguíveis apenas quantitativamente. As mercadorias se defrontam aqui não como trabalho do marceneiro, mas como fruto do trabalho humano em geral, mero dispêndio de tempo de vida humana. Nas palavras do próprio Marx: “nessa diferença entre valor de troca e preço, observa-se o seguinte: o trabalho individual particular contido na mercadoria precisa primeiro ser apresentado, pelo processo de alienação, em seu contrário, em trabalho sem individualidade, abstratamente real e, somente dessa forma em trabalho social, ou seja, dinheiro” (Idem, p. 91). Chama a atenção nesta descrição da circulação

das mercadorias a capacidade de duplicar auferida pelo próprio processo. A mercadoria passa a existir efetivamente (como valor de uso) e idealmente (como valor). Porém a “contradição latente” está no fato de que a mercadoria efetiva só poder ter efeito social caso assuma a forma de seu contrário imediato. Isto significa que o valor de uso *passa* a valor, o trabalho específico *passa* a trabalho indiferenciado. Isto mostra, por um lado, a precedência, na ordem capitalista, do social sobre o concreto individual, o que aponta no sentido da crescente autonomia dos processos sociais, de que o dinheiro e o capital são exemplos mais emblemáticos.

A afirmação de que o valor não deriva das coisas, como se se tratasse de uma propriedade material intrínseca dos objetos com os quais nos defrontamos como mercadorias, embora não seja trivial, é, para Marx, incontestável. Algo completamente distinto ocorre com a relação entre valor e trabalho. Afirmar ou negar que o valor derive do trabalho não é de forma nenhuma ponto pacífico. Assumir que o valor deriva diretamente do trabalho, como propriedade sua, significa dizer que o valor existe em todos os modos de produção que antecederam o capitalismo e, portanto, que o valor não denota uma forma tipicamente capitalista<sup>74</sup>. Por outro lado, dizer que o trabalho não confere, por si mesmo, valor aos produtos<sup>75</sup>, mas que é antes a organização social do trabalho, mais especificamente, que é o comportamento operatório da troca que determina o relacionamento dos homens frente ao produto de seu trabalho e lhes confere valor, implica em admitir que o valor é uma forma apenas assumida pelos trabalhos por estarem orientados para o fim social da troca.

---

74 Esta parece ser a interpretação de Ruy Fausto, que inclusive fala em “existência” no capitalismo ou no pré-capitalismo. Marx, ao que nos parece não coloca o problema em termos de existência e sim de capacidade explicativa da categoria frente ao modo de produção referente.

75 Esta é a interpretação de Rubin, ver neste sentido *Rubin, 1980*, p. 84.

O valor assim entendido não é uma propriedade do produto do trabalho, mas antes uma função social que “liga” os diversos produtores mercantis isolados.<sup>76</sup> É importante assinalar, neste contexto, que a Igualdade, este emblema da sociedade burguesa moderna, aparece na circulação simples como possibilidade de efetuação da troca. A igualdade dos contratantes advém da igualdade dos produtos que carregam ao mercado como valores. Seu relacionamento como indivíduos, o contrato, pressupõe que seus trabalhos se confrontem no mercado como valores. Na esfera econômica, a igualdade exige uma “senha de acesso”, o ser portador de mercadorias. Antes de ser uma propriedade intrínseca dos homens como tal, a igualdade é derivação da redução dos trabalhos a trabalho abstrato e da sua determinação como valor. A forma social da igualdade, no nível econômico, depende da forma-valor.

Valor é mera gelatina de trabalho humano indiferenciado. É a expressão social do mundo das mercadorias. “A forma-valor é a mais abstrata e mais geral do modo de produção burguês, que por este meio é caracterizado como tipo específico de produção social e, com isso, simultaneamente, como tipo histórico”. (Grespan, 2001, p. 66). Para o autor, na determinação do valor, Marx leva em conta, nisto superando os clássicos, os aspectos qualitativo e quantitativo, organizados dialeticamente pela figura da *oposição*. É fundamental o caráter atribuído por Marx de oposição e não mera diferença. (Grespan, 2002, p. 36).

O dinheiro vem solucionar a oposição entre valor de uso e valor e atender às necessidades advindas das relações de tro-

---

76 Rubin entende a troca como fundamental para o entendimento do capitalismo, visto que toda a sociabilidade capitalista advém da imposição de um comportamento social baseado na troca. A troca é o comportamento operatório que modifica a produção e gera a circulação de mercadorias. A troca é o fundamento do relacionamento enfeitado dos homens, porque travestido em coisas.

ca de mercadorias em si mesmas (como expressão de trabalhos concretos diferentes) incomensuráveis, como no exemplo dado por Marx em *O capital*: bíblia e água ardente. A trocabilidade é fixada socialmente, pela redução de trabalho concreto a trabalho abstrato, donde a diferença entre as mercadorias não será mais medida com base nas qualidades - seja do trabalho concreto útil à sua produção, sejam suas próprias - e sim na quantidade de tempo necessário a sua produção. Este será seu valor. A resolução, no dinheiro, da oposição entre valor de uso e valor de troca é o coroamento<sup>77</sup> do feitiço. O dinheiro resolve a oposição entre valor de uso e valor que, no entanto, permanece.

Para Isaak Rubin, a seção primeira de *O capital* descreve a anatomia da “economia mercantil simples”, que difere da economia propriamente capitalista, que é mais complexa. Nos marcos teóricos desta economia mercantil simples, “o valor representa o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado”. (Rubin, 1980, p. 79). Sendo assim, na economia mercantil simples, preço médio e valor-trabalho seriam coincidentes. “O valor das mercadorias é diretamente proporcional à quantidade de trabalho necessário à produção dessas mercadorias”. (Idem, p. 80).<sup>78</sup>

---

77 Na irônica referência de Marx ao mundo da religião, ele fala em divinição: “como dinheiro é-lhe restituído [ao ouro] seu resplendor áureo. De ser passa a ser Senhor [aqui a referência é a dialética do senhor e do servo, também conhecida como *dialética do reconhecimento da Fenomenologia do Espírito de Hegel*]. De simples servidor das mercadorias passa a ser o seu deus.” P.C., p.135.

78 Para Rubin, o esquema da economia mercantil simples se expressaria da seguinte maneira: produtividade do trabalho + trabalho abstrato + valor + distribuição do trabalho social. Em tal “esquema” o valor tem um papel regulador, diz o autor russo “a lei do valor é a lei de equilíbrio na economia mercantil”. (p. 82). Como procuramos mostrar em nosso segunda capítulo, é pela alegada incompatibilidade entre a lei do valor e o preço de produção que terá origem a hipótese de a circulação simples ser uma descrição de um período pré-capitalista.

Se o valor diz respeito à mercadoria na medida em que ela é determinada quantitativamente, deve-se encontrar algo ao qual todo trabalho, enquanto trabalho humano abstrato possa ser reduzido. Marx encontra-o no tempo de trabalho socialmente necessário. Uma vez que, “enquanto valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”. O tempo de trabalho é a “medida de grandeza” do valor tanto quanto o trabalho é a sua substância. Vejamos mais detidamente a análise marxiana do trabalho, o que nos leva ao segundo elemento do problema.

## 4.2 - Sobre o Trabalho Abstrato

Trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas [...] ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem.

O caráter bipartido da mercadoria, valor de uso e valor, tem no trabalho produtor de mercadorias seu correlato. Ele também forma uma oposição de dois pólos que se definem na oposição ao seu contrário. Considerado da perspectiva de seu efeito útil, o trabalho é especificamente determinado “pelo sua finalidade, modo de operação, objeto meio e resultado” (MCD, p. 23; K. I p. 56). É trabalho humano determinado (marcenaria, padaria, etc.), trabalho útil que produz valores de uso. Este trabalho é manifestação do exercício da atividade humana compatível com qualquer formação social histórica. O dispêndio de energia fisiológica, lembra Rubin, é um pressuposto da análise de Marx, uma vez que apenas ele é capaz de criar valores de



uso, mas ele não cria valor.<sup>79</sup> Conforme diz Marx: “como formador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é uma das condições da existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediar do metabolismo entre o homem e a natureza, ou seja, a vida humana” (MCD, p. 25). Marx conclui o raciocínio com a afirmação de que de dois elementos, na metáfora “pai e mãe”, trabalho e natureza, são constituídos todas as riquezas de todas as épocas sociais da história, quer sejam formações nas quais há divisão do trabalho ou com apenas um trabalho útil privado.

Como correlato do que se passa com a relação de oposição entre valor de uso e valor, ambos os lados são *reduzíveis* a uma mesma determinação comum, desse modo o trabalho concreto pode igualmente ser *reduzido* a mero dispêndio de força humana de trabalho, isto é, a trabalho humano indistinto. Este trabalho no qual as determinações específicas (padaria, marcenaria, etc.) nada influem “é um dispêndio de força humana de trabalho.” (MCD, p. 27; K, I p. 59). O trabalho aqui considerado é, portanto, mero dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos e mãos humanos. Certamente este trabalho pode ser desenvolvido em maior ou menor escala, isto significa que maior ou menor quantidade de trabalho simples pode estar “potenciado” em uma dada atividade, mas para efeitos de simplificação Marx toma o trabalho simples como unidade de medida. Rubin procura destacar que a “igualação” do trabalho em uma sociedade mercantil não advém de um “padrão externo”, mas tal igualação é levada a cabo pela trocabilidade dos produtos dos trabalhos em si desiguais. É a troca o solo comum onde se movimentam trabalhos distintos. Desta maneira, através do processo de troca, o trabalho privado adquire uma característi-

---

79 Rubin, 1980, p. 152. Para o Autor soviético há três formas de trabalho igual: “a) trabalho fisiologicamente igual; b) trabalho socialmente igualado; e c) trabalho abstrato, ou abstrato-universal, ou seja, trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil”.

ca complementar na forma de trabalho social, o trabalho concreto na forma de trabalho abstrato, o trabalho complexo é reduzido a trabalho simples, e o trabalho individual a trabalho socialmente necessário”. (Rubin, 1980. 141). Em outras palavras, todas as alterações na “química do trabalho” são operadas sob o signo da troca, como comportamento operatório que gera a sociabilidade mercantil capitalista e, por consequência, produz alterações formais no trabalho humano. Trabalho abstrato, como o entende o economista soviético “é uma propriedade específica da economia mercantil” tanto quanto o valor. (*Idem*, p. 151). É a igualação de seus produtos à forma monetária que exige a sua redução a trabalho abstrato. É a sociabilidade específica que visa o valor, e não o valor de uso, que gera as abstrações permitindo assim igualar socialmente trabalhos distintos. Sua igualação monetária faz supérfluas todas as características concretas que produzem valores de uso concretos. O que resta após a sua igualação a dinheiro é sua expressão abstrata em valor, tornando-se trabalho indistinto, impessoal. (*Ibidem*, p. 157).

Marx, desenvolvendo o elemento quantitativo que estabelece o trabalho abstrato, lembra que aqui, como no caso do valor, o instrumento quantificador será o tempo de trabalho socialmente necessário. O valor de uma mercadoria é extraído e calculado pelo tempo de duração de sua produção. A quantidade de valor de uma mercadoria corresponde, portanto, à quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua produção. Aqui fica patente a importância do *tempo*<sup>80</sup> como nivelador quantitativo, como já dissera Marx em *Para a Crítica*: “tempo de trabalho é o modo vivo de ser do trabalho, indiferente à sua forma, ao conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo vivo de ser como quantidade, ao mesmo tempo em que é a sua

---

80 Marx chama a atenção para o fato de que foi Benjamim Franklin o primeiro a formular a “lei fundamental da economia política moderna”, que diz que o tempo é a medida do valor. Ver: P.C., p. 80.

medida imanente” (P.C., p. 59). Para que o valor das mercadorias possa ser expresso pelo tempo de trabalho é preciso que todas as características físicas dos objetos produzidos em um determinado tempo sejam “reduzidas” à mesma forma indistinta, simples, uniforme de trabalho abstrato. Isso implica que a diversidade de trabalhos concretos (marcenaria, mecânica, padaria, por exemplo) se reduza à forma simples de trabalho humano indiferenciado, simples dispêndio o de energia humana coordenada por um fim e quantificável.

Essa redução é fundamental, pois apenas ela nos afasta da empiria vulgar e do domínio da *aparência*, revelando-nos a abstração real de onde deve partir a análise da economia política. Tal redução, por um lado, evidencia-nos a necessidade de pressupor a liberdade e a igualdade daqueles que têm seu gasto de energia subsumidos ao mesmo operador quantitativo. Como veremos adiante, tal processo alcança plena vigência em uma sociedade na qual as ideias de liberdade e igualdade são já contadas como “preconceitos populares”.

Por outro lado e contraditoriamente, os agentes do processo de trabalho, são aqui apenas órgãos do trabalho; seu trabalho não mais é tomado na qualidade de trabalho diverso de diversos sujeitos, “mas ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho”. (P.C. p,60). Seu trabalho, para ser apresentado como valor das mercadorias, pode prescindir de determinações como quem faz, ou o que faz, e é expresso na forma de trabalho humano geral. Tal processo de trabalho, portanto, não é comandado por sujeitos autônomos que produzem para satisfazer uma necessidade imediata, antes, tal processo aparece como exterioridade frente aos indivíduos, que venderam seu tempo de trabalho e, por isso, perderam o comando dos processos nos quais atuam, tornando-se, assim, órgãos do trabalho comandado pelo capital. Este processo, certamente, não lhes vêm à consciência.

É certo que a *redução* dos trabalhos é possível dentro de condições de trabalho dadas socialmente. Tanto as condições materiais do trabalho, o desenvolvimento técnico-científico, são tomados socialmente, quanto o trabalho dos diversos indivíduos é tomado como igual. Essa igualdade certamente não é qualitativa, antes, os trabalhos distintos são passíveis de uma igualação quantitativa, e tal igualdade pode ser encontrada em algo em que todo trabalho participe. Pois, seja o trabalho do mecânico ou do pintor, seja este trabalho simples ou complexo, em uma palavra, todo trabalho pode ser quantificado pelo tempo de duração do trabalho do indivíduo trabalhador. O trabalho é reduzido a sua forma mínima: o tempo de sua duração. Tal redução, abstrai de tudo o que é excessivo para a determinação de valor da mercadoria, é o que possibilita ao tempo de trabalho geral ser expresso em um ente que terá a função de igualar todos os trabalhos e se constituir em um equivalente geral<sup>81</sup>.

Estas duas características do trabalho abstrato, a saber, a sua indistinção e sua possibilidade de se expressar sua substância em um equivalente geral, concorrem para a determinação da relação moderna de trabalho como relação de oposição entre capital e trabalho<sup>82</sup>. Neste sentido o trabalho pode ser comprado, mais especificamente, a capacidade de trabalho ou a sua faculdade de trabalhar pode ser comprada como mercadoria, o que,

---

81 “Como tempo de trabalho geral, ele se apresenta em um produto geral, um equivalente geral, uma determinada quantia de tempo de trabalho objetivada que é indiferente à forma determinada de valor de uso, na qual aparece como produto imediato de um indivíduo, e é traduzível à vontade em qualquer outra forma de valor de uso, na qual se apresenta como o produto de qualquer outro. Só enquanto grandeza geral é que ele é grandeza social”. (*P. C. p, 61*).

82 Procuramos mostrar em que sentido a especificidade da relação opositiva entre capital e trabalho assalariado determina o conceito marxiano de capital em nossa tese de doutoramento em Filosofia, e alguns resultados estão expostos no artigo “*Capital: subjetividade e relação*”; in Del Roio, org. 20014.

para Marx, faz com que o trabalho que produz mercadoria tenha esta potência de expressar a relação entre as pessoas às avessas, apresentando-as como relacionamento entre coisas<sup>83</sup>.

A abstração real, produto da redução, faz parecer trivial que se troque uma determinada quantia de dinheiro por uma quantidade equivalente de horas de trabalho potencial, “de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresente como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas”<sup>84</sup>. (P.C., p.76).

Nesta obra fundamental para a construção e aperfeiçoamento de sua teoria do capital que é *Para a Crítica da Economia Política* Marx chama a atenção para alguns resultados da redução do valor de troca ao tempo de trabalho. Em primeiro lugar; “como valor de uso, a mercadoria tem uma atuação causal”<sup>85</sup>, o que preside a sua produção é o “em vista de quê” é produzida, ou sua finalidade. Por exemplo, o pão presta o serviço de alimentar, a máquina de substituir o trabalho humano, etc. O que preside tais usos é o consumo. Contudo, diz Marx, “como valor de troca, a mercadoria é sempre considerada sob o ponto de vista do resultado”. Passa a ser determinante não o “em vista de quê” ela foi feita, mas sim o tempo necessário, a quantidade de trabalho necessária para a sua produção. Em seu exemplo, o pão não aufere seu valor mediante a fome que é capaz de satisfazer, antes é do tempo de trabalho conjugado em sua produção. A máquina não retira seu valor mediante a soma de todos os trabalhos que substitui, mas sim pela men-

---

83 Ver P.C., p. 63.

84 Marx chegará a uma formulação final do feitiço em *O capital*, mas já trabalha essa ideia em seus textos preparatórios.

85 Idem, p. 65. Sobre as obras preparatórias de Marx e sua relação com o trabalho definitivo operado no Livro I de *O Capital*, ver: Grespan, “*O Capital e seus escritos preparatórios*”: sobre o lançamento do volume 4.3 da MEGA, in *Crítica Marxista*, Nº 37; Rosdolsky (2001); e de modo mais ousado Reichelt: “*Que método Marx ocultou?*”, in *Crítica Marxista* Nº 33.

suração do trabalho empregado para a sua produção e, conseqüentemente, do tempo médio necessário para se reproduzir o processo. Isto significa que o valor na sociedade capitalista não é determinado por necessidades humanas, pela procura, mas antes pelo desenvolvimento social do trabalho e da técnica.

Novamente, tratando da redução de trabalho útil a trabalho abstrato, Marx faz referência a uma sinalização histórica que nos interessa para a solução de nosso problema, diz ele:

A evidência ensina ainda que em *nossa sociedade capitalista*, conforme a mutável orientação da procura de trabalho, dada a *porção de trabalho humano deverá ser alternadamente* oferecida ora sob a forma de alfaiataria, ora sob a forma de tecelagem. Essa variação da forma de trabalho pode não transcorrer sem *atritos*, mas *ela tem de ocorrer*. (P.C. p. 65).

O trabalho abstrato pode ocorrer certamente nas formações econômicas mais distintas, mas, como mostra a evidência, no capitalismo o trabalhador deve estar apto a alternar o fim de seu dispêndio de força “conforme a mutável orientação da procura”<sup>86</sup>. A necessidade de sobrevivência pode levar o trabalhador a oscilar entre profissões, e ainda que isto seja feito com dificuldade levando-se em conta o trabalho complexo, e cause “atritos” mesmo no trabalho simples, pela necessidade de ganhar a vida, no capitalismo tal variação “tem de ocorrer”. Voltaremos a isso.

A distinção, em Marx, entre trabalho concreto e trabalho abstrato (e simetricamente, entre valor de uso e valor) faz parte de uma concepção que intenta distinguir, de modo geral e sistemático, a relação físico-tecnológica e a função de valori-

---

86 O conceito de trabalho abstrato pressupõe uma determinada forma social de organização do trabalho numa economia mercantil [...] o trabalho abstrato não é uma categoria fisiológica, mas uma categoria social e histórica”. Rubin, 1980, p. 159.

zação. O regime da produção baseado na troca pressupõe, de início, a troca entre o que é diverso, pois seria irracional trocar entre idênticos. Não são apenas diversos os produtos, mas os instrumentos, as matérias primas, os trabalhos concretos aplicados nos objetos em troca, etc. Mas o que nos interessa no caso da troca é descobrir a regra de sua equivalência, isto é, como os diversos trocam-se e, assim, tornam-se equivalentes<sup>87</sup>. Isto nos remete ao mecanismo da redução.

### 4.3 - Sobre a Redução

Marx concebe o caráter bipartido dos elementos constitutivos da circulação simples como fundamentos da sociabilidade capitalista. A dupla forma de valor das mercadorias é o que as constitui como mercadorias<sup>88</sup>, da mesma maneira que a duplicidade do trabalho determina a relação produtiva no mundo capitalista, relação que gera valor. Esta duplicidade formal em cada um de nossos elementos, duplicidade esta que é ganho teórico positivo da crítica<sup>89</sup>, é o objeto da redução (*die Reduktion*). A redução nos conduz do concreto ao abstrato, do natural ao socialmente determinante. Tal detalhe é importante, pois a duplicidade pode aparecer nos modos pré-capitalistas, onde, ao contrário do que temos no capitalismo, o elemento

---

87 Um interessante trabalho italiano mostra como, para Marx, em oposição a todos os críticos posteriores e contemporâneos, o valor de uso é fundamental. Ver Stefano Vannucci: *Il Valore d'uso in Marx e la teoriadell'utilità*. In *Critica Marxista* (ITA), anno 18, n° 5.

88 Elas são mercadorias, contudo, apenas como algo duplo, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor” **MCD**, p. 33. ;**K**. I, p. 62.

89 “Essa natureza bipartida do trabalho contido na mercadoria foi demonstrada criticamente pela primeira vez por mim”. **MCD**, p. 23.

determinante seria o concreto: o trabalho útil, o valor de uso. No capitalismo predomina a abstração que cria valores. A redução se processa pelo abandono do concreto e, do ponto de vista do capitalismo, do acidental, do não determinante. Dos valores de uso múltiplos e variados, empiricamente diversos, se passa à unidade abstratamente real do valor. A diversidade empírica da imensa quantidade de valores de uso é reduzida a diversidade unicamente quantitativa de valores. Todos os objetos são unificados sob uma única determinação, a do valor.

O mesmo se dá com o trabalho. Os múltiplos trabalhos, cujo objetivo é a produção de múltiplos valores de uso, são reduzidos a trabalho humano indistinto, cujo único objetivo é a produção do valor. Deixa de ser determinante o elemento útil, a ação humana como gasto de energia orientada à um fim útil, e o trabalho passa a ser antes de tudo substância do valor<sup>90</sup>. Tal redução não é fruto da ação consciente dos homens, antes: “as diversas proporções em que os diversos tipos de trabalho são reduzidos a trabalho simples, como a sua unidade de medida, estabelecem-se por um processo social as costas dos produtores, e parecem a eles daí como dados pelo costume”. (**MCD**, p.28; **K. I**, p. 59). A redução do “natural” ao “social” é o processo que cria a abstração real do mundo das mercadorias. Característica típica de um modo de produção e sociabilidade que tende sempre à autonomia das coisas e para a reificação dos homens.

Marx, para chegar a determinar trabalho abstrato e valor, “parte da aparência sensível para numa série de negações das etapas anteriores atingir uma entidade que em si mesma

---

90 Sem que se perca o momento anterior, nessa medida, “A força humana de trabalho em estado fluído, ou o trabalho humano, forma o valor, mas não é valor” (**MCD**. p. 37-8; **K**. p. 63.). O procedimento dialético não consiste na solução da oposição entre trabalho útil e trabalho abstrato, mas sim em explorar os ganhos teóricos da oposição posta na sociedade capitalista. O elemento material não desaparece na relação de valor, apenas deixa de ser determinante para a análise do capitalismo, mas permanece como suporte material do valor.



não possui nenhuma das propriedades das qualidades dos momentos constitutivos”. (Giannotti, 1960, p. 65). Esta determinação segue, portanto, na contracorrente da percepção sensível e é, nesta acepção, resultado de sua *suspensão* (*Aufhebung*). É certo que a percepção só nos dá a coisa física, mas os elementos de nosso problema, para usar a metáfora marxiana, são “sensíveis suprassensíveis”. Como já apontara Marx anteriormente em *Para a Crítica da Economia Política*, a redução dos diversos trabalhos a trabalho simples é condição para a medida do valor das mercadorias. Diz ele: “esta redução aparece como uma abstração”, abstração real como sabemos. O método utilizado é o da *redução* das particularidades acidentais para uma generalidade abstrata que se expressa em uma determinação simples, sob a qual todos os trabalhos podem ser subsumidos, e assim, mensurados de modo unificado. Na esteira desta redução sucumbem as particularidades de toda matriz tais como as que dizem respeito a quem faz, o que faz, em que lugar faz, e até mesmo a complexidade do que é feito. Tudo isso passa a ser residual e indiferente dada a redução à generalidade abstratamente real dos diversos trabalhos a mero dispêndio de tempo de trabalho humano geral. A redução é aplicada de modo tão radical que apenas restam aos diversos trabalhos serem dispêndio de energia mecânica, força, e dispêndio de tempo de vida dos trabalhadores. A matriz que unifica, que permite mensurar o dispêndio geral de força, é o tempo, uma vez que o limite, mesmo do gasto de força mecânica, é temporal.

A redução é a forma da abstração. A abstração-valor e o trabalho abstrato são apenas determináveis pelo mecanismo da redução de todo múltiplo a um elemento comum que tenha a capacidade de, ainda após o abandono dos dados concretos sensíveis, dar a cada elemento sua especificidade econômica. O múltiplo dos trabalhos é reduzido ao trabalho humano enquan-

to tal, trabalho abstrato<sup>91</sup>; o múltiplo dos produtos dos trabalhos úteis, as variadas formas dos valores de uso são reduzidas à mesma forma-valor.

### 4.3.1 - Redução e Dinheiro

A forma acabada da redução, entendida como o caminho do abandono das determinidades empíricas acidentais que não presidem a análise do mundo capitalista, é encontrada no dinheiro. Nos marcos analíticos da circulação simples, sejam quais forem as mercadorias ocupantes da posição relativa ou equivalente do dinheiro, ocuparão estes papéis devido a equiparação dos trabalhos que os reduziu a trabalho humano abstrato. No entanto, a mercadoria que ocupa a forma equivalente do valor, a forma de dinheiro, será o “portador do valor”<sup>92</sup>. A forma do ocupante da posição equivalente será a própria “forma do valor”. No exemplo de *O Capital*, o linho tem a forma relativa (papel ativo) e o casaco a forma equivalente (papel passivo):

Como valor de uso o pano é uma coisa sensível diversa do casaco; como valor, ele é um ‘igual ao casaco’ e se parece com um casaco por isso. Assim ele obtém uma forma de valor diversa da sua forma natural. O seu ‘ser de valor’ aparece na sua igualdade com o casaco, do mesmo modo que a natureza da ovelha cristã em sua igualdade com o cordeiro de Deus (MCD, p 39. K. I, p. 66).

---

91 “A igualdade *totocoelo* (completa) de trabalhos diversos só pode se consistir em uma abstração de sua desigualdade efetiva, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato.” MCD, p. 71; K. I p. 88.

92 Cf. MCD, p. 38; K. I, p. 66.

Abandonando sua forma de valor de uso, que a distingue de todas as demais mercadorias, o ocupante da forma relativa passa a parecer (devido sua redução) a forma equivalente. Todas as coisas compráveis passam a ter uma única aparência econômica, todas parecem como dinheiro, todas podem ser reduzidas a dinheiro, entenda-se: todas as coisas compráveis, como frutos do trabalho abstrato, são valores e são redutíveis à forma equivalente do valor.

O ocupante da forma equivalente, que será o dinheiro, poderá ocupar tal função não apenas suas propriedades naturais, mas por uma dada relação social dos trabalhos que formam a substância da relação de valor. “O casaco [no exemplo preferido por Marx] na expressão de valor, representa para o pano uma propriedade sobrenatural de ambas as coisas: seu valor, algo puramente social” (**MCD**, p. 47; **K. I**, p. 71). Algo que o corpo do ocupante da forma equivalente passa a figurar, daí todas as mercadorias se parecerem com ela. Este algo, sabemos, é o trabalho abstrato, a substância do valor.

Ao contrário do que faz parecer a linguagem ilusória das mercadorias, Marx quer provar com essa derivação da forma dinheiro a partir da forma mercadoria que “a forma de valor ou expressão de valor da mercadoria surge da natureza de valor das mercadorias” (**MCD**, p. 52; **K. I**, p. 75). A ilusão consistiria em tomar a origem do valor e da grandeza de valor na sua expressão como valor de troca, seu lado quantitativo, por um lado, ou apenas o lado qualitativo da forma relativa do valor, por outro. A análise das formas feita por Marx mostra como a antítese “valor de uso – valor” é fundamental na compreensão da “relação-valor”. A mercadoria que ocupa a forma relativa serve à relação apenas como figuração do valor de uso, é expressãoda utilidade, qualidade. A mercadoria ocupante da forma equivalente,

que se tornará dinheiro, é apenas forma de figuração do valor, da quantidade. A antítese “forma relativa –forma equivalente” repõe a primeira antítese e lhe dá uma dimensão social, mas é um mero desdobramento da antítese fundamental inscrita no corpo das mercadorias (valor de uso – valor).

A redução de todas as formas de expressão do valor de uma mercadoria a uma forma simples e unitária torna o ocupante da forma equivalente dinheiro. Está é uma “obra comum do mundo das mercadorias” e que confere “objetividade de valor” ao dinheiro, não por sua existência natural, utilidade, mas por sua “existência social”. Nesse sentido, a forma dinheiro do valor é socialmente válida, pois é a forma por excelência da redução de cada espécie de trabalho humano concreto a mero trabalho abstrato, nas palavras de Marx:

Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias se apresenta não só negativamente, como trabalho no qual todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos efetivos são abstraídas. A sua própria natureza positiva vem à tona. Ele é a redução (*die Reduktion*) de todos os trabalhos efetivos (*wirkliche Arbeiten*) ao caráter comum a eles de trabalho humano, ao dispêndio de força humana de trabalho. (MCD, p. 61).

Há aqui uma apreensão dialética destes elementos, uma vez que, de um lado, o valor é negativamente apreendido como abstração, mas de outro lado, ele é positivamente apreendido por se encarnar em um corpo concreto. São essas abstrações reais os elementos ou categorias desenvolvidas na circulação simples os termos da nossa equação.

## 4.4 - Relação dos Elementos com a Solução do problema.

A questão da referência histórica das categorias que compõem a seção inicial de *O Capital* pode agora, após a análise de seus elementos, aproximar-se de uma resposta mais abrangente. A análise dos elementos do problema mostra que trabalho abstrato e valor, da forma como foram expostos por Marx: “somente valem para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias”. Somente nesta forma de organização da vida e da sociedade estas abstrações são tão reais quanto a decomposição dos corpos orgânicos em ar.<sup>93</sup> Marx trata aqui de uma sociedade de produtores de mercadorias, seria ela o mercantilismo (pré-capitalista) ou o capitalismo? Vimos a origem desta polêmica no capítulo segundo deste estudo, agora nos detenhamos no que diz o próprio Marx em *O Capital*, tendo os olhos nos detalhes metodológicos especificados especialmente no “*Método da Economia Política*”. Ainda em *O Capital*, diz o fundador da Internacional:

O segredo (*das Geheimnis*) da expansão de valor, a igualdade e a igual validade de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, pode ser decifrado apenas (*kann nur entziffert werden*) assim que o conceito de igualdade humana (*der Begriff der menschlichen Gleichheit*) já possui a fixidez de um preconceito popular. Isso só é possível, contudo, numa sociedade em que a forma mercadoria é a forma geral dos produtos de trabalho, ou seja, em que a relação mútua dos homens como possuidores de mercadoria é a relação social dominante (MCD, p. 51, K. p. 74).

---

93 Ver neste sentido: P.C., p. 60. Diga-se de passagem, *O Capital* está repleto de analogias entre a economia política e a nascente ciência Química.

Nesta passagem há aspectos determinantes para a compreensão sobre a temporalidade a que se refere a análise de Marx na primeira seção de *O Capital*. Evidentemente não se coloca a questão da *existência* ou *não existência* do trabalho abstrato e do valor, mas são postas as condições necessárias para que seja decifrado o segredo do valor e da igualdade de todos os trabalhos. Segundo Marx isto não foi possível a Aristóteles por não contar este com uma das “leis da circulação simples”, a Igualdade. A rigor, a distinção entre valor de uso e valor de troca, como sempre o enfatiza Marx, já se acha estabelecida por Aristóteles. Bom exemplo desta constatação podemos retirar da passagem seguinte da *Política*: “tomemos como exemplo um sapato: ele pode ser calçado e pode ser permutado, e ambas as situações são maneiras de utilizar-se de um sapato”<sup>94</sup>.

Na verdade por estar condicionado pela época, o pensamento de Aristóteles enfatiza especialmente o duplo uso do sapato. Este pode ser usado como e enquanto sapato (seu valor de uso) e como meio que possibilita a troca, mas o que preside a discussão são seus usos e não seu valor. Em uma sociedade baseada no trabalho escravo o trabalho abstrato que gera valor não aparece com toda clareza, como ocorre no mundo burguês posterior à era das revoluções, onde os homens aparecem antes de tudo como livres e iguais e seu relacionamento é baseado no contrato e na posse de mercadorias, mesmo que esta seja a mercadoria força de trabalho. Fica patente por esta passagem que os elementos de nosso problema, a saber, trabalho abstrato e valor, são dominantes apenas no modo de produção burguês moderno.

No *Método da Economia Política* Marx usa também o trabalho abstrato como exemplo:

---

94 Cf. Aristóteles, *A Política*, Livro I, cap. III, 1257<sup>a</sup>.

O trabalho pode ser uma categoria de todo simples, além disso, sua representação, na universalidade do trabalho como tal (*als Arbeit überhaupt*) é, também ela, antiquíssima. Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto as relações que produzem essa abstração simples (M. p. 11, G. p. 633).

O trabalho abstrato é dialeticamente entendido como “antiquíssimo” e “moderno”. É antiquíssimo, pois em modos de produção pré-capitalistas os homens podem ser trocados de função naturalmente e serem seus trabalhos tidos apenas na qualidade de dispêndio de força motriz humana. Exemplo disso são os russos da época de Marx. A “abstração na prática verdadeira” do trabalho tem uma existência antediluviana e, como diz Marx: “em tal medida, a marcha do pensamento abstrato, ao se elevar do mais simples ao complexo, corresponderia ao processo histórico efetivamente real”<sup>251</sup>. Assim, em nosso problema, Marx poderia estar afirmando que as categorias de *O Capital* seguem o caminho de desenvolvimento do pré-capitalismo ao capitalismo, seguindo o caminho do surgimento das categorias. No entanto o contra exemplo do próprio Marx é ainda mais convincente, diz ainda no *Método*:

A indiferença em relação a uma espécie determinada de trabalho pressupõe existência efetiva (*wirklicher*) de uma totalidade muito desenvolvida de espécies de trabalho, onde já nenhuma delas predomina sobre todas as outras. Assim, as abstrações mais gerais só surgem, **como tais**, no desenvolvimento concreto **mais rico**, onde o que é comum a muitos aparece como comum a todos [...] a indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade onde os indivíduos passam facilmente de um trabalho para outro, tornando-lhes fortuita e, portanto indiferente, a espécie determinada de trabalho. (M. p. 15; G. p. 635. Grifo nosso).

Marx diz que, embora possam ter uma existência antediluviana, as categorias trabalho abstrato e valor apenas surgem “como tais” na sociedade mais rica, entenda-se, na moderna sociedade burguesa, pois apenas nesta a abstração-trabalho corresponde à forma social e ao modo de organizar de fato o mundo do trabalho.<sup>95</sup> O trabalho é, no capitalismo, antes de tudo abstrato pela ausência de entraves como as corporações de ofício, que determinariam e destinariam a ocupação dos homens. No mundo capitalista do trabalho condicionado pela divisão social do trabalho é fortuita a espécie determinada de trabalho. O exemplo dado por Marx são os Estados Unidos da América, nação capitalista por excelência: “apenas aí a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sansphrase*, ponto de partida da economia moderna, torna-se praticamente verdadeira”. (M. p. 15; G. p. 635). No mundo ca-

---

95 Hegel já havia entendido algumas das implicações da abstração do trabalho, diz ele em sua *Filosofia do Direito*: “O universal e objetivo no trabalho reside, porém, na *abstração*, que efetua a especificação dos meios e das carências e, precisamente com isso, especifica a produção e produz a *divisão dos trabalhos*. Pela divisão o trabalho do singular torna-se mais simples e graças a isso torna-se maior a sua habilidade no trabalho abstrato, bem como o conjunto das suas produções. Ao mesmo tempo, essa abstração da habilidade e do meio tornam completas até [serem] uma necessidade total a *dependência* e a *relação recíproca* entre homens em vista da satisfação das demais carências. A abstração do produzir torna o trabalho, além disso, sempre mais mecânico e, com isso, ao fim, apto para que o homem dele se retire e a máquina possa entrar em seu lugar”. *Filosofia do Direito—ASociedade Civil*, §198. Hegel, já leitor de Smith, Say e Ricardo, percebe que a abstração do trabalho embota e reduz o fazer humano a mero ato alienado degradante do espírito humano que perde sua riqueza de operar com diversas atividades e torna mero ato repetitivo mecânico e que por fim põe os homens contra as máquinas em competição. Hegel conclui: “Os homens queixam-se, então, das máquinas e na Inglaterra elas foram em parte destroçadas pelos trabalhadores desempregados; mas os homens poderiam ser utilizados para algo melhor do que para tarefas que as máquinas são capazes de executar”. (*Idem*, adendo). Todos os grifos são da própria tradução de Marcos Lutz Müller.



pitalista, como na nação mais capitalista do mundo, a abstração do trabalho é verdadeira na prática pois apenas neste a classe trabalhadora é, como diz Marx, “livre como os pássaros” e isto justamente por esta nação não ter um passado arraigadamente pré-capitalista que pesaria sobre os europeus. O próprio Marx em *Formas que Precedem a Produção Capitalista* identifica o “trabalho livre como pressuposição histórica do capital”<sup>96</sup>. E em uma nação como a norte americana, onde jamais foi determinante a corporação de ofício, esta é uma verdade prática antes de ser uma categoria abstrata. Em última análise é esta prática que possibilita a abstração.

Voltando aos exemplos, Marx antecipa uma possível objeção: “entre os russos essa indiferença “americana” é uma “disposição natural”. Ao que responde o *Método*: “só que faz uma diferença dos diabos entre, por um lado, bárbaros dispostos a deixar que os empreguem em tudo, e de outro, civilizados que em tudo se empregam por si mesmo”. (M, p. 17, G, p. 636). A questão não é, portanto, da origem das categorias apenas, mas sim sobre qual o método cientificamente correto (*die wissenschaftliche richtige Methode*) de interpretá-las<sup>97</sup>. No caso dos elementos de nosso problema, trabalho abstrato e valor, *O Capital* não pretende refazer sua história, mas sim apresenta-os

---

96 Marx, 2000. Trata-se aqui de uma parte dos Grundrisse intitulada: *Formas que Precedem a Produção Capitalista*, p.112. Para citar este texto, de agora em diante, abreviaremos por **F.P.** Usando o exemplo da “comuna oriental”(propriedade fundiária livre) onde “o trabalhador possui uma existência objetiva independente do trabalho”, diz que o fim de tal trabalho não é a geração do valor. p. 113. A questão central nesta forma pré-capitalista é a propriedade, entenda-se, formas de relacionamento com a terra mediada pela propriedade ou pelas diversas formas de uso da terra.

97 “O exemplo do trabalho mostra, de como convincente, que, embora possuam validade em todas as épocas, - em virtude justamente de sua abstração - mesmo as categorias mais abstratas, na determinidade de sua abstração, são um produto de relações históricas e só possuem plena validade para tais relações e no seu interior” (M. p. 17; G. p. 636.).

como e enquanto determinações plenamente desenvolvidas no interior da sociedade burguesa moderna.

Trabalho abstrato e valor como tais não são apresentados como formas pré-capitalistas que valem até o surgimento do capitalismo, são apresentados como categorias objetivas do capitalismo em sua epiderme. Não é o pré-capitalismo que explica ou ilumina a compreensão do capitalismo, como poderia parecer a uma leitura “historicizante” das categorias, mas ao contrário como diz Marx em uma metáfora: “a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco”. A sociedade mais desenvolvida explica as menos desenvolvidas e apenas em seu interior as categorias, mesmo as que possuem existência prévia, podem ser plenamente desenvolvidas e explicadas.

É neste sentido que Marx diz em *O Capital*:

É preciso uma produção de mercadorias completamente desenvolvida antes que da própria experiência brote a compreensão de que os trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros, mas, como membros espontâneos da divisão do trabalho, por toda parte dependentes uns dos outros, possam ser reduzidos progressivamente à sua medida socialmente proporcional[...] o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção impõe-se violentamente, como uma lei natural reguladora (*als regelndes Natur gesetz gewaltsam durchgesetzt*) mais ou menos como que a lei da gravidade, quando a alguém a casa desaba sobre a cabeça (MCD, p. 73, K. I p. 89).

Como não deixa dúvidas o trecho acima citado, é preciso a produção capitalista para entender as abstrações mais simples do relacionamento de troca. Não se trata em *O capital* da história do surgimento das categorias trabalho abstrato e valor, mas sim de como estas mesmas categorias no interior da sociabilidade mais desenvolvida explicam o relacionamen-

to dos homens baseada na troca em toda e qualquer época. Marx de fato diz expressamente que a análise científica segue “o caminho oposto ao desenvolvimento real”. Assim, *O Capital* parte *post festum* do capitalismo para as formas mais simples, tendo o desenvolvimento capitalista como pressuposição. Ainda no *Método* diz Marx:

Do mesmo modo que em toda ciência histórica ou social em geral (*wie überhaupt bei jeder historischen, sozialen Wissenschaft*), também no que se refere à marcha das categorias econômicas, é preciso ter presente e de modo firme, que o sujeito, isto é, a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade efetiva como na cabeça [...] e que, também do ponto de vista científico, de maneira nenhuma ela [sociedade burguesa] só começa no momento em que se trata dela como tal (M. p. 19; G. p. 637).

A sociedade capitalista está pressuposta desde o início mesmo que na circulação simples se abstraia de determinações fundamentais como a relação-capital, a concorrência intercapitalista, etc. Trata-se na Seção I do mundo capitalista e não do pré-capitalismo. Marx procura mostrar em todo o *Método da Economia Política* que deve-se partir do abstrato e por concentração, síntese (*Zusammenfassung*), se chegar ao concreto. Isto explica porque partir da circulação simples para por meio de sínteses chegar ao capital, ao mesmo tempo em que se opõe à certas correntes empiristas da economia política que pensavam dever a ciência começar pelo “concreto”.

A circulação simples, como mostra a análise de seus elementos, não se refere ao pré-capitalismo, ao contrário, nela é tematizado o capitalismo abstraído de elementos dispensáveis para a análise que ali se pretende, porém indispensáveis para o funcionamento da economia capitalista. Esta abstração é real por coincidir com a consciência dos agentes na epiderme da sociedade burguesa e que permanece como consciência falsa a ser

ainda negada pelo processo histórico de sua superação. A Seção que abre *O Capital* não trabalha sob o signo da gênese e sim da abstração, pois como diz Marx “seria, além de impossível, falso, ordenar as categorias econômicas na sucessão em que foram historicamente determinantes”. (M. p. 18; G. p. 638).

*O Capital* não segue as categorias na medida de suas relações recíprocas na sociedade moderna. “Não se trata da relação que se estabelece historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diversas formas de sociedade e menos ainda da sua ordem “na idéia” (Proudhon) (uma representação confusa do histórico) e sim da sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna”. (Idem).

*O Capital* é uma obra sobre um único e amplamente analisado tema: a sociedade do capital – todas as outras formas econômicas ou temas relacionados são apenas imagens de contraste para a inteligência das formas capitalistas desenvolvidas. A circulação simples é a primeira Seção a tratar do capitalismo, como dissemos, do capitalismo como aparece em sua epiderme, por isso, se diz desta Seção ao final do *Método da Economia Política*: “é manifesto que a matéria deve ser dividida com o seguinte: 1) as determinações gerais abstratas que convém, por isso, mais ou menos, a todas as formas de sociedade, porém no sentido exposto anteriormente”. (M. p. 23; G. p. 639). Nesse sentido, *O Capital* é aberto com as “determinações gerais abstratas” que embora possam ter uma existência antediluviana, são apenas plenamente desenvolvidas e plenamente inteligíveis no modo de produção burguês moderno. Para Marx, como fica claro, não se trata de expor o conteúdo da matéria na ordem de sua aparição e vigência na história. No problema que nos ocupa aqui, não se trata na Seção I de uma apresentação das formas que historicamente precederam o capital e muito menos de um acompanhamento do período pré-capitalista no qual a lei do valor se dava nos marcos da circulação simples. Ao contrário, inicia-se pela mercadoria, pelo trabalho abstrato e pelo valor devido a posição que estes ocupam na sociedade burguesa mo-

derna. Não se trata de uma fenomenologia histórica, nem tampouco de história do aparecimento das categorias. “Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa”.

Novamente n’*O Capital* Marx dá provas de que as formas analisadas na primeira seção, o trabalho abstrato, a forma de valor das mercadorias e a forma dinheiro do valor, são formas do mundo capitalista. São evidentemente formas e, portanto, podem ter uma existência e validade pré-burguesas. Porém a análise de Marx é presidida pela especificidade burguesa de sua validade fatural e de seu uso pela economia política. Neste sentido é que diz Marx: “formas deste tipo constituem até as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas, para as relações de produção desse modo de produção social historicamente determinado, a produção de mercadorias” (**MCD**, p. 75.). Não se trata da forma da produção enquanto tal, mas sim de um modo de produção específico, “historicamente determinado”; e sua análise em *O Capital* leva em conta, embora abstraída na primeira Seção, a condicionante imposta a tais categorias pela *produção social* de mercadorias.

Não fosse a referência da Seção I de *O Capital* ao capitalismo, qual seria o valor do contraste, proposto por Marx, nas outras formas de produção? Seja nas formas de trabalho natural da idade média, na indústria rural patriarcal ou na projetada sociedade comunista, tais categorias seriam em parte ou no todo alteradas. O motivo de todas estas “imagens de contraste” é lembrar que:

A forma de valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, mas também a forma mais geral, do mundo de produção burguês, que por ela se caracteriza como uma tipo particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo como histórico. Se ela for erroneamente tomada como a forma natural eterna da produção social, então se passará por cima necessariamente também do específico da for-

ma de valor, ou seja, da forma mercadoria, desenvolvida a seguir na forma dinheiro, forma capital, etc. (MCD, p. 81, nota 33).

Este trecho é um exemplo lapidar do caminho pretendido pelo método **d'OCapital**. Tal é o caminho que nos leva do abstrato ao concreto, neste caso, da formavalor ao capital. É por este motivo que na circulação simples, mesmo faltando determinações fundamentais para a sua real compreensão, trata-se da economia capitalista. Referenciar a discussão empreendida na Seção I de *O Capital* em outras formações econômicas é cometer o mesmo erro que Marx critica nos economistas vulgares e mesmo nos clássicos. Entender a circulação simples como descrição da economia baseada na troca, que teve vigência desde os primórdios até o surgimento do capitalismo, não é senão uma “robinsonada”.

Por fim não devem restar dúvidas de que as fórmulas analisadas criticamente na circulação simples são fórmulas pertencentes ao capitalismo, sistema de produção em que os homens têm seu relacionamento conformado como coisas, e onde as coisas se relacionam como pessoas. A circulação simples coincide com a consciência invertida dos agentes na epiderme de tal modo de produção: “fórmulas que não deixam lugar à dúvida de que pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa (*bürgerlichen Bewusstsein*) uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo” (MCD, p. 82; K. I, p. 96).

## Considerações finais

*“Toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparição e a Essência das coisas coincidissem imediatamente”.*

Vimos em nosso primeiro capítulo que Marx escolhe seguir o caminho da “consciência atual” dos agentes, descobre que esta consciência é fruto de um “mundo às avessas” onde as relações humanas são *reificadas* e as relações entre as coisas personificadas. Procura desvendar os hieróglifos da linguagem das mercadorias a fim de entender o feitiço que elas exercem sobre a consciência dos agentes. Tudo isto já nos apontava para a referência ao capitalismo da Seção que abre *O Capital*. Mesmo a princípio nos parecia “problemática” a tese de Engels, segundo a qual a circulação simples seria referenciada ao mundo pré-capitalista e que nada teria a dizer sobre a sociedade burguesa. Muito embora Engels tivesse a intenção de “salvar” a teoria de *O Capital* dos ataques dos críticos, por meio desta tese acabou por iniciar uma interpretação que levaria os marxistas a abandonar a lei do valor e conseqüentemente a circulação simples que, nesta interpretação, seriam tidas como pré-história da sociedade do capital e sem valor explicativo algum para se entender os mecanismos sociais e econômicos do mundo moderno. Nosso terceiro capítulo procurou mostrar como os intérpretes recebem a tese de Engels no século XX; vimos que esta tese é hoje quase unanimemente rejeitada pelas mais diversas leituras da obra de Marx. Pudemos ver como leituras opostas não são divergentes quanto à referência histórica da circulação simples, por ser esta absolutamente uma exigência da leitura mais livre de premissas do texto. Finalmente em nosso quarto capítulo vimos que é por meio das categorias essenciais da circulação simples que se demonstra com maior força argu-

mentativa a sua referência ao mundo capitalista. A partir desta análise não nos resta dúvida de que a seção que abre *O Capital* intenta unicamente expor um primeira imagem, ainda abstrata, dos processos levados a cabo pelos agentes da troca no mundo das mercadorias. Estes “elementos do problema”, muito embora possam ter uma existência antediluviana, são constitutivos apenas do modo de produção capitalista.

Especialmente o trabalho, que pode assumir diversas formas determinadas pelos relacionamentos de produção e propriedade, assume a forma de trabalho abstrato em escala determinante unicamente no capitalismo. Em *Formas que Precedem a Produção Capitalista*, Marx afirma que os processos históricos de constituição do trabalhador “livre” e do dinheiro em capital são simultâneos e coincidentes:

O que capacita o potencial em dinheiro a tornar-se capital é a disponibilidade, de um lado, dos trabalhadores livres; em segundo lugar, a disponibilidade dos meios de subsistência e materiais etc. como igualmente livres e vendáveis, que antes eram *d'une ou d'autre* propriedade das massas que agora se tornaram *desobjetivadas* (Marx, 2000, p 166).

Pela análise de Marx coincidem a emergência do capital como “potência quea tudo domina” e a abstração do trabalho como forma dominante da atividade do trabalhador livre. É necessário, porém, entender esta liberdade como: a) dissolução de seu relacionamento com a terra, como fonte de toda riqueza; b) dissolução das relações em que o trabalhador aparece como proprietário do instrumento de sua atividade; c) a “não propriedade” por parte do trabalhador dos meios de consumo de que necessita para viver; d) dissolução das relações de escravidão e servidão” (Idem, p. 152-3). Assim entendido, o processo histórico de dissolução das formações econômicas anteriores,



com a conseqüente dissolução de suas relações de propriedade e produção, criam indivíduos “livres como pássaros”. Livres por não serem servos ou escravos, seu aspeto jurídico, e livres de toda e qualquer propriedade ou posse, tendo unicamente sua capacidade de trabalho como algo a ser vendido no mercado. A constituição do capital e a constituição do trabalho abstrato são coincidentes, pois “o processo histórico não é resultado do capital, mas pressuposição para ele”. (Ibdem, p. 179)<sup>98</sup>. Pelo processo histórico, então, o capitalista – que é o capital personificado – coloca-se entre o trabalhador e a propriedade. É, pois, desta situação histórica de separação radical dos trabalhadores da objetividade de seu trabalho e da propriedade dos frutos deste que surgem as abstrações reais da circulação simples. “Das cômodas fantasias, segundo as quais o capitalista e o trabalhador travam associação etc., nem a História (*Geschichte*) sabe algo a respeito, nem se encontra algum traço no desenvolvimento do conceito de capital” (G, p. 405, F. P., 167.). O que Marx procura aqui destacar é que uma vez dissolvidos os relacionamentos de propriedade e produção vigentes nas formas econômicas anteriores ao capitalismo, a forma de apropriação do trabalho alheio, sendo este trabalho livre, *deveria ser* apenas mediada pelo contrato e pela troca de equivalentes. No entanto, destas relações fantasiosas a “História” não é testemunha, antes o que ela testemunha é que pelo processo de acumulação originária do capital e pela crescente “subjetivação” do trabalhador, forma-se um processo de “divórcio” cada vez mais radical entre o trabalho e a propriedade de seu fruto<sup>99</sup>. Este trabalho passa a

---

98 “O capital é [então] ao mesmo tempo necessariamente o capitalista [...] o capitalista está contido no conceito de capital” (*Im Begriff des Kapital ist der Kapitalisten enthalten*) G. p. 412.

99 “O próprio dinheiro, uma vez coatuante na Histórica, só o é na medida em que interfere ele mesmo nesse processo como meio de divórcio altamente enérgico, e na medida em que coage para a instauração d os trabalhadores extorquidos, *desobjetivados, livres*; não, seguramente, por criar para eles as

ser cada vez mais objeto de extorsão e de um processo social que se passa às suas costas como exploração.

É importante ressaltar que esta exploração, esta “apropriação sem troca” não corresponde à representação que os agentes, capitalistas e trabalhadores, têm de seus relacionamentos no mercado, antes é seu oposto direto. Contudo isso não impede que:

A produção baseada no valor de troca e a comunidade baseada na troca desses valores de troca [...] e o trabalho, como condição universal da riqueza, supõem e produzem a separação entre o trabalhador e suas condições objetivas. Ao ocorrer essa troca de equivalentes é apenas a camada superficial (*oberflächliche Schichte*) de uma produção que repousa na apropriação do trabalho alheio sem troca, no entanto sob a aparência da troca. Esse sistema de troca repousa no capital como seu fundamento (*Grundlage*), e se for considerado separadamente dele, tal como se mostra na superfície (*Oberfläche*) como sistema autônomo (*selbständiges System*), então é mera aparência, mas uma aparência necessária (*aber ein notwendiger Schein*). Portanto, agora não é mais de admirar que o sistema dos valores detroca – troca de equivalentes mensurados por trabalho – oculte ou antes mostre como seu pano de fundo velado a apropriação de trabalho alheio sem troca, plena separação entre trabalho e propriedade (**F.P.**, p. 173-4, **G**, 408).

Vemos nesta citação, com toda clareza, que no modo de produção capitalista a *essência* – a apropriação do trabalho alheio sem troca – e a *aparência* – troca de equivalentes segundo seu valor – não coincidem, antes, são opostos diretos. De

---

condições objetivas de sua existência; mas ao ajudar a acelerar sua separação destas [condições] – sua ausência de propriedade” **G**. p. 406; **F.P.**, p. 169.

fato, a história da formação do trabalho abstratamente livre é contemporânea à história de constituição do capital como *potência que a tudo abrange*, fazendo com que o trabalho abstrato seja ao mesmo tempo pressuposição e resultado do capital, o que os torna indissociáveis na análise de *O Capital*. A produção e a sociabilidade capitalista supõem e produzem o trabalhador abstrato como sem propriedade. Quando tal trabalhador vende sua força de trabalho (M-D) este ato de troca de equivalentes “é apenas a camada superficial de uma produção que repousa na apropriação de trabalho alheio sem troca”. O ato de compra da força de trabalho (D-M) é um contrato entre iguais apenas na aparência, na epiderme de um modo de produção que se fundamenta na extorsão não paga do trabalho, extorsão esta que ocorre no interior deste organismo e não em sua camada superficial. Contudo o processo histórico e o sistema social produzem o feitiço que transforma o processo de exploração em troca de equivalentes, essa “apropriação do trabalho alheio sem troca”, ocorre “no entanto sob a aparência da troca”. Esta aparência, diz Marx, é aparência necessária, pois resulta do processo histórico imemorial, e pela “rotina da vida cotidiana” – como é dito em *Para a Crítica da Economia Política* – faz parecer trivial algo que é um “escândalo e um horror” quando demonstrado pelo método de exposição. Este pequeno trecho das *Formas* diz com maior eloquência tudo o que procuramos nesta dissertação destacar, a saber, que a aparência do mundo burguês – a circulação simples – “oculta ou antes mostra como seu pano de fundo velado” – a essência – a expropriação do trabalho alheio sem troca. É importante ressaltar ainda que, não obstante ser ocultamento, a epiderme do mundo burguês “mostra” como seu pano de fundo velado a essência, isto é, a plena separação entre trabalho e propriedade. É exatamente por este seu caráter de aparência que “oculta” ao mesmo tempo em que por meio da exposição “mostra” que a apresentação deve ter início

pela circulação simples e não pelo processo de exploração na fábrica. Caso contrário o método incorreria em dogmatismo. O método deve iniciar pelo mais “simples” e aparente e mostrar pelo caminho da exposição o nexo entre a aparência e a essência, mostrando, por fim, que a segunda é a negação da primeira. Porém este é o resultado de toda a exposição e não seu início. Este “resultado” é uma pressuposição constante, à medida que a exposição é também, e antes de tudo, crítica. É devido a tal convicção que discordamos de Ruy Fausto em nosso primeiro capítulo, na medida em que este pretende retirar a luta de classes do jogo categorial da circulação simples. Certamente Marx não inicia pela “posição” da luta de classes, este é um pressuposto que apenas apareceria em plenitude ao final do Livro III, mas nos parece claro que já na Seção inicial de *O Capital* a teoria das classes está presente como um suposto fundamental. É exatamente nisto que está a dificuldade do início de *O Capital*: uma vez que por meio do “método de pesquisa” já se percorreu todo o trajeto que nos leva da mercadoria à teoria das classes, mas agora se deve retornar à mercadoria para fazer a *exposição* do sistema do capital sem exterioridade a seu objeto, e sem ferir com antecipações a consciência dos agentes, mas, ao mesmo tempo, mostrar por meio da exposição - que também é crítica - a verdade apenas aparente das certezas mais simples da percepção de seu mundo social. Como sempre procuramos manter presente neste trabalho, um pouco ao largo da “conveniência acadêmica”, a crítica é *uma* dimensão do processo histórico que Marx procura descrever<sup>100</sup>. Embora a dimensão da crítica seja indispensável, outro processo deve correr em paralelo a ela e apenas a união de ambos em um único ponto histórico pode

---

100 “O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua crítica. À medida em que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado”. C. I, p. 18; K. p. 22.

oferecer uma solução para o problema da exploração e da luta de classes. Nesta medida certos “teoremas” de *O Capital* não encontram apenas uma solução teórica, mas aguardam o “longo e penoso” processo histórico<sup>101</sup> que lhes dará uma solução no plano da história e não apenas no plano da história das ideias.

A circulação simples é o capitalismo como abstração, como aparência, como epiderme de um organismo contraditório e “doentio”. Um exame inicial, no entanto, revela apenas *identidade*, um verdadeiro “éden dos direitos naturais do homem”. Porém uma incisão mais profunda, que vá além do “véu místico” de sua epiderme, revela todas as *contradições* e “doenças” que refutam a imagem inicial. Certamente nosso estudo é afetado pelas operações mais profundas empreendidas por Marx nas seções seguintes àquela que procuramos analisar em certo detalhe neste breve trabalho. Nosso estudo acompanha Marx apenas até o final da análise da epiderme, pois no momento em que se inicia a incisão mais profunda, que revelará as estruturas subcutâneas deste organismo social<sup>102</sup>, este livro deve terminar

---

101 “O reflexo religioso do mundo efetivo só pode desaparecer, em geral, quando as relações no mecanismo da vida prática cotidiana se apresentarem para os homens diariamente como referências transparentes e racionais de uns com os outros e com a natureza. A figura do processo de vida social, isto é, do processo de produção material, despirá o seu véu de névoa mística apenas quando se colocar como produto de homens livremente sociabilizados e sob seu controle consciente e planejado” **MCD**. p. 80.

102 “Ao sair da esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o *livre cambista vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume”. [C. I, p. 144; K. I, p. 190-191].



# Bibliografia

## Obras de Marx:

**K**, *Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie*. Volumes I, II, III in MEW, XXIII, Berlin: Dietz Verlag, 1962.

**C**, *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

**G**, *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin: Dietz Verlag, 1974.

**P.C**, *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução de Edgard Malagodi. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1999.

**M**, *O Método da Economia Política*. Terceira parte: *Introdução À Críticada Economia Política*] (1857). Tradução de Fausto Castilho. Campinas: IFCH, 1996. Primeira Versão.

**MCD**, *A mercadoria, tradução apresentação e notas de Jorge Grespan*, São Paulo, Ática, 2006.

**F.P**, *Formas que Precedem a Produção Capitalista*, anexo a *Marx: Vida e Obra*. Tradução de Luciano Codato. Porto Alegre: L&PM, 2000.

\_\_\_\_\_. *Glosas Marginales al Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*. In *Ensaio Sobre la Teoría del Valor*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

## Outros autores

**ARTHUR C.** *The Myth of Simple Commodity Production*. <http://www.marxmyths.org/chris-arthur/index.php#mythscp>. Consultado em 2005.

**AITHUSSER**, *Ler o Capital*. Tradução de Nathanael Caixeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

**ÁZARA, H. O.** *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*, Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Conceito Marxiano de “Capital como tal”: um estudo a partir do primeiro livro d’O capital*. IFCH da Unicamp, 2012.

**BADALONI, N.** *Dialética Del Capitale*. Roma: Editori Riuniti, 1980.

**BERNARDO, J.** *Marx crítico de Marx, Porto, Afrontamento, 1977.*

**BENOIT, H.** *Marx à luz de Wittgenstein*. Crítica Marxista, São Paulo: Ed. Boitempo 2001.

\_\_\_\_\_. *Ruy Fausto, Dialética Marxista, Dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Crítica Marxista, v. 7, p. 133-138, São Paulo: editora Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. Revista Crítica Marxista, v. n 3, p. 14-44, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

**BORCHARDT, J.** *O Capital – edição resumida por Julian Borchardt*. Tradução: Ronaldo Alves Schmidt, 7ª edição, Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.

**CARANDINI, G.** *Lavoro e Capitale Nella Teoria di Marx*. Padova: Marsilio Editori, 1971.

**COLLETTI, L.** *Il Marxismo e Hegel*. Bari: Ed. Laterza, 1969.

**COUTINHO, M.** *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. *Marx: Notas sobre a Teoria do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1997.

**DEL ROIO (org.)** *Marx e a dialética da sociedade civil*, Marília, Cultura Acadêmica, 2014.

**DUSSEL, E.** *Semejanzas de Estructuras de la Logica de Hegel y El Capital de-Marx*. In Revista Reflexão, Campinas: PUCCAMP, 1985.

**DOBB, M.** *El Capital de Marx y su Lugar en el Pensamiento Económico*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.

**FAUSTO, R.** *Marx: Lógica e Política. Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomos I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Marx: Lógica e Política. Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomos II, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Marx: Lógica e Política. Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002.



\_\_\_\_\_. *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

**GIANNOTTI, J.A.** “Notas para uma análise metodológica de ‘O Capital’”. São Paulo: *Revista Brasiliense*; no.29, 1960.

\_\_\_\_\_. *Origens da Dialética do Trabalho*, São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Reflexão: Ensaio para uma Dialética da Sociabilidade*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Marx: Vida e Obra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

\_\_\_\_\_. *Certa Herança Marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**GRESPLAN, J.L.** *O Negativo do Capital – O Conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Crise na Crítica da Economia Política*, in *Crítica Marxista*. Nº10, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marx, Crítico da Teoria Clássica do Valor*, in *Crítica Marxista*. Nº12 São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Dialética do Averso*, in *Crítica Marxista*. Nº14, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

**HEGEL, G.W.F.** *Wissenschaft der Logik*, I e II, vol. 5 e 6. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.

\_\_\_\_\_. *Ciencia de la Logica*. Traducción por Augusta y Rodolfo Mondolfo, Buenos Aires: SolarHachette, 1976.

\_\_\_\_\_. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado no Traçado Fundamental*. Tradução, Apresentação e Notas por Marcos Lutz Müller. *Coleção Clássicos da Filosofia*. Campinas: IFCH – Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia do Espírito*, trad. de Paulo Meneses, Petrópolis: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Enzyklopädie der Philosophischen Wissenschaften im Grundrisse, Gesammelte Werke, Band 20, Felix Maener Verlag, Hamburg*, 1992.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, Vol. I A Ciência da Lógica, tradução de Paulo Meneses, São Paulo, Loyola, 2005.

**INWOOD, M** *Dicionário Hegel*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

**KANT, I**, *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Alexandre Fradique Morujão, 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994.

**MANDEL, E**. *El Capital: Cien años de Controversias*. Traducción de Adriana Sandoval, Stella Mastrangelo y Marti Soler, Mexico, D.F.: SigloVeintiuno, 1985.

**MÜLLER, M.L.** *Exposição e Método Dialético em “O Capital”*. Boletim SEAF N°2, Belo Horizonte, 1982.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Filosofia do Direito – Apresentação*. Mimeo, IFCH/Unicamp, 2003.

**PIENTRANERA, G.** *La Estructura Logica de El Capital*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.

**POULANTZAS, N.** *Teoria e História en la Interpretacion de “El Capital”*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.

**REICHEL, H.** *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

**RICARDO, D.** - *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril-Cultural, 1982.

**RIESER, V.** *La Aparenciadel Capitalismo enel Analisis de Marx*. In *Estudios sobre El Capital*. Organizacion Maurice Dobb. Mexico: SigloVeintiuno, 1977.

**ROBINSON, j.** *Economia Marxista*. Tradução de José Luis Miranda, Rio de Janeiro: ED. Fundo de Cultura, 1960.

**ROSDOLSKY, R.** *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

**RUBIN, I.I.** *A Teoria Marxista do Valor*. Tradução de José Bonifácio da S. Amal Filho, São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *Ensaio Sobre a Teoria do Valor em Marx*. Tradução de Helena M. Simões, Via Editora, Lisboa. 1977.

**SMITH, A.** *A riqueza das nações*. Vol.1, Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



